

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V- MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS- CCBSA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LAURO HENRIQUE GOMES ACCIOLY FILHO

**A SECURITIZAÇÃO DA FRONTEIRA DOS ESTADOS UNIDOS COM O MÉXICO:
UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE DONALD TRUMP NO TWITTER (2015-2016)**

Orientador: Fábio Rodrigo Ferreira Nobre.

JOÃO PESSOA-PB

2025

AGRADECIMENTOS

À minha família, que apesar das condições financeiras restritas, acreditaram no meu potencial e investiram o pouco que tinham em mim.

À todas amizades que estiveram ao meu lado, umas novas e outras antigas, mas sempre presentes nesta trajetória. Ao meu orientador que me acompanha desde a graduação.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa

À FAPESQ-PB pelo financiamento do meu mestrado sanduíche em Washington D.C.

RESUMO

A campanha eleitoral de Donald Trump, em 2015-2016, acentuou alguns elementos na política estadunidense, como incitação à violência e a polarização partidária exacerbada. Esses fatores destacam uma vulnerabilidade crescente nas democracias, até mesmo àquelas consolidadas, indicando uma crise na democracia liberal. A proposta de Trump de construir um muro na fronteira com o México é vista como uma tática para desviar a atenção dos problemas reais causados pelo capitalismo global. Estudos presumem que o muro não visa combater o narcotráfico ou o terrorismo, mas aumentar o capital político, servindo como símbolo de uma agenda política xenófoba. Deste modo, o problema de pesquisa é o que segue: **Os tweets de Trump em defesa da construção do muro se caracterizam como estratégia de securitização, conforme proposta teórica da Escola de Paris e seus ajustes da formulação inicial do quadro teórico elaborado por Buzan, Waever e De Wilde (1998)?**. A escolha dos tweets como objeto de estudo foi devido à forma que Trump usou o Twitter para dialogar suas propostas políticas eleitorais, proporcionando uma estratégia chamada "*twiplomacy*". A análise foca na linguagem usada para construir a narrativa de ameaça. Assim, a proposta do muro e os discursos de Trump são compreendidos como parte de um processo de securitização, usando medos sociais e estigmas para justificar políticas restritivas, refletindo uma crise na democracia liberal e a politização da segurança nas fronteiras.

Palavras-chave: Securitização; Redes Sociais; Polarização Política.

ABSTRACT

Donald Trump's 2015-2016 election campaign highlighted certain elements in American politics, such as incitement to violence and heightened partisan polarization. These factors underscore a growing vulnerability in democracies, even those well-established, showing a crisis in liberal democracy. In this context, Trump's proposal to build a wall on the border with Mexico is seen as a tactic to divert attention from the factual issues caused by global capitalism. Studies suggest that the wall is not aimed at combating drug trafficking or terrorism, but rather at increasing political capital, serving as a symbol of a xenophobic political agenda. Thus, **this research investigates to what extent Trump's tweets defending the construction of the wall can be characterized as a securitization strategy, in line with the theoretical framework proposed by the Paris School and its adjustments to the first formulation by Buzan, Waever, and De Wilde (1998).** The choice of tweets as the object of study stems from the way Trump used Twitter to communicate his electoral political proposals, providing a strategy termed twiplomacy. The analysis focuses on the language used to construct the narrative of threat. Therefore, the wall proposal and Trump's rhetoric are understood as part of a securitization process, using social fears and stigmas to justify restrictive policies, reflecting a crisis in liberal democracy and the politicization of border security.

Keywords: Securitization; Social Networks; Political Polarization.

LISTA DE SIGLAS

ESI - Estudos de Segurança Internacional
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
EP – Escola de Paris
EC – Escola de Copenhague
FBI – Federal Bureau of Investigation
EUA – Estados Unidos da América
NAFTA - North American Free Trade Agreement
ONGs – Organizações Não-governamentais
CIA – Agência Central de Inteligência
CBP - Customs and Border Protection
ICE - Immigration and Customs Enforcement
FTE - Finanças, Tecnologia e Eletrônica
TAA - Trade Adjustment Assistance
PED – Países em Desenvolvimento
ETN – Empresas Transnacionais
BRI - Belt and Road Initiative
OEC - Observatory of Economic Complexity
TICs - Tecnologia da Informação e Comunicação
MAGA – Make America Great Again
PIB – Produto Interno Bruto

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. O processo de securitização pela ótica da Escola de Copenhague.....	16
Quadro 2. Abordagens Teóricas na Securitização: Enfoques e Perspectivas.....	18
Quadro 3. Modelo de análise do processo de securitização na ótica da Escola de Paris.....	24
Quadro 4. Estrutura metodológica da Análise dos <i>tweets</i>	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Filtragem dos tweets por recorte temporal (2015-2016)	68
Figura 2. Filtragem dos tweets pelo termo “Wall”	69
Figura 3. Filtragem dos tweets pelo termo “Border”	70
Figura 4. Filtragem dos tweets pelo termo “Immigrants”	71
Figura 5. Filtragem dos tweets pelo termo “NAFTA”	72
Figura 6. Primeiro tweet com maior engajamento pela filtragem do termo “wall”	73
Figura 7. Segundo <i>tweet</i> com maior engajamento pela filtragem do termo “wall”	73
Figura 8. Ilustração da região Centro-oeste (Midwest) com destaques eleitorais	74
Figura 9. Terceiro <i>tweet</i> com maior engajamento pela filtragem do termo “wall”	76
Figura 10. Quarto <i>tweet</i> com maior engajamento pela filtragem do termo “wall”	76
Figura 11. Primeiro tweet com maior engajamento pela filtragem do termo “Border”	77
Figura 12. Quinto <i>tweet</i> com maior engajamento pela filtragem do termo “Border”	77
Figura 13. Primeiro <i>tweet</i> com maior engajamento pela filtragem do termo “NAFTA”	78
Figura 14. Segundo <i>tweet</i> com maior engajamento pela filtragem do termo “NAFTA”	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de muros fronteira em todo o mundo, 1945-2022.....	28
Gráfico 2. População Imigrante Não Autorizada Estimada: 2000-2018	37
Gráfico 3. Total de apreensões na fronteira sudoeste dos Estados Unidos (2000-2019)	38
Gráfico 4. Estimativas da população de imigrantes ilegais nos EUA (2000-2017)	39
Gráfico 5. Remoção de imigrantes não autorizados (por ano fiscal)	40
Gráfico 6. Produção Industrial dos Estados Unidos (1990-2025)	47
Gráfico 7. Porcentagem de Palavras Associadas a Violência, Crime e Guerra	49
Gráfico 8. Evolução dos Crimes de Ódio nos Estados Unidos (2015-2017)	51
Gráfico 9. Principais países por Produção Industrial	53
Gráfico 10. Proporção da Força de Trabalho Empregada no Setor de Manufatura	54
Gráfico 11. Exportação de Semicondutores por país (2022)	57
Gráfico 12. Engajamento no Facebook das 5 principais notícias falsas eleitorais	59
Gráfico 13. Opiniões dos estadunidenses sobre o impacto dos imigrantes na sociedade	61
Gráfico 14. Taxa de condenação criminal no Texas em 2018	62
Gráfico 15. Taxa de prisão por status de Cidadania/Documentação (2012-2018)	63
Gráfico 16. Taxa de encarceramento por status de Cidadania/Documentação (2018), idades 18-54.....	63
Gráfico 17. Tweets de Trump com maior engajamento pela filtragem do termo “Wall”	68
Gráfico 18. Tweets de Trump com maior engajamento pela filtragem do termo “Border”	69
Gráfico 19. Tweets de Trump com maior engajamento pela filtragem do termo “Immigrants”	70
Gráfico 20. Tweets de Trump com maior engajamento pela filtragem do termo “NAFTA”	71
Gráfico 21. Tipos de comunidades dos eleitores de Clinton e Trump	74

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1. A SECURITIZAÇÃO E O RETORNO DOS MUROS	13
1.1. A securitização nos Estudos de Segurança Internacional: o começo	13
1.2. A securitização com desafios empíricos e teóricos	19
1.3 O fenômeno global de amuralhamento	25
1.4 Panorama das práticas securitárias da região fronteira dos Estados Unidos-México	30
2. ANÁLISE DOS ELEMENTOS DO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE ESTADOS UNIDOS E MÉXICO	35
2.1 Os Contextos da securitização de fronteira do caso Estados Unidos-México	35
2.1.1 Identificando o contexto sociocultural	35
2.1.2 Identificando o contexto socioeconômico	43
2.2 O agente securitizador: quem é Donald Trump?	49
2.3 A audiência: a política do ressentimento ressoando na retórica trumpista	52
2.4 O objeto referente: o estrangeiro demonizado na repulsa pelo globalismo	59
3. DONALD TRUMP E A FRONTEIRA EUA-MÉXICO (2015-2016): ESTRATÉGIAS DE INTERPELAÇÃO	65
3.1 Coletando os dados: filtragens do tweets.....	66
3.2 Analisando os tweets	73
3.3 Resultados e discussões	79
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	84

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A campanha eleitoral de Donald Trump (2015-2016) marcou um novo cenário da política estadunidense, cujos contextos de incitação à violência foram recorrentes e uma polarização partidária foi exacerbada (Nobre, Accioly Filho, 2022). Estes novos elementos trouxeram uma nova roupagem à vulnerabilidade dos regimes democráticos, em que até democracias consideradas consolidadas estão em risco (Levitsky, Ziblatt, 2018). Assim, a nova conjuntura instaurada é de crise da democracia liberal (Castells, 2018).

Essa crise repercutiu na proposta eleitoral de Donald Trump (2015-2016) de construir um muro físico na fronteira dos Estados Unidos com o México. Segundo Castells (2018), essa proposta é uma tática de distorção de um público específico sobre os problemas reais que essas pessoas sofrem dos efeitos do capitalismo global.

Por sua vez, alguns autores, como Andreas (2009), Brown (2010) e Vallet & David (2012), levantaram, anteriormente, premissas de que o projeto de construção do muro físico na região fronteira entre México e Estados Unidos não tem como objetivo mitigar o narcotráfico, nem sanar a acessibilidade de células terroristas na região. Ao contrário disso, mostra-se como mecanismo político eleitoral para aumentar o capital político dos proponentes do projeto. Esses autores afirmam que o muro seria um projeto político sem efeito plausível para sua proposição em si, servindo como um mero símbolo político de um grupo ideológico que se apresenta contra a diversificação de sua identidade nacional devido ao número de imigrantes no país.

Além disso, o uso da rede social Twitter garantiu ao Trump um maior engajamento eleitoral, fortalecendo um relacionamento direto com seus apoiadores. Sua estratégia política estava sob domínio do *twiplomacy*, que significa o uso da citada rede social como plataforma de campanha e meio de comunicação, com intuito de fortalecer sua agenda política. Todavia, um mecanismo bastante explorado nesta estratégia foi o medo da população estadunidense a partir dos estigmas implementados desde o 11 de Setembro, o que lhe garantiu apoio e visibilidade na sua agenda em relação à imigrantes, pessoas refugiadas e as pautas sobre terrorismo (Gonçalves, De Assis, 2019).

Em vista disso, encarando que a proposta do muro apresentada por Donald Trump se refere ao propósito de mitigar o narcotráfico e à acessibilidade a células terroristas, essa dissertação surge

do interesse de compreender se sua proposta estaria camuflada por esses interesses xenófobos. Neste aspecto, o desenho de pesquisa se volta à seguinte pergunta norteadora: **Os tweets de Trump em defesa da construção do muro se caracterizam como estratégia de securitização?**

A pergunta norteadora desta pesquisa, faz menção ao quadro teórico que se preocupa com a questão da securitização, apresentada, inicialmente, por Buzan, Waever e De Wilde (1998), no livro *Security: a new framework for analysis*, especificamente, nos assuntos referentes à formulação de agendas de política externa no âmbito da Segurança Internacional. Nessa pesquisa, o autor busca uma periodização para análise de fenômenos específicos que desdobram investigações robustas sobre a securitização das fronteiras entre os Estados Unidos e o México, mesmo com procedimentos anteriores revelando sua baixa capacidade resolutive de lidar com os problemas indicados para sua estruturação.

A escolha deste quadro teórico se dá devido à sua capacidade de analisar um processo realizado pelo ato de linguagem, que transforma um tema, anteriormente não politizado ou politizado, em um tema que se direciona à necessidade de moldar a ação pública para resolvê-lo (Motta, 2018). Além disso, essas premissas apontam que o projeto de amuralhamento da região perde seu fator profícuo na construção de uma política externa no espectro da segurança regional, mostrando-se mais como um instrumento político. Portanto, a escolha teórica possui relação intrínseca ao objetivo desta pesquisa, pois esse quadro teórico se dedica a compreender tendências discursivas de transformar temas em questão de segurança. Essa generalização de segurança é problematizada à medida que a militarização se torna via única de solução, mas que poderia ser abordada a partir de outras lentes solutivas, como as políticas públicas (Saint-Pierre, Vitelli, 2018).

A motivação da pesquisa, por sua vez, surge do apontamento da literatura acerca das dificuldades de lidar com agentes transnacionais no âmbito da segurança, nascendo, assim, uma motivação de compreender como um muro na zona fronteira pode mitigar a agência desses atores. Por isso, o enquadramento teórico se destina ao tema de securitização, que advém da Escola de Copenhague, posteriormente reformulado e dando maior visibilidade para a hermenêutica e as relações de poder por detrás daquilo que é apresentado como uma ameaça (Balzacq, 2011). Assim, o enfoque teórico é de analisar o que os discursos revelam sobre o projeto de construir um muro na zona fronteira entre Estados Unidos e México.

Desta maneira, foi empregado um Estudo de Caso, com foco de testar a proposição explicativa do fenômeno: securitização de fronteiras, com objetivo de averiguar sua capacidade de

explicação dedutivamente com a coleta de implicações observáveis empíricas. A técnica de análise usada é a análise de tweets, que são explicados com maior precisão no terceiro capítulo.

No caso da região fronteira entre México e Estados Unidos, Ackleson (2005), demonstra que a discussão sobre controlar a fronteira estadunidense com o México por meio de armamentos e tecnologias de segurança ocorre desde a década de noventa. Para Ackleson, agentes estatais ajudaram a conectar a migração e refúgio com ideias de perigo, risco e desordem no imaginário da opinião pública. As considerações advêm da investigação dos discursos referentes à necessidade de aprimorar a segurança da fronteira, revelando a latente dicotomia criada sobre o muro ser devido aos efeitos estéticos que a região demonstrava de “desordem”, visto os inúmeros imigrantes indocumentados circulando na região, anteriormente ao 11 de Setembro. Após o ataque das torres gêmeas, o discurso permanecia semelhante, mas alastrava-se aos imigrantes muçumanos que foram recorrentemente interpelados como perigosos, reforçando estigmas delicados (Ackleson, 2005).

Por isso, a dissertação parte da premissa que a região fronteira entre México e Estados Unidos é politizada, conforme a literatura apresentada no tópico 1.4 do primeiro capítulo. Assim, o foco da dissertação será explicar a transição do tema politizado ao securitizado. Destarte, a pesquisa estará dividida em 3 capítulos.

O primeiro capítulo é de caráter teórico e estará explorando a melhor abordagem, dentro do quadro teórico de securitização, para lidar com o Estudo de Caso escolhido. A discussão apresentada é referente às atualizações do modelo de análise do processo de securitização, em que a Escola de Paris exerce um papel ativo na sua reformulação, introduzindo um novo elemento analítico: o contexto sociocultural. Destacamos, também, o papel da audiência no processo de análise, suscitando, a partir destas alterações, uma reavaliação da compreensão de excepcionalidade do processo de securitização, traduzindo-o como práticas securitárias recorrentes que possuem um aspecto de excepcionalidade, embora não seja uma excepcionalidade em si.

O segundo capítulo estará destinado à analisar os elementos que integram o processo de securitização do caso da fronteira dos Estados Unidos-México, sendo eles: a audiência, o contexto, o agente securitizador e o objeto referente. O terceiro capítulo é dedicado à analisar os tweets de Donald Trump, entre 2015-2016, focando nas suas formas de interpelar a região e os indivíduos que buscam a travessia dela.

1. A SECURITIZAÇÃO E O RETORNO DOS MUROS

Neste capítulo, encontra-se as discussões teóricas sobre o processo¹ de securitização, inicialmente proposto pela Escola de Copenhague, e posteriormente, reformulado pela Escola de Paris e pela Escola Galesa. Seu objetivo é apresentar as discussões teóricas e empíricas relativas ao quadro teórico de securitização. Para isso, os dois subcapítulos, “A securitização nos Estudos de Segurança Internacional: uma introdução” e “A securitização com desafios empíricos e teóricos” são dedicados a abordar essas discussões, com o intuito de justificar a escolha do arcabouço teórico da Escola de Paris em detrimento do arcabouço da Escola de Copenhague.

Por conseguinte, os dois subcapítulos seguintes têm como objetivo contextualizar o fenômeno do amuralhamento de fronteiras no seu contexto histórico, estabelecendo conexões com o arcabouço teórico de securitização da Escola de Paris que aborda o processo de securitização como práticas de insegurança aplicadas por um programa político de caráter cíclico. Assim, os subcapítulos são, respectivamente, “O fenômeno global de amuralhamento” e “Panorama histórico das práticas securitárias na região fronteiriça entre Estados Unidos e México”.

1.1 A securitização nos Estudos de Segurança Internacional: o começo

Apontar reflexões críticas às fronteiras porosas pode contribuir para líderes políticos ganharem apoio político por ser um *low hanging fruit*² à medida que viabiliza uma pauta alarmista. Neste aspecto, o respectivo capítulo se destina à apresentar discussões teóricas sobre a securitização e o fenômeno global de amuralhamento.

A origem dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) resgata o paradigma realista da disciplina de Relações Internacionais, amplamente influenciada por sua capacidade interpretativa dos dilemas de segurança pós-Primeira Guerra Mundial até o início da Segunda Guerra Mundial (Motta, 2018). Todavia, este predomínio da escola Realista começa a sofrer questionamentos, à medida em que Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde (1998) reforçam estudos acerca dos processos para ampliação do campo dos Estudos da Segurança, preso ao estudo da guerra e da força militar, ganhando pesos a compreensão de outros elementos como o político.

¹ A respectiva pesquisa adota uma diferenciação da escrita do termo, quando inicia com uma letra em minúscula é referente ao processo de securitização, enquanto o uso da letra inicial no maiúsculo se refere ao campo de estudo do termo.

² De acordo com o Cambridge Dictionary, o termo se refere a algo que é fácil de obter, alcançar ou de tirar vantagens. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/low-hanging-fruit>>. Acesso em: 07 de maio de 2024.

O fim da Guerra Fria estabeleceu uma nova agenda, cujas questões de segurança interna e ameaças não-militares ganharam destaque. Neste cenário, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou um relatório³ listando sete dimensões de ameaças, buscando contribuir na formulação de políticas públicas que mitigassem as dimensões subjetivas da insegurança (PNUD, 1994). Este relatório foi contributivo para formulação do conceito de segurança humana mais amplo, incluindo ameaças à dignidade e sobrevivência humanas (Gaspar; Gómez, 2014).

A própria disciplina de Relações Internacionais, também, empenha-se em investigar uma área intrincada e multidisciplinar, constituindo-se como um campo de estudo que se desenrola em meio aos dramas da política global. Esta construção decorre de intensos debates que, a cada momento da história mundial, delineiam novos panoramas, refletindo elementos distintos e, por conseguinte, gerando escopos teóricos diferenciados (Accioly Filho; Nobre, 2023).

Portanto, historicamente, entre as décadas de 1980 e 1990, surgiram alternativas para abordagens tradicionalistas nos Estudos de Segurança. Porém, carecendo de uma proposta unificada em relação às limitações das perspectivas tradicionais, seu rótulo de "pós-positivista" foi aplicado, de modo generalizante. Mesmo assim, seus impactos foram significativos no arcabouço teórico das Relações Internacionais, cujas críticas referentes ao perfil estatocêntrico das abordagens tradicionalistas e o uso da metodologia positivista estrutural de busca por regularidades foram profícuos, ao passo que alertaram sobre o perigo de marginalizar as particularidades de cada sociedade e de cada momento histórico (Dunne, Kurki, Smith, 2007).

A crítica referente ao conhecimento disciplinar empregado por essas teorias do *mainstream* está, contudo, cada vez mais concebido como inadequado para lidar com problemas que estão enraizados na visão de mundo colonial. De acordo com Darby (2008), as propostas de Hedley Bull e Adam Watson acerca do colonialismo europeu, por uma substituição de termos mais sutis como "expansão da sociedade internacional", não dispõe mais de poder para minimizar a violência, o racismo e a expropriação econômica envolvidos do imperialismo europeu. Sendo assim, a disciplina de Relações Internacionais avança gradualmente no processo de descolonizar o

³ O relatório publicado em 1994 identificou sete dimensões de segurança humana: econômica, alimentar, de saúde, ambiental, pessoal, comunitária e política. A partir deste documento, esforços significativos foram gerados para tornar tangível a proteção das liberdades vitais, o que inclui proteger as pessoas de ameaças críticas e constantes, garantindo-lhes condições de vida dignas e oportunidades para o desenvolvimento humano. Relatório disponível em: <<https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr1994frcompletnostats.pdf>>. Acesso em: 04/06/2024.

pensamento acerca da política internacional, especialmente à medida que o internacional passa a residir cada vez mais dentro das sociedades.

Essa apreciação crítica teve repercussões notáveis em outros domínios da disciplina, incluindo no subcampo dos Estudos de Segurança Internacional (ESI). Nesse sentido, aspectos subjetivos, como identidade e percepção, passaram a desempenhar um papel central em uma nova ontologia e epistemologia, contribuindo para uma concepção abrangente de segurança. Esse desenvolvimento foi particularmente evidente com o surgimento de correntes teóricas como o construtivismo e o pós-estruturalismo, que trouxeram novas perspectivas e enriqueceram a compreensão dos desafios de segurança na contemporaneidade (Motta, 2018).

Em vista disso, a ausência de discussão sobre a intersubjetividade floresceu como elemento chave da crítica ao reducionismo das teorias positivistas, que perdem uma compreensão holística do conceito de segurança. Por isso, os adeptos da securitização emergem para discutir a estrutura e o processo que constituem os problemas de segurança, isto quer dizer buscar a compreensão de como algo se torna um problema de segurança por meio da política discursiva (Balzacq, 2011).

As discussões, contudo, não surgiram do acaso. Trabalhos primários de Buzan, junto com Herring, se deslocavam para essas reflexões críticas em relação às nomenclaturas e de como as designações exercem uma influência significativa na percepção e, conseqüentemente, na abordagem das questões. Especialmente, na incorporação de símbolos, coisas que representam outras coisas, emergindo como um elemento crucial na estratégia de segurança política. A maneira como esses elementos simbólicos são interpretados não apenas molda a visão pública, mas também determina sua posição no panorama político. Essa posição, por sua vez, desempenha um papel crucial em várias esferas, desde a obtenção de financiamento até a aplicação do poder coercitivo (Buzan, Herring, 1998).

Neste sentido, o subcampo dos Estudos de Segurança Internacional (ESI) é considerado dinâmico por se guiar pelas preocupações vigentes de cada época. Por conseguinte, suas perspectivas também se alteram conforme a aparição de novos fenômenos na área de estudo (Buzan; Hansen, 2012, p. 34-36). À vista disso, os desenvolvimentos teóricos são elaborados à medida que eventos históricos são erguidos para lidar com novas dinâmicas inseridas no plano da inquietação (Tanno, 2003, p. 47-80).

Deste modo, a habilidade de criar e manipular símbolos, como parte integrante da consecução de objetivos políticos, constitui um aspecto fundamental das atividades dos políticos

na busca pela aprovação de seus projetos e não pode ser omitida nos processos de análise dos estudos de segurança (Buzan, Herring, 1998).

Por sua vez, um conceito chave de securitização foi cunhado por Waever (2011), delimitado a um modo de lidar com um tema específico a partir de uma adjetivação de ameaça. Este enfoque se projetou pelos debates críticos que firmaram a concepção de que ameaças não surgem com rótulos de segurança anexados. Por isso, buscam, a partir do quadro teórico de Securitização, explicar como as ameaças são construídas.

Neste sentido, a Escola de Copenhague vai seguir a lógica de que o processo de securitização se categoriza como próspero quando o discurso produz convencimento a ponto de gerar ressonância acerca da ameaça construída, somado a capacidade de gerar mecanismos de legitimidade para deter ações excepcionais (Motta, 2018).

Para este processo ocorrer, é imprescindível a existência de três componentes, conforme o Quadro 1 abaixo: O objeto referente (coisas que são vistas como existencialmente ameaçadas); o agente securitizador (responsável pelo discurso que interpela o objeto como ameaça); uma audiência (é o espaço onde a legitimidade de ações excepcionais pode ser validada). Deste modo, a dinâmica principal é a articulação política para convencer determinado grupo a urgência de um tema, precisando-o ser lidado de modo excepcional (Buzan, Waever, De Wilde, 1998).

Quadro 1. O processo de securitização pela ótica da Escola de Copenhague

Processo de Securitização		
Objeto referente	Agente Securitizador	Audiência
Coisas que são vistas como existencialmente ameaçadas e que têm um direito legítimo à sobrevivência	Aquele responsável por convencer que há uma ameaça	Aqueles que precisam ser convencidos para legitimar as ações excepcionais

Fonte: elaborado pelo próprio autor com base em Buzan, Waever e De Wilde (1998)

Neste ínterim, ao investigar a capacidade decisória de um soberano, aquele que detém o poder supremo de decisão dentro de uma comunidade política, Carl Schmitt (1992) produziu um debate que é interseccionado nos estudos de securitização. Embora não tenha sido referenciado por autores como Waever (2004), sua relevância jamais foi omitida ao campo. Desta maneira, da contribuição schmittiana pode-se agregar sua concepção de que a lei é uma construção social refém

de interpretações individuais que são passíveis de manipulações. Por seu turno, na categoria cunhada de “o político” é desnudado o poder do soberano nos processos de decisão para aplicar os casos de exceção, que emergem das relações de antagonismo, cuja alteridade para com o outro é fortemente destacada (Schmitt, 1992). Para Williams (2003), a ponte mais nítida da contribuição schmittiana é o papel da excepcionalidade daquele capaz de exercer poder acima do sistema normal da política.

Outra contribuição valiosa aos estudos de Securitização se dá pelo trabalho derridiano, exposto por Taureck (2006), ao apontar que o contexto do qual emerge o discurso securitizado não pode ser encarado como fixo, mas em fluxo, visto que a relevância do texto para o discurso está no que ele produz. Ao questionar a concepção de uma identidade fixa e absoluta, Derrida (1967) vai partir da pressuposição de natureza fluida e contingente das categorias políticas, como "amigo" e "inimigo". Essas categorias são construídas por meio de discursos que excluem e marginalizam certos grupos ou indivíduos, cujo discurso político atua enquanto forma de exercício de poder. Por isso, os adeptos da linha de pensamento derridiano vão propor uma reconceituação da análise do processo de securitização pela Escola de Paris.

À vista disso, a securitização é compreendida como um “processo intersubjetivo” que, ao ser realizado, o ator passa a operar de maneira extraordinária, refletindo em implicações normativas, tendo em vista a dinâmica de movimentar a compreensão de uma ameaça na esfera pública para fugir do controle democrático ordinário. O problema ascende à prioridade na agenda política, destacando-se pelo emprego de medidas excepcionais que comprometem os processos deliberativos democráticos (Souza, 2021).

Há uma divisão das escolhas teóricas, contudo, que baseiam as pesquisas de securitização. De acordo com Balzacq (2011), o construtivismo associado à Escola de Copenhague destaca a natureza social da segurança, ou seja, as ameaças à segurança não são inerentes a determinados eventos ou condições, mas são percebidas e definidas a partir das interações sociais e práticas discursivas. O pós-estruturalismo relacionado com a Escola de Paris, por outro lado, enfoca o poder da linguagem na criação de ameaças. Nesta perspectiva, a linguagem não apenas descreve a realidade, ela também a constitui, moldando percepções e moldando respostas políticas.

A Escola de Paris, portanto, advém de bases da teoria política e da sociologia, a partir do pensamento de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, sendo considerada uma grande agregadora aos estudos críticos de segurança (Waeber, 1995). Por um lado, a Escola Galesa, examina as relações

de poder subjacentes à securitização, busca revelar as formas de utilização da securitização para legitimar ações autoritárias ou para desviar a atenção de questões sociais mais amplas. Em conjunto, essas perspectivas enfatizam o papel das práticas discursivas, das relações de poder e das estruturas sociais na compreensão dos problemas de segurança (Balzacq, 2011). Em vista disso, pode-se observar, no Quadro 2 a seguir, as distintas propostas exercidas por estas abordagens:

Quadro 2. Abordagens Teóricas na Securitização: Enfoques e Perspectivas

Escolas de Securitização	Perspectiva Teórica	Foco Principal
Escola de Copenhague	Construtivismo	Natureza social da segurança; percepção de ameaças através de interações sociais e práticas discursivas
Escola de Paris	Pós-estruturalismo	Poder da linguagem na criação de ameaças; linguagem como constituinte da realidade e formadora de percepções e respostas políticas.
Escola Galesa	Teoria Crítica	Relações de poder subjacentes à securitização, análise do uso da securitização para legitimar ações autoritárias e desviar atenção de questões sociais amplas

Fonte: elaborado pelo próprio autor com base em Balzacq (2011)

Balzacq (2005), a partir de uma abordagem sociológica da securitização, vai, contudo, descrever a securitização como uma prática estratégica, ao definir que uma securitização eficaz dependerá do contexto social em que o discurso se adapta, o que traz um enfoque na audiência e as suas dinâmicas carregadas de poder. O ator securitizador busca por um momento apropriado para realizar o movimento de securitização e convencer o público a aceitar a ameaça proposta.

A Escola de Paris, segundo Balzacq (2011), se dispõe a uma análise mais apoiada da concepção sociológica, cuja preocupação é a compreensão empírica das dinâmicas da segurança e da política de segurança. Para o autor, o poder simbólico da segurança é encontrado na interseção da legitimidade dos agentes envolvidos e das palavras usadas.

A securitização, na perspectiva da Escola de Paris, não é uma prática autorreferencial, mas um processo intersubjetivo. De acordo com Motta (2018), a crítica de Balzacq consiste em reavaliar a abordagem da Escola de Copenhague, que admite a "segurança" como uma prática autorreferencial. Isso implica que a "segurança" não é uma categoria pré-determinada, mas construída durante o curso das interações, quando uma determinada questão é elevada à condição de segurança e reconhecida como uma ameaça.

A Escola Galesa, a partir de Ken Booth e Richard Wyn Jones, de base gramsciana, associado a filosofia social crítica da Escola de Frankfurt, vão preocupar-se mais, contudo, no desenvolvimento de uma teoria social orientada às transformações sociopolíticas, explorando e elucidando as barreiras, desafios e possibilidades de emancipação humana (Jones, 2001). Suas denúncias são ao estatocentrismo nos Estudos Tradicionais de Segurança, o qual assume um papel distinto, o de causa principal da insegurança humana⁴. Por isso, enxergam a emancipação como mecanismo mitigador das reais condições de insegurança sofridas por pessoas e por coletivos (Booth, 1991).

Embora suas propostas sejam contributivas para refletir meios de mitigar as condições de insegurança provocadas pelo Estado, o foco desta pesquisa não reside em explorar esses elementos. Por isso, a escolha do quadro teórico se fará do debate entre a Escola de Copenhague e a Escola de Paris, pois seu objetivo é analisar o que há por detrás dos tweets de Trump em defesa da construção do muro na região fronteira entre os Estados Unidos e México.

1.2. A securitização com desafios empíricos e teóricos

Os estudos de securitização surgiram no cenário da virada linguística, em que a linguagem exerce um papel metodológico. Esse cenário reside no debate inaugural da Escola de Copenhague focada nas percepções dos atores em relação a uma questão levantada como uma ameaça (Motta, Pimentel, 2013). Neste sentido, alguns autores, como Balzacq (2005), Huysmans (1999), Guzzini (2011) e Bigo (2011), vão tecer críticas à Escola de Copenhague, indicando que ela se tornou formalista ao dedicar-se acerca da ação discursiva da segurança.

⁴ É advogado o termo para fazer referência às estruturas sociais, políticas e econômicas que restringe o potencial humano e sujeita os indivíduos a várias formas de dominação e desigualdade. Esses fatores estão intrinsecamente relacionados aos fenômenos de pobreza, desigualdade e injustiça social que desafiam uma visão tradicional de segurança, provocando uma nova ótica sobre o conceito (Booth, 1991).

Esses autores, por seu turno, apontam a necessidade de agregar um conjunto de novos elementos que refinem o entendimento do processo de securitização. Assim, embora o construtivismo e o pós-estruturalismo possuam a mesma ontologia, suas diferenciações epistemológicas fazem com que o primeiro assuma um caráter mais filosófico, encarando linguagem, por si só, como a executora da performance, independentemente das intenções e dos objetivos do agente discursivo. Já o pós-estruturalismo da Escola de Paris, partirá de um caráter mais sociológico, considerando a linguagem como uma ferramenta que constrói e é ao mesmo tempo construída pela realidade (Debrix, 2003).

Neste ínterim, Balzacq (2011) aponta discordância em relação à abordagem filosófica empregada pelos construtivistas, porque eles exercem uma análise do discurso que reduz a segurança à um procedimento convencional. Deste modo, ele justifica sua preferência por uma linha sociológica que encara a segurança como um processo pragmático, a linguagem não apenas desencadeia uma série de consequências por meio de sua mera elocução, mas também devido à interseção de práticas, contextos e poder, que moldam seu impacto.

Em vista disso, a Escola de Copenhague sofre críticas ao não explorar densamente os fatores contextuais e o papel da audiência no processo de securitização, estando à mercê do que o ator securitizador expressa, uma visão estritamente elocucionária.⁵Neste sentido, as reivindicações são para explorar os elementos contextuais e o papel da audiência no processo de securitização (Motta, Pimentel, 2013).

Às vezes, a audiência é descrita como um ponto fixo, em que o movimento securitário é avaliado para ser aceito ou rejeitado. No entanto, nos estudos empíricos sobre securitização, percebe-se que a audiência desempenha um papel ativo e interativo em relação ao agente securitizador (Côté, 2016). Por isso, Balzacq (2011) vai sugerir usar a audiência como um nível de análise em paralelo ao agente securitizador, pois irá presumir que ambos ator(es) securitizador(es) e audiência(s) se constituem mutuamente. A audiência é parte do processo intersubjetivo, não é um elemento pré-constituído e passivo. Um desafio ainda não sanado é o de avaliar, contudo, como

⁵ A primazia da crítica reside em questionar o motivo pelo qual o discurso rotulando um tema como de segurança é suficiente para compreender o processo de securitização. Balzacq, por sua vez, vai fazer uma releitura desse processo e inserir o elemento de contexto sociocultural, englobando fatores como grupos de poderes são capazes de realizar discursos que possuam maior repercussão, as condições econômicas, políticas e sociais mais precisas para o discurso securitizador ser produtivo etc. Além disso, é feita uma revisão do papel da audiência, que esteve caracterizada como agente passivo de todo o processo de securitização (Balzacq, 2011).

o ato de fala é aceito ou rejeitado por uma audiência, assim como o de identificar quem é a audiência, em detrimento de sua utilização genérica (Bright, 2012).

Logo, empiricamente é preciso analisar de que maneira a audiência foi convencida da existência da ameaça ao ponto de corroborar na legitimação das medidas emergenciais. É preciso seguir o roteiro: Identificar se um objeto está sendo discursivamente adjetivado como ameaça a ponto de somente ser solucionado por medidas excepcionais, os contextos políticos, econômicos e culturais em que ocorrem a transmissão dos discursos e a reação da audiência aos discursos persuasivos (Pereira, Silva, 2018).

Em seguimento, Vouri (2008) trará uma contribuição na identificação da audiência, ao descrever que ela dependerá da situação sócio-histórica específica, do contexto ao qual o discurso está sendo transmitido à audiência. Todavia, Balzacq (2011) sublinha que a audiência não é meramente receptiva ao discurso. Ela interage neste processo de securitização. Neste aspecto, a escolha por analisar os tweets de Donald Trump em defesa da construção do muro na região fronteira entre os Estados Unidos e México se dá porque o debate on-line desempenha um papel relevante para as lideranças políticas acessarem a um grande público e poderem influenciá-las a mudar sua opinião, atitude e/ou comportamento (Dubois, Gaffney, 2014).

A audiência também é um espaço para ganhar visibilidade e popularidade, devido a capacidade de favorecer um imaginário de intimidade com o público, interagindo de forma direta e constante (Duffy, 2016). A linguagem, entendida como aquilo que é feito com as palavras (Butler, 1997), fornece uma concepção prática sobre a performatividade dos atos de fala. Isso quer dizer que a linguagem usada nas redes sociais assume um papel prodigioso de suscitar mobilizações sociopolíticas, podendo, por sua vez, alterar sua funcionalidade comunicacional para gerir novos espaços de banalização política e de organização de movimentos antidemocráticos (Munn, 2021).

Destaca-se, por sua vez, que Balzacq (2008) amplia a compreensão dos atos securitários ao considerar outras modalidades não-linguísticas, destacando os instrumentos ou dispositivos utilizados nos processos de securitização. Ele conceitua como dispositivos sociais e técnicos que incorporam uma imagem específica de ameaça, moldando a ação pública a resolver um problema de segurança. Esses instrumentos refletem a mentalidade dos agentes de segurança e organizam as interações no campo da insegurança, desempenhando um papel crucial na rotinização de práticas securitárias.

McDonald (2023), contudo, explora uma concepção aplicável de segurança para o processo de securitização, colocando a segurança num espaço de negociação e contestação. Por isso, é mais nítido como se faz segurança e como esse fazer se imprime nas práticas políticas, do que em conceituá-la. Deste modo, Tanno (2003) destaca que o sucesso da securitização somente pode ser medido com o reconhecimento social da ameaça.

A diferença da Escola de Copenhague em relação à Escola de Paris é a ênfase atribuída a ilocução, a qual retira o papel ativo da audiência, já que o enunciado linguístico realiza a ação. Por outro lado, dar ênfase a perlocução do discurso, permite um estudo da capacidade dos agentes securitizadores de persuadir a audiência em aceitar o processo de securitização (Stritzel, 2011). Portanto, conforme destacado por Floyd (2016), a securitização ocorre quando uma audiência relevante aceita a identificação de ameaça existencial. Consequentemente, a divergência entre as variantes filosófica e sociológica da securitização é a consideração da segurança como um processo autorreferencial (ilocucionário) ou intersubjetivo (perlocucionário), o que diz respeito à capacidade performática dos atos de fala.

Em vista disso, a Escola de Paris acresce ao debate o conceito de audiência, porque recupera do pensamento foucaultiano o conceito de governamentalidade, responsável por compreender a securitização como uma “técnica de governar”, desnudando a relação da securitização e seu caráter excepcional. A securitização, por outro lado, é uma estratégia de governar pela (in)segurança (Balzacq et al, 2010).

De tal modo, embora a linha filosófica exerça contribuições na compreensão da produção de identidades e normas, ela negligencia elementos importantes, como o contexto e as relações de poder (Ferreira, 2021). Deste modo, a Escola de Paris (EP) adota uma visão diferenciada da Escola de Copenhague (EC), em relação ao caráter excepcional da securitização, pois compreende o processo de securitização como pragmático e estratégico, visto que é a repetição das práticas securitizantes, em constância, que ocasiona a naturalização e a institucionalização de determinadas questões como pautas de segurança, não o seu caráter excepcional.

Por sua vez, a audiência desempenha um papel ativo e engajado no processo de interação deliberativa com os agentes securitizadores. Nessa dinâmica, a mobilização de múltiplos discursos de segurança possibilita que tanto os agentes securitizadores quanto às audiências contribuam para a formação de percepções compartilhadas de segurança (Côté, 2016, p.553).

Um arcabouço heurístico para compreender os processos de securitização surge com Balzacq (2005, p. 178-179), ao propor um modelo que estabelece dois níveis de análise: (1) agentes (securitizador e audiência), com foco nas dinâmicas de poder, identidades sociais e capacidades dos envolvidos; e (2) atos ou ações, que avaliam o tipo de intervenção e o contexto, sendo essenciais para criar as condições facilitadoras da mobilização da audiência.

Neste aspecto, a securitização é coproduzida pela audiência, uma vez que a “segurança” se trata de um regime de verdade criado por aqueles que lidam diariamente com a segurança. Por isso, não há ações securitárias isoladas, porém, um conjunto de práticas cotidianas que formam um *continuum* de (in)segurança (Huysmans, 2006). O pensamento foucaultiano foi fortemente explorado na Escola de Paris, explorando como as práticas de poder presentes em contextos de vigilância intensificada, monitoramento de comunicações e estabelecimento de normas e padrões de comportamento manifestam regulamentação de espaços sociais, assim como das percepções coletivas acerca de um objeto (Foucault, 2013).

Assim, a securitização recebe um novo olhar, como parte da construção da normalidade política, que é gerida na institucionalização e na normalização das medidas excepcionais de segurança, agindo como regulação disciplinar e biopolítica das populações (Balzacq, 2008). No contexto da sociedade da informação, Han (2018) destaca que a comunicação afetiva sobrepõe a comunicação racional, moldando os debates nos regimes políticos democráticos. Os tweets que contêm fake news ou fragmentos de informação descontextualizados são possivelmente mais efetivos do que um argumento fundamentado em debates eleitorais. Neste cenário, o infoentretenimento, que desempenha consequências destrutivas para o discurso, esgota o fator político e transita para encenações midiáticas de massa. Um exemplo desta conjuntura foi a eleição do ator Ronald Reagan à Presidência dos Estados Unidos, cujo estilo do discurso já sofreu encurtamento de fala dos candidatos em comparação ao discurso político do século XIX (Han, 2022).

De acordo com Habermas (2023), as mídias eletrônicas de massa destruíram o discurso da época dos famosos debates públicos entre o republicano Abraham Lincoln e o democrata Stephen A. Douglas. Por sua vez, esses elementos trazem um novo panorama acerca dos contextos em que residem os discursos do caso escolhido. A figura de Donald Trump emerge de um período de mudança política doméstica nos Estados Unidos, representando um paradigma aos regimes

democráticos considerados evoluídos (Castells, 2018). Esses elementos serão explorados no segundo capítulo desta pesquisa.

Deste modo, a pesquisa adota a concepção de Balzacq (2008) de uma audiência empoderada constituída por um determinado grupo de indivíduos com influência de permitir as ações do securitizador. Todavia, conforme mencionado, devido ao contexto de uma mudança estrutural da esfera pública, a audiência estará direcionado a um grupo específico que se enquadra em um contexto social delimitado, cujas circunstâncias contextuais do processo de securitização trazem novas implicações teóricas e empíricas.

Diferentemente do caso de Motta (2018), que distingue uma audiência social e empoderada entre a opinião pública e os membros do congresso estadunidense. A respectiva pesquisa busca enquadrar a opinião pública como uma audiência empoderada, mas que recebe adentros distintivos de sua formulação original. Por outro lado, visto que a base teórica da Escola de Paris advém do pensamento de Bourdieu, sua concepção de construtivismo estruturalista vai ser reforçada para explorar relação agente-estrutura, cuja a agência nesta relação mutuamente constituída é influenciada pelo habitus de um indivíduo (Bourdieu, 2004). Para Bourdieu (1983), habitus é um conjunto de preceitos éticos que guiam as percepções e as ações dos indivíduos.

Outro fator contributivo da Escola de Paris é identificado por Bigo e Tsoukala (2009), que vão reordenar os interesses de pesquisa para a insegurança. Esses autores exploram o conceito de sociedade de risco que se vincula à política de desconforto, o que ajuda na investigação da intensiva prática empírica de rotular temas em pautas de “segurança”, servindo excessivamente de slogan ou método para certos grupos justificarem e impor um programa político, que será designado como um objeto de medo ou risco. Isso porque a compreensão da segurança como a eliminação de ameaças perpetua um ciclo vicioso no Sistema Internacional, já que a busca pela segurança gera um aumento concomitante da insegurança (Bigo, 2008).

Assim, para a Escola de Paris, a securitização ocorre de práticas hodiernas que tecem um cenário massivo para Política Internacional de incerteza (Bigo, 2001). Logo, é preciso fazer um processo analítico da dicotomia segurança-insegurança, em que ambas devem ser analisadas como um processo de (in)securitização dual baseado em práticas (Balzacq *et al*, 2010). Desta maneira, alcança-se o seguinte modelo de análise (Quadro 3) para compreender o que há por detrás dos *tweets* de Trump em defesa da construção do muro na região fronteira entre os Estados Unidos e México.

Quadro 3. Modelo de análise do processo de securitização na ótica da Escola de Paris

Modelo de Análise			
Objeto Referente	Agente Securitizador	Audiência	Contexto
O que será percebido (construído) como ameaça.	Aquele responsável por convencer de que há uma ameaça.	Grupo de indivíduos com influência de permitir as ações do agente securitizador	Contextos políticos, econômicos e culturais em que ocorrem o processo de securitização

Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nas discussões apresentadas

Neste quadro, observa-se que a inclusão do elemento contexto sociocultural e a redefinição do papel da audiência mobilizam uma nova rota para analisar o processo de securitização. Por isso, apesar de discursivamente os agentes securitizadores demonstrarem que o objeto referente precisa de medidas excepcionais para ser resolvido, enquanto um problema de segurança, o contexto sociocultural irá, por seu lado, desmistificar até que ponto estas práticas são excepcionais ou rotineiras.

A partir destes debates teóricos, a próxima seção busca discutir as motivações do ressurgimento de muros em regiões fronteiriças, percebidas como inadequadas à conjuntura estabelecida no fim da Guerra Fria de formação do capitalismo global. Os estudos sobre este fenômeno de “amuralhamento” investem em analisar contradições que fluem das propostas de criar barreiras físicas que limitem o fluxo de pessoas, especialmente, quando a proposta defendida pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria era distinta destas ações.

Trazer esta perspectiva contribuirá para o subcapítulo 1.4, que investiga como essas propostas interpelam a região fronteiriça entre os Estados Unidos-México. Essa análise reflete, de certa forma, um projeto de insegurança que advém de uma política de desconforto presente nas práticas empíricas de rotular temas em pautas de “segurança”. Esse rótulo é frequentemente usado como slogan ou método para que determinados grupos justifiquem e imponham um programa político, designando esses temas como objetos de medo ou risco.

1.3 O fenômeno global de amuralhamento

O reforço da fortificação das fronteiras define o início do século XXI, que assumiu uma escala sem precedentes na história mundial. De acordo com Vallet (2022), existem setenta e quatro

muros fronteiriços em todo o mundo, cuja maioria surgiu nas últimas duas décadas. Assim, o questionamento mais suscetível acerca deste fenômeno é do porquê da sua expressiva aparição, especialmente visto que havia menos de uma dúzia de muros durante a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, um artefato que marcou a vitória da democracia e previa à obsolescência das fronteiras em favor da uma era de capitalismo expandido e liberalismo (Vallet, 2022).

Acontece que, segundo Benedicto, Akkerman e Brunet (2020), as principais justificativas usadas pelos governos são que os muros servem para deter a imigração ilegal e o terrorismo. Porém, as motivações para essas construções negam direitos básicos e perpetuam a violência a grupos específicos de pessoas. É, assim, uma tendência estrutural de poder segregacional, em que os muros são dimensões simbólicas da crescente violência cultural, estrutural e física que esse sistema cria no mundo.

Por isso, a maioria dos muros erguidos por regimes democráticos tende a ter sua elaboração mais aproximada de um instrumento político, de gerenciamento das relações públicas entre determinados grupos políticos, do que um mecanismo apropriado de segurança às ameaças que nomeiam (Vallet, David, 2012). A motivação para seus crescimentos é apontada, principalmente, após os eventos do 11 de setembro de 2001 (Vallet, 2017).

Conforme destaca Bauman (2016), estas narrativas são majoritariamente aderidas por políticos populistas, cuja intenção é desviar problemas que os governos são incapazes de enfrentar para outros que iludem a possibilidade de solução satisfatória. Sob outro enfoque, também são testemunhadas tentativas de governos populistas em institucionalizar medidas que intimidem e criminalizem atores não-estatais cujas atuações se voltam ao processo de acolhimento de migrantes e pessoas refugiadas, o que representa um retrocesso nos trabalhos de ajuda humanitária (Allsop, 2016).

Estes aspectos delineiam uma outra face dos muros, daquele que deveria servir como instrumento de segurança, como foi o da Muralha da China para evitar invasões em períodos de guerra. As transformações tecnológicas das fortificações em regiões fronteiriças crescentes refletem mais em questões identitárias do que de segurança, ou seja, assumem uma função política de representação que algo está sendo feito (Vallet; David, 2012).

A pesquisa de Allen, Dobbin e Morten (2018), combinando dados sobre os fluxos de migrantes e pessoas refugiadas com dados de pesquisas sobre o caminho migratório exato dos migrantes e pessoas refugiadas, revelaram que a expansão do muro na fronteira alterou a escolha

das rotas e dos destinos dos migrantes e pessoas refugiadas dentro dos Estados Unidos, mas não teve um grande efeito sobre a decisão de migrar ou não. Essa demanda inelástica por migração/refúgio significou que o impacto da expansão do muro na fronteira sobre a migração/refúgio total foi pequeno, reduzindo os fluxos em cerca de 46.000 pessoas ou 5% da queda observada entre 2005 e 2015.

Neste sentido, segundo Andreas (2009), os muros são uma figuração de proteção e autodeterminação, emergindo como um atrativo político do qual não depende de uma relevância funcional, porém, devem ter o domínio do que as pessoas pensam sobre ele. É um gerenciamento da imagem da fronteira, uma performance ritualística que busca apagar imagens consideradas embaraçosas do cenário que o projeto neoliberal instaura no Sul Global e começa a migrar para o Norte Global.

O muro é, assim, uma operação de conversão de significados que exprime o contexto em que algumas pessoas experimentam, pois, produz uma cenografia visual que busca restaurar a aparência de ordem urbanizada. Eles são encenados para simbolizar medidas que estão sendo tomadas, embora não sejam eficientes para solucionar problemas, que alguns grupos atribuem como invasão do terceiro mundo, mas não como uma crise migratória gerada pelos efeitos das políticas neoliberais (Brown, 2010, p. 89-96).

O reconhecimento desse caráter xenófobo é revelado em Said (1979), quando afirma que os muros conseguem ser um elemento crível para organização do espaço que elabora identidades mediante à afirmação geográfica dos seus espaços e limites que caracterizam o espectro dicotômico: nossa terra e a terra deles. Por isso, tendem a funcionar mais como organizações imaginativas que exigem a distinção entre as identidades por marcos territoriais (Said, 1979, p. 54-55).

Neste aspecto, segundo Chávez (2012), os discursos constroem fronteiras e também constituem a forma como a imigração e o refúgio, de modo geral, são compreendidos, visto que a ideologia conservadora detém o domínio do debate mais amplo no imaginário das pessoas. Isso, por sua vez, sugere que o público pode estar mais disposto à apoiar políticas e ações problemáticas do Estado, pois não existem outros termos pelos quais compreender questões importantes.

Por isso, Carter e Poast (2017), destacam que a constituição de muros em fronteiras é uma prática estratégica agressiva de gestão de fronteiras, cuja desigualdade econômica transfronteiriça é um preditor central da presença e construção de muros. Ela incorre em uma motivação de conter

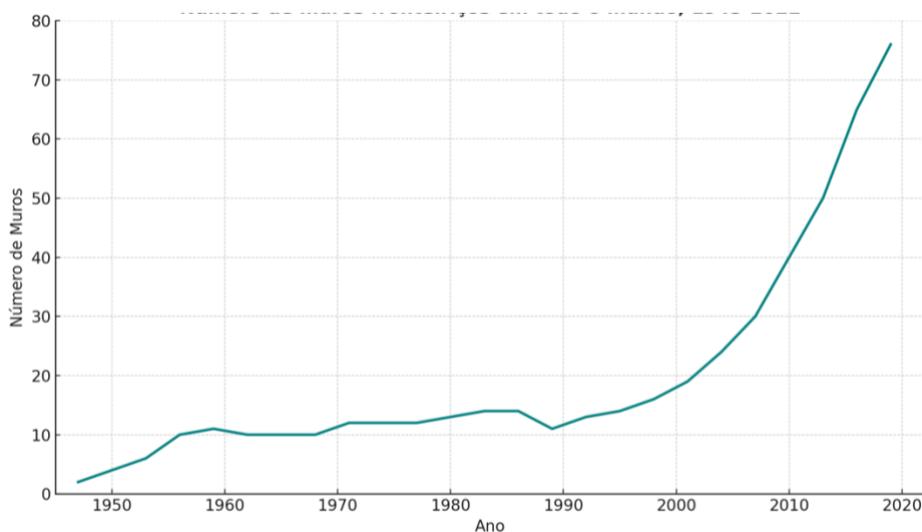
o fluxo indesejado de pessoas e bens através da fronteira, especialmente porque essas estratégias unilaterais e agressivas de gestão de fronteiras estão em ascensão na era denominada globalização.

O relatório produzido por Akkerman (2019) adiciona que há uma forte participação corporativa à frente desses projetos de construção de muros no Norte Global. Por exemplo, a União Europeia e seus estados membros aumentaram seus gastos públicos com esses projetos, aumentando, em contrapartida, o lucro das empresas de construção e tecnologia de segurança.

Em 2018, o mercado global de segurança de fronteiras foi estimado em aproximadamente €17,5 bilhões, com um crescimento anual esperado de pelo menos 8%. Assim, desde o fim da Guerra Fria, ao menos €900 milhões foram gastos em muros e cercas terrestres na Europa. Em vez de mitigar a crise humanitária, esses projetos acabam por exacerbá-la, forçando pessoas refugiadas e migrantes a arriscarem suas vidas em busca de rotas mais longas para cruzar as fronteiras, muitas vezes resultando em violência e detenção.

A retórica política, juntamente com as promessas da União Europeia de continuar financiando tecnologia de fronteira e operações de vigilância, indica um aumento contínuo das medidas securitárias de alto impacto (Akkerman, 2019). Em uma pesquisa, comparando a quantidade de muros entre 1945 a 2020, Vallet (2022), projeta que nunca houve tantos muros físicos na fronteira como nos últimos anos. Em nível global, o número de fortificações fronteiriças multiplicou. Havia apenas uma dúzia de muros fronteiriços no final da Guerra Fria.

Gráfico 1. Número de muros fronteiriços em todo o mundo, 1945-2020



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados de Vallet (2022)

A partir desse gráfico, observa-se que o ano de 2016 marcou um pico significativo do aumento de muros nas fronteiras ao redor do mundo. Este período coincide com o da campanha eleitoral de Donald Trump, foco do estudo de caso desta pesquisa. A questão suscitada deste fenômeno é que a construção de um muro apela, correntemente, aos regimes democráticos sob lideranças autoritárias (Vallet, 2022).

Por sua vez, observado por Castells (2018), os muros são uma manifestação visível das barreiras invisíveis que surgem devido à crescente desigualdade, exclusão social e medo, eles refletem a incapacidade dos sistemas democráticos de lidar com os problemas estruturais da globalização, como a redistribuição injusta de recursos e a falta de inclusão social. Deste modo, a democracia liberal está em crise porque não consegue mais responder adequadamente às necessidades e às demandas dos cidadãos.

Especialmente, porque há uma forte desconexão entre governos e cidadãos, cuja percepção de que os governos estão mais preocupados em manter o poder e em atender aos interesses das elites do que em servir ao povo, criando, de tal modo, uma desconfiança generalizada. Este fator se relaciona com a revolução digital e com a proliferação de informações (e desinformações), mudando a forma como as pessoas interagem com a política e com as instituições (Castells, 2018).

Assim, segundo Gjørnv (2012), a concepção de segurança precisa ser encarada para além de um conceito militar de solução, cujo autor denomina como segurança negativa, aquela que se baseia no uso da força (violência estatal) para alcançar seus fins. A problemática reside na concepção de segurança negativa estar atrelada à epistemologia do medo, focada em identificar ameaças e na busca de resolvê-las a partir do uso da violência.

Logo, a implicância disso é que o reconhecimento de perigo e dos inimigos servem para legitimar o uso da força, fazendo sua prática resolutiva entrelaçada com o uso imediato da violência, minimizando, por seu turno, as possibilidades de reconhecimento dos múltiplos atores que podem estar envolvidos no contexto a se pensar segurança. Uma das consequências dessa abordagem tão restrita é a falta de contexto para se estruturar meios de produzir segurança.

Portanto, conforme sugere Gjørnv (2012), é fundamental que haja uma estrutura de segurança com vários atores que possam observar e avaliar quais práticas entre os atores parecem ter sucesso em determinados contextos e quais processos falham. Porventura, o respectivo adentro sublinha a problemática das ações de exceções do Estado em lidar com pautas que viabilizam o uso da violência estatal para sanar problemáticas posicionadas em espectros emergenciais,

principalmente quando guiadas pela conjuntura de medo, por um objeto de referência generalizado nas narrativas.

1.4 Panorama das práticas securitárias da região fronteira dos Estados Unidos-México.

O objetivo deste subcapítulo é apresentar, com base na literatura, como a região fronteira entre os Estados Unidos e o México era alvo de interpelações pejorativas desde a década de 1990. Essas interpelações remetem às pressuposições da Escola de Paris, indicando que as práticas de securitização na região não são excepcionais, mas costumeiras.

Por conseguinte, conforme destaca Ackleson (2005), as motivações expostas nos discursos dos defensores da elaboração de um muro na região fronteira entre os Estados Unidos com o México se destacam por seus traços ideológicos, cuja insegurança residia na circulação de grupos étnicos específicos na região, caso dos mexicanos (latinos) na década de 1990 e a intensa associação deles com narcotraficantes, bem como de pessoas muçumanas aos terroristas após o evento do 11 de setembro.

Neste aspecto, segundo Bauman (2008), a sociedade contemporânea se insere num espaço onde viver com medo é tolerável e recorrente. Todavia, de acordo com Melchior (2013), sua implicação reside na sua maneira de se tornar a fonte legitimadora da emergência, ao passo que a demanda social por respostas emergenciais são respondidas por políticos com soluções apenas simbólicas. Assim, recorrentemente, o medo por uma percepção equivocada da realidade pode ocasionar uma inversão dos autores da violência (Shecaira, 1990, p.136).

Segundo dados do *Uniform Crime Reporting Program* do FBI⁶, os crimes de ódio em 2016 aumentaram, aproximadamente, em 5%, comparado aos números apresentados nos dois anos anteriores, aumento de 6.100 casos de crimes de ódio. A compilação de dados fornecidos estabelece o crime de ódio como um crime cometido que seja motivado, no todo ou em parte, por um limite de evidência que o ofensor apresenta contra raça, religião, deficiência, orientação sexual, etnia, gênero ou identidade de gênero da vítima.

Embora os dados não demonstrem uma relação direta com os discursos injuriosos de Trump, pesquisas citadas no decorrer deste subcapítulo apontam a proximidade que seus atos

⁶ O relatório de estatísticas de crimes de ódio é elaborado a partir dos relatórios do Sistema Nacional de Relatórios Baseados em Incidentes (NIBRS) e do Sistema de Relatórios Resumidos (SRS) enviados voluntariamente ao FBI. A produção dos dados referentes ao ano de 2016 corresponde aos dados recebidos de 15.956 das 18.467 agências de aplicação da lei no país naquele ano. Disponível em: <<https://cde.ucr.cjis.gov/LATEST/webapp/#/pages/explorer/crime/hate-crime>>.

discursivos podem ter com esse aumento suasório de crimes de ódio no país. Isto, por sua vez, retoma o que Shecaira (1990) destaca quanto à inversão dos autores da violência.

Assim, segundo Ackleson (2005), desde a década de 1990, a discussão sobre o controle da fronteira dos EUA com o México, por meio de armamentos e tecnologias de segurança, tem sido guiada por lideranças políticas que associam a migração e o refúgio a perigo, risco e desordem. Essas autoridades frequentemente descrevem a região como desordeira, justificando a necessidade de segurança devido à presença de numerosos imigrantes indocumentados e/ou pessoas refugiadas. Após os ataques de 11 de setembro, o discurso se ampliou para incluir imigrantes muçulmanos, reforçando estigmas islamofóbicos (Ackleson, 2005).

A militarização da fronteira dos Estados Unidos com o México não ocorreu, contudo, em resposta aos eventos de 11 de setembro de 2001, mas forneceram uma justificativa conveniente para intensificar essas estratégias, que estavam em andamento há décadas. Desde a administração de Ronald Reagan (1981-1989) que esses interesses estavam presentes nos planos do governo dos Estados Unidos (Chávez, 2012). Por exemplo, a *Southwest Border Strategy*, que foi dividida em quatro fases do Serviço de Imigração e Naturalização (INS), implementada após o NAFTA, em 1994, planejou estrategicamente militarizar a fronteira entre os EUA e o México para supostamente deter travessias clandestinas (Stana; Rezmovic, 2001).

Neste cenário, a administração Reagan implementou uma infraestrutura massiva de militarização da fronteira; abordagem esta que ficou conhecida como a "doutrina de conflito de baixa intensidade". Essa doutrina foi usada para gerenciar contra-insurgências internacionais, especialmente na América Central, porém, também se aplicou ao baixo nível de envolvimento militar destinado a "manter o controle social sobre populações civis-alvo" na fronteira EUA-México (Chávez, 2012).

Os gastos com a Patrulha de Fronteira aumentaram significativamente durante sua administração, com o número de funcionários crescendo 90% e o financiamento em 149%. A detenção foi estabelecida como punição para migrantes e solicitantes de refúgio por causas políticas, resultando na criação de mais instalações de detenção e no uso de recursos habitacionais de ONGs para esse fim. Além disso, a Patrulha de Fronteira adotou tecnologias avançadas, incluindo rifles militares M-14 e M-16, sistemas de sensores e visão noturna, vigilância por televisão e radar infravermelho aéreo (Dunn, 2001).

Esse aumento significativo de patrulhas na fronteira, na administração Reagan, ocorreu no que ficou conhecido como contexto da Guerra às Drogas, em que foi enfatizada a importância de reforçar a vigilância na fronteira com a América Latina. No entanto, seu plano estratégico não conseguiu reduzir efetivamente o fluxo de drogas para os Estados Unidos. Em vez disso, resultou em uma mudança na produção dos cartéis colombianos e mexicanos de maconha para cocaína e heroína, que são mais fáceis de contrabandear e lucrar. Isso aumentou a oferta global dessas drogas, diminuindo seus preços e tornando-as mais acessíveis (Westhoff, 2013).

Outro fator a se destacar é que sua abordagem associou fortemente a imigração e o refúgio a segurança nacional, utilizando o medo e a preocupação com as drogas para justificar ações rigorosas contra imigrantes e pessoas refugiadas. Essa política de guerra às drogas intensificou a militarização da fronteira a ponto de contribuir para a percepção de que os imigrantes e as pessoas refugiadas, particularmente os mexicanos, estavam ligados ao tráfico de drogas e ao crime. Essa abordagem ajudou a fomentar estereótipos negativos e generalistas aos mexicanos, retratando-os como uma ameaça à segurança dos Estados Unidos (Hiemstra, 2019).

Em seguida, na administração de George H.W. Bush (1989-1993), o plano estratégico de segurança "*Plan Frontera Sur*" ocasionou um aumento das denúncias de violência física, crueldade e detenções injustas. Esses abusos incluíam desde a queima intencional de campos onde migrantes se escondiam até a detenção e agressão física de cidadãos indígenas mexicanos sob a acusação de serem migrantes guatemaltecos. Deste modo, as políticas de endurecimento das fronteiras deslocaram a vigilância para o sul, fazendo com que os migrantes e as pessoas refugiadas seguissem rotas mais perigosas. Isso resultou em um aumento dos riscos de assalto, estupro, sequestro e morte para os migrantes e pessoas refugiadas. As políticas de controle de fronteiras mais rigorosas os levaram a dependerem mais de contrabandistas, contribuindo para o desenvolvimento de redes de contrabando (Horovitz, 2019).

Neste período, as relações dos Estados Unidos com a maioria de seus vizinhos do Sul se tornaram "narcotizadas", cuja campanha antidrogas substituiu o anticomunismo como a força motriz da política de segurança estadunidense na região. Com substancial pressão e apoio de Washington, muitos países latino-americanos mobilizaram seus militares para combater a "guerra às drogas" (Andreas, 2003).

Este contexto emerge das complexidades substituídas do mundo pós-Guerra Fria, cujas questões de intervenção se tornaram mais difíceis de responder. A nova conjuntura do sistema

internacional, segundo Dobson e Marsh (2007), impactou a administração de George H. Bush e Clinton, especialmente, por eclodir uma reavaliação da segurança, impactando questões de intervencionismo militar. Sem as restrições da bipolaridade, conceitos menos tradicionais de segurança ganharam destaque, antes marginalizados pela necessidade de sobrevivência em um mundo bipolar nuclearmente perigoso.

Em terceiro, o período da administração de Bill Clinton (1993 a 2001), por sua vez, suscitou a política de *prevention through deterrence*, uma estratégia de mitigação da entrada de imigrantes e pessoas refugiadas sem documentação, que obteve uma abordagem estrita do fortalecimento da segurança na fronteira com o México, com o objetivo de dissuadir pessoas sem documentação ao aumentar as barreiras físicas e de vigilância, tornando a travessia mais difícil e perigosa. A luta contra o crime transnacional foi um tópico enfático de sua administração, o qual ordenou que a Agência Central de Inteligência (CIA) priorizasse o combate ao crime organizado, refletidos, assumindo um enfoque maior às questões transnacionais (Andreas, 2003).

Entre a administração de Bill Clinton (1993 a 2001) e George W. Bush (2001-2009), houve um aumento significativo no número de mortes de migrantes e pessoas refugiadas tentando cruzar a fronteira dos Estados Unidos com o México. Entre 1994 e 2009, as estimativas de mortes variaram entre 3.861 e 5.607, com uma média anual de 356 a 529 mortes. A implementação de políticas de "prevenção por meio da dissuasão" de Bill Clinton, que fecharam efetivamente a fronteira em áreas urbanas, empurrando migrantes e pessoas refugiadas para cruzamentos mais remotos e perigosos, contribuiu para esse aumento nas fatalidades. Além disso, durante o segundo mandato de Bush, houve um aumento de quatro vezes nas perseguições criminais federais por infrações de imigração e refúgio, contribuindo para a crise humanitária na fronteira (Androff, Tavassoli, 2012).

Em quarto, embora George W. Bush (2001-2009) planejasse uma reforma abrangente na imigração, os ataques de 11 de setembro de 2001 mudaram as prioridades para a segurança contra o terrorismo. A preocupação crescente com as fronteiras dos EUA criou um ambiente político desfavorável para a reforma, resultando na rejeição do projeto de lei de 2007. Em resposta à violência do narcotráfico, a administração Bush lançou a Iniciativa Mérida em 2007, destinando 1,4 bilhões de dólares para ajudar o México e a América Central. No entanto, a iniciativa foi criticada por não enfrentar problemas fundamentais como a corrupção policial e as condições econômicas que incentivaram o tráfico de drogas (Powaski, 2019).

Em 2006, Bush anunciou o envio de seis mil soldados da Guarda Nacional para auxiliar na segurança da fronteira com o México e também ampliou as barreiras físicas na fronteira, incluindo a construção de cercas e muros em áreas estratégicas para dificultar a travessia ilegal. Concomitantemente, a administração Bush implementou operações de vigilância intensificadas, aumentando os esforços de detenção de imigrantes e pessoas refugiadas não documentadas, incluindo a utilização de tecnologias militares para detectar e apreender pessoas tentando cruzar a fronteira. Outrossim, foi o reconhecimento dado no governo Bush a grupos de vigilantes como o *Minuteman Project*, que realizavam patrulhas voluntárias na fronteira para prevenir à entrada de imigrantes e pessoas refugiadas sem documentação. Embora esses grupos tenham gerado controvérsia, eles contribuíram para aumentar à atenção sobre a segurança da fronteira (Chávez, 2012).

Este mesmo grupo, o *Minuteman Project*, vai exercer forte presença no período da campanha eleitoral de Donald Trump. Porém, sua atuação, segundo Brown (2010), explora o enfraquecimento das prerrogativas do monopólio estatal de decisão, pois reforçam o quão frágil o imaginário de Estado soberano se encontra (Brown, 2010, p. 86-89). À vista disso, de acordo com os apontamentos da Escola de Paris acerca do processo de securitização enquanto práticas rotineiras de insegurança, observa-se que, desde à administração Reagan, a fronteira entre Estados Unidos e México foi alvo de um programa político, que se concretizou como um objeto de medo e risco.

Essa construção, destacada por Bigo e Tsoukala (2009), reflete um projeto de insegurança que advém de uma política de desconforto presente nas práticas empíricas de rotular temas em pautas de “segurança”, servindo excessivamente de slogan ou método para certos grupos justificarem e impor um programa político, que será designado como um objeto de medo ou risco. Esta conjuntura corrobora a compreensão de que a segurança enquanto a eliminação de ameaças perpetua um ciclo vicioso no Sistema Internacional e não reduz a insegurança, mas aumenta-a (Bigo, 2008).

2. ANÁLISE DOS ELEMENTOS DO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE ESTADOS UNIDOS E MÉXICO

Neste capítulo, são apresentados e discutidos os elementos que constituem o processo de securitização, conforme visto no capítulo anterior, sendo eles: **o contexto, o agente securitizador, a audiência e o objeto referente**⁷. Esses elementos compõem o modelo de análise sugerido por Balzacq da Escola Francesa. Todavia, em virtude da complexidade da sociedade contemporânea que vivencia novas dinâmicas sociais, o elemento contexto será dividido por duas seções, mas que exploram cenários que se complementam.

Em vista disso, buscamos frisar que a importância de trabalhar com a perspectiva da securitização nesse caso específico não se dá apenas pela identificação do recurso à exceção e a medidas emergenciais, mas principalmente pela construção discursiva de um objeto referente como relativo ao campo da segurança e não como um tema que deve ser alocado na seara econômica, o que é visto como um elemento questionador ao analisar o contexto do processo de securitização. Por sua via, a escolha pela Escola de Paris, fundamentada nos trabalhos de Balzacq, vai ser o guia desta análise, cujo foco se dá no processo intersubjetivo dos quatro elementos referenciados acima como mecanismo desencadeador do processo de securitização.

2.1 Os Contextos da securitização de fronteira do caso Estados Unidos-México.

Estas seções do segundo capítulo foram pensadas para apresentar os elementos focais do processo de securitização a ser analisado. Assim, a divisão se dá de tal maneira, a seção 2.1.1 explorar os elementos que compõem o contexto sociocultural em que ocorre o processo de securitização, enquanto a seção 2.1.2 se atém o contexto socioeconômico

2.1.1 Identificando o contexto sociocultural

A depender do contexto social, político, cultural e econômico, os laços sociais e as capacidades de gerência de diálogos podem se romper. Esse cenário é notório nos grupos sociais contemporâneos, focados em suas visões de mundo e sua replicabilidade argumentativa perante uma espiral, cuja finalidade é difundir mensagens dentro de seu eixo, evitando a pluralidade discursiva e argumentativa (Brown, 2019).

⁷ A ordem é descrita conforme a estruturação do capítulo.

Desta maneira, o contexto sociocultural em que opera o processo de securitização é o da desinformação, protagonizando um impacto dispendioso na vitalidade das instituições democráticas (O'neil, 2017; Castells, 2018; Da Empoli, 2019). Neste novo paradigma, a comunicação afetiva é ressaltada e repercutida na cisão e polarização da sociedade (Han, 2022; Nunes; Traumann, 2023).

Os danos às instituições democráticas foram abrangentes, até mesmo aos países considerados modelos de democracia, como ocorreu com os Estados Unidos (Brown, 2019; Munn, 2021; Fisher, 2023). A desinformação conseguiu, de tal modo, acentuar os desafios da era das redes sociais digitais, cuja manipulação da informação resplandeceu a partir do dilema da bolha informacional, que acomete os usuários da internet ao acesso à desinformação (Pariser, 2012; Tufekci, 2017).

Neste contexto, os canais de mídia exploram a exibição de posturas escandalosas em momentos de eleições políticas (Sandro; Halima, 2020, p. 7106-7108). Isto posto, a espetacularização na mídia desenvolve um aspecto da economia de mercado, que ao invés de difundir informação, os objetivos são voltados aos lucros do consumo da espetacularização (Debord, 1997, p.7-165).

Concomitantemente, a sensação de medo também se torna uma mercadoria, principalmente, política. De acordo com Bauman (2014), a comunicação se tornou mais fragmentada na era da sociedade líquida, com os eventos catastróficos, a critério de exemplo, o 11 de Setembro, que lapidaram de uma vez o “estranhamento” aos estrangeiros. Assim, a iminência de ameaça mostra-se como subproduto da propaganda comercial do que a gravidade propriamente dita que o medo apresenta, pois as inúmeras tentativas de investimento com equipamentos engenhosos de segurança não causam proteção contra o perigo, mas assegura uma sedução por aperfeiçoados mecanismos de **ilusória segurança** (Bauman, 2014, p. 97-106).

Em vista disso, após os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos, um foco crescente em tecnologia avançada para monitoramento e controle de fronteiras foi explorado. Exemplos de tecnologias utilizadas incluem drones, torres fixas integradas (IFTs), sensores de movimento, câmeras de visão noturna, reconhecimento facial e análise de dados biométricos (Aizeki, 2021).

A busca por atualizações das técnicas de vigilância na fronteira entre Estados Unidos e México não é recente. Desde a administração de George W. Bush há investimento em projetos para tecnologia e vigilância na fronteira. Todavia, o questionamento que paira é seu resultado, de

acordo com Chambers *et al* (2021), em 2011 o projeto implantado foi desativado. Denominado de *Secure Border Initiative Network* (SBInet), o projeto custou ao todo 1 bilhão de dólares. No entanto, a aplicação da estratégia de prevenção através da dissuasão, da Patrulha de Fronteira dos Estados Unidos, demonstra que as fronteiras nos Estados Unidos e em todo o mundo, dependem cada vez mais de uma lógica de dissuasiva, que foge da proposta de obstrução total do movimento da entrada de imigrantes ilegais (Chambers *et al*, 2021; Nevins, 2023).

Essa estratégia reflete um aumento de investimento dos recursos públicos, alocando-os para aumentar a construção da infraestrutura de fiscalização e vigilância ao longo da fronteira entre Estados Unidos e México. O investimento foca numa série de programas tecnológicos de alto perfil projetados para facilitar a detecção remota de movimentos não autorizados, mas que tiveram resultados limitados (Doty, 2011; Massey; Durand; Pren, 2015). De 1998 a 2006, por exemplo, foram gastos \$239 milhões no sistema ISIS (*Integrated Surveillance Intelligence System*), que integrava sensores terrestres conectados a centros de controle e despacho centralizados.

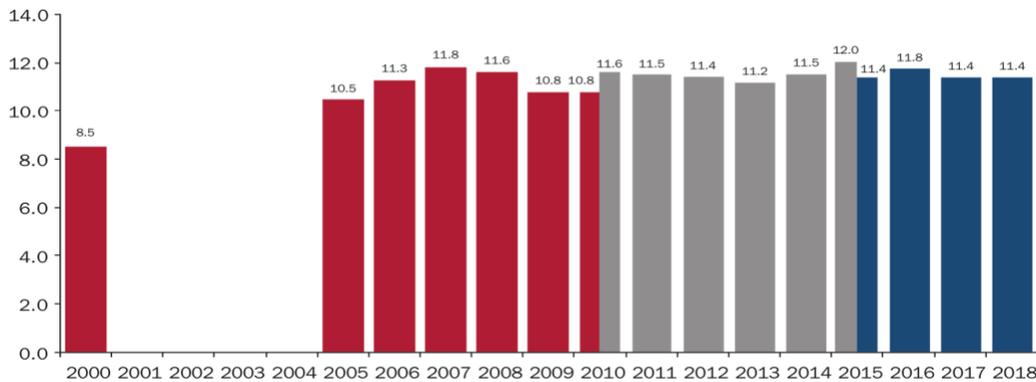
No entanto, o Escritório do Inspetor Geral do Departamento de Segurança Interna relatou que mais de 90% dos alertas dos sensores eram falsos, indicando atividades distintas da presença de imigrantes ilegais. Na fronteira sudoeste, apenas 2% dos alertas dos sensores resultaram em detenções (Boyce, 2016). Essa estratégia não se diluiu, ao contrário, a Patrulha de Fronteira dos EUA continuou a intensificar seu compromisso com a lógica da dissuasão, concentrando agentes, infraestrutura e tecnologia em locais estratégicos ao longo da fronteira (Boyce; Chambers, 2021).

Consequentemente, essas medidas não detiveram o fluxo ilegal de migração, mas condicionaram as pessoas a escolherem rotas em áreas cada vez mais remotas, resultando em um aumento no número de indivíduos que morreram tentando a travessia (Martínez *et al.*, 2014; Slack *et al.*, 2016). De acordo com o relatório de estimativa da população não-autorizada que reside nos Estados Unidos, produzido pelo Departamento de Segurança Interna dos Estados, entre 2015 e 2018, uma média de 310.000 pessoas chegaram ilegalmente ou permaneceram além do permitido a cada ano. Contudo, apesar dessas novas chegadas, o número total de pessoas não autorizadas não aumentou de forma significativa durante esse período.

Assim, a população não autorizada se manteve estável, pois as entradas mais recentes foram compensadas por fatores que reduziram o número de pessoas nesse grupo, como a morte daqueles que buscam a travessia pela fronteira com o México (DHS, 2021). No Gráfico 1, abaixo, é possível

observar que não há um número de mudanças abruptas em relação aos imigrantes não autorizados residindo em território estadunidense. O único ano que destaca uma grande diferença é o de 2000.

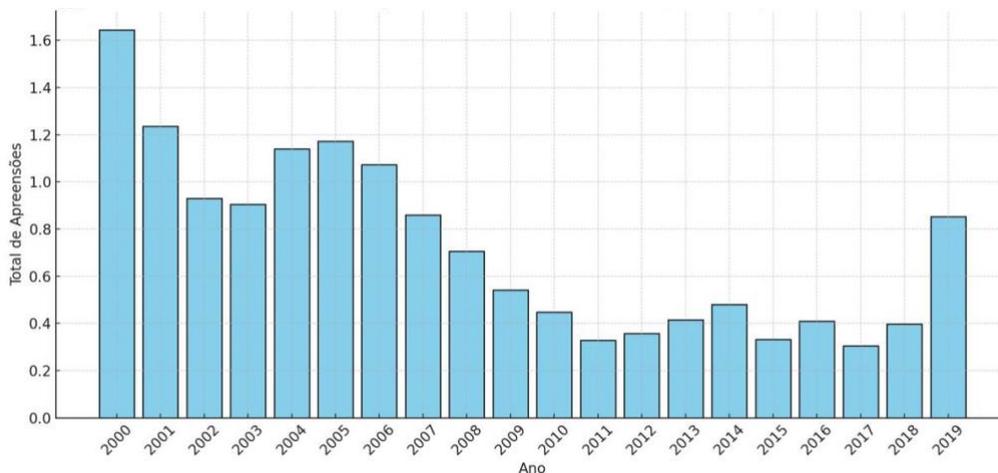
Gráfico 2. População Imigrante Não Autorizada Estimada: 2000-2018



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados do relatório do U.S. Department of Homeland Security (2021)

No Gráfico 2, elaborado com base nos dados do *United States Border Patrol* (2020), por sua vez, é possível observar que as apreensões de estrangeiros ilegais diminuíram significativamente entre 2000 e 2011. A partir de 2012, houve oscilações, com picos e quedas até um aumento expressivo em 2019. Todavia o ano de maior número de apreensões foi o 2000, com mais de 1,6 milhão, enquanto o de menor número de apreensões foi 2011, com cerca de 327 mil.

Gráfico 3. Total de apreensões na fronteira sudoeste dos Estados Unidos (2000-2019)

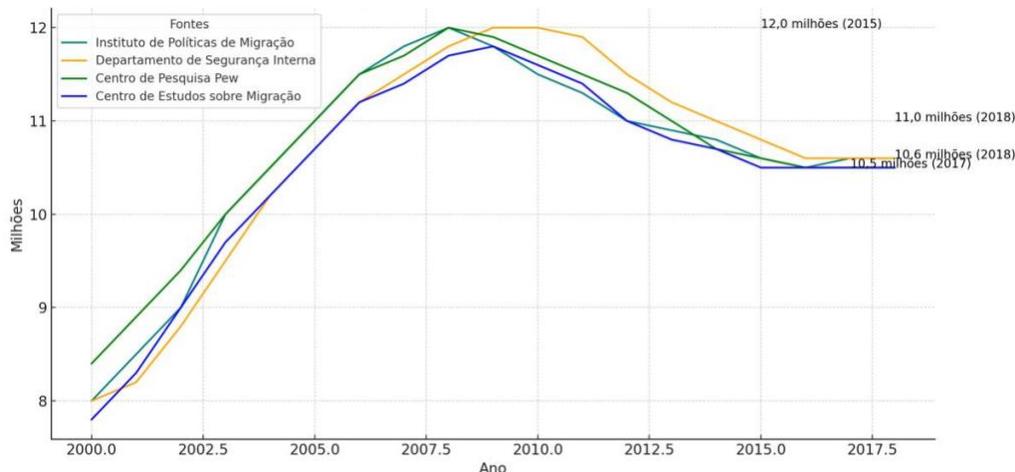


Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados do United States Border Patrol (2020)

No gráfico seguinte, encontramos outros detalhes sobre o andamento da imigração ilegal nos Estados Unidos ao avaliar diversas fontes sobre a estimativa da população de imigrantes não autorizados. Ambas apontam um crescimento inicial entre (2000–2007/2008) e um aumento gradual no número de imigrantes não autorizados, alcançando o pico entre 11,5 e 12 milhões por volta de 2007 e 2008.

Assim como projetam um declínio após 2008, cujo número começa a diminuir após 2008, possivelmente devido à crise econômica global e ao aumento das medidas de fiscalização migratória. Embora note-se uma estabilidade entre os anos de 2015 a 2017, este período demonstra uma variação entre os números apresentados pelas fontes.

Gráfico 4. Estimativas da população de imigrantes ilegais nos EUA (2000-2017)

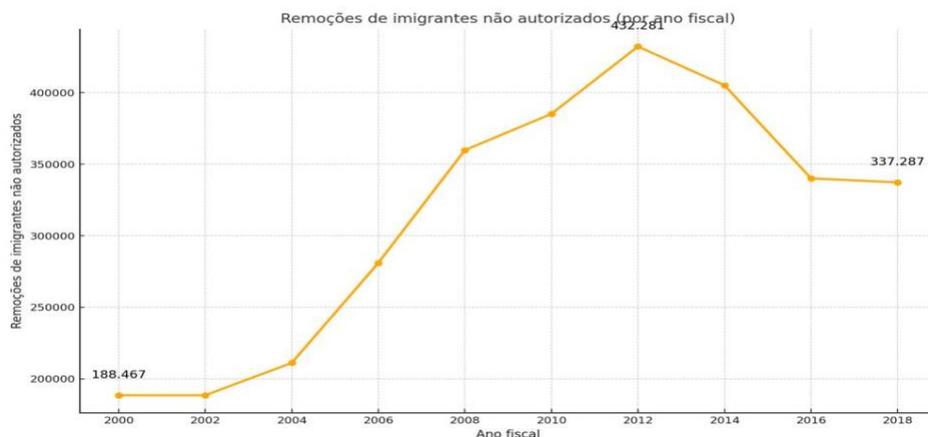


Fonte: gráfico elaborado pelo próprio autor com base nos dados do Migration Policy Institute em Capps *et al* (2018)

Por outro lado, ao analisar os dados sobre imigrantes não autorizados detidos na fronteira ou no interior do país, que podem ser sujeitos a deportação — formalmente denominada ‘remoção’ — é importante observar que tanto o *Customs and Border Protection* (CBP) quanto o *Immigration and Customs Enforcement* (ICE) podem realizar esse processo.

No ano fiscal de 2018, foram registradas 337.287 remoções de imigrantes não autorizados, o que representa um aumento de 17% em relação ao ano anterior. No entanto, o número de remoções permaneceu abaixo dos níveis observados durante a maior parte da administração Obama, incluindo um período de três anos (entre 2012 e 2014), quando as remoções superaram 400.000 por ano.

Gráfico 5. Remoção de imigrantes não autorizados (por ano fiscal)



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados de Gramlich (2020).

Outro aspecto relevante da imigração ilegal é a mudança no perfil demográfico dos indivíduos que recorrem a essa alternativa de mobilidade. Anteriormente, a maioria era composta por adultos solteiros em busca de atravessar a fronteira ilegalmente. No entanto, essa realidade mudou substancialmente, com um aumento no número de pessoas viajando em famílias, que representaram a maioria dos apreendidos em 2019 (56%). Outro dado importante refere-se à localização geográfica dos imigrantes: a maioria dos apreendidos provém dos países do Triângulo Norte da América Central — El Salvador, Guatemala e Honduras — que enfrentam sérios problemas de violência e falta de oportunidades econômicas. Esse padrão revela uma mudança significativa em relação aos anos 2000 e início dos anos 2010, quando os mexicanos eram, de longe, a principal nacionalidade entre os apreendidos. Um ponto inquietante deste cenário é que o perfil das pessoas que buscam essa travessia não é exclusivamente latino, um número crescente de migrantes da Ásia, América Central e outros lugares buscam entrar nos Estados Unidos pelo México (Pew Research Center, 2020).

Neste cenário geográfico, o 11 de setembro permanece ressoando complexidades, visto a nova força simbólica que ela apresentou, especialmente, como força de ataque, ao passo que não houve como circunscrever um risco numa sociedade que não vivia contextos de temor de explosões ou colapsos na dimensão do que foi o ataque às torres gêmeas. Neste sentido, os efeitos da engenharia de insegurança permitiram que uma nação pudesse reagir sob inúmeros equívocos, desde a reação administrativa na operatividade militar sem ter uma identificação nítida do oponente, como também nas reações da população sobre o ocorrido, as quais puderam ser

encaradas como uma incapacidade do governo de determinar a magnitude do risco que a essência terrorista promove à sociedade (Habermas, 2006, p. 3-36).

Tais resultados ineficientes de reverter o cenário de caos deram, assim, munição aos arquitetos das teorias da conspiração de propagar narrativas que dessem algo mais concreto sobre os culpados pelas mortes de milhares de americanos na internet (Lepore, 2020, p. 790-848). Deste modo, incorre sublinhar que a propagação de teorias conspiratórias antecede a força política de Donald Trump com performances desinformativas, porém, ele se aproveita deste contexto, inaugurando o populismo digital à medida que promove uma realidade paralela, alimentada por uma constante produção de desordem informacional com *fake news*, e teorias da conspiração, que, paradoxalmente, reforçam a promessa do líder populista de restaurar a ordem. Com enfoque brando de produção de um ambiente de comunicação exclusivo e paralelo à mídia tradicional (Engesser; Fawzi; Larsson, 2017; Marwick; Lewis, 2017; Albright, 2017; Cesarino, 2020).

Com isso, pode-se inferir que a conjuntura do ambiente midiático atual expõe as fragilidades da sociedade estadunidense, influenciada pela chamada "engenharia da insegurança", conforme destacado por Habermas (2006). Esse cenário permitiu que os meios de comunicação, em especial a internet e as redes sociais, criassem obstáculos à compreensão pública dos acontecimentos cotidianos.

Segundo Dewey (1954), o obscurecimento do público parte de ações que desvalidam o papel da comunidade, responsável pelas bases democráticas, induzindo os sujeitos a seguirem um ordenamento de papéis arriscados a manutenção do regime democrático, porém, acontece quando o contexto social, político, cultural e econômico está em processo de instabilidade, o que provoca uma perda das capacidades de gerência de diálogos entre os grupos sociopolíticos (Dewey, 1954, p.144-170).

Conforme apresentado por Levitsky e Ziblatt (2018), líderes populistas costumam recorrer às fragilidades de grupos sociais situadas em contextos econômicos, políticos e sociais instáveis a fim de adquirir capital social que os leve a dominar sua influência política, todavia, fazem de formas apelativas que recaem em posturas ardilosas, promovendo riscos aos regimes democráticos.

Desta maneira, desde o 11 de setembro grupos políticos na internet nutrem visões xenófobas com uma forte propagação do medo de algumas identidades sociais. Um exemplo disso,

pode ser encontrado no website [Weeneedafence.com](http://weneedafence.com)⁸, o qual exemplifica diversos discursos/postagens com formas de linguagem que relatam a existência de um perigo iminente com a ausência de um aparato material que articule visualmente um interior nacional homogêneo, ou seja, um muro que possa revitalizar as características de ordem e segurança perdidos com o mundo globalizado (Brown, 2010, p. 100-103).

De acordo com Brown (2010), os novos esforços de fortificar fronteiras na contemporaneidade não são direcionados para alertar, a primeiro momento, os que compõem o outro lado da cerca. Porém, emergem como uma tentativa de reforçar e insinuar o poder de alguns grupos. Tais propostas de performatividade emergem de dois grupos: *Minuteman Border Fence*⁹ e um grupo de defensores da Patrulha de Fronteira dos Estados Unidos (anônimos)¹⁰ cujas afirmações se pautam na existência de uma crise de segurança da qual só pode ser sanada mediante uma ação de excepcionalidade, esta revela-se mediante o enfraquecimento das prerrogativas do monopólio estatal de decisão.

A argumentação da proposta desses grupos é de cercar o território a fim de projetar um Estado mais vigoroso mediante os efeitos da globalização e a fragmentação do Estado-nação. Todavia, tal ação é diluída haja vista que os próprios reforçam o quão enfraquecido o seu imaginário de Estado soberano masculinizado se encontra (Brown, 2010, p. 86-89)

Neste aspecto, a proposta do muro que intencionava um desenho brusco da fronteira dos Estados Unidos com o México se figurou a partir de discursos que transmitiam sentimento de compatibilidade de um imaginário político. Retrata a leitura aversa da imigração, sendo precisamente, defendido por esses grupos como uma invasão. O muro nesse sentido, emerge como resposta em formato de expressão hiperbólica, pretende-se demonstrar o reconhecimento dos que pedem por uma segurança da fronteira, como forma de expurgar os “inimigos da nação” (Brown, 2010, p. 74-88)

⁸ Disponível em: <<http://weneedafence.blogspot.com/2006/05/open-border-poem-by-scott-rohter.html>>. Acesso em: 29.04.2020

⁹ Disponível em: <https://www.minutemanhq.com/bf/photo_gallery.php>. Acesso em: 29.04.2021

¹⁰ De acordo com Wendy Brown, esse grupo no anonimato gera uma mobilização na internet com uso de um website que replica até a própria logo da U.S. Border Patrol. O site encontra-se disponível em: <http://www.usborderpatrol.com/Border_Patrol90.htm>. Acesso em: 29.04.2020.

Portanto, a forma de Trump simbolizar a xenofobia se deu a partir das declarações discursivas de prometer a edificação de um muro que limitasse as chances dos mexicanos acessarem o território que é, conforme sua forma de partilhar identificação com seus apoiadores, pertencente àqueles compatíveis com os ideais conservadores. Sua tática era de ecoar sua mensagem diante daqueles que se sentiam rejeitados em seu próprio território em relação ao novo cenário sob efeitos da globalização (Castells, 2018, p. 31-32)

Embora os muros possam desempenhar diversas funções, seus propósitos desnudam melhor sua existência, com amparo da história política é possível, como no caso israelense de fortificação notar que foi a partir dos muros gerados que a construção de uma identidade nacional se formulou na região, pois servia como instrumento de afirmação da soberania daqueles que habitavam a região demarcada por barreiras físicas. Desta maneira, os muros são relacionados aos processos sociopolíticos e as construções identitárias (Vallet; David, 2012).

2.1.2 Identificando o contexto socioeconômico

Muitos compreendem o neoliberalismo como um conjunto de políticas econômicas que favorece ações irrestritas de mercado e causa o desmonte do Estado de bem-estar social. Todavia, embora seja de práxis sintetizar que isso acontece pela privatização dos bens públicos que acomete a responsabilização dos sujeitos, especialmente no thatcherismo e do reaganismo nas décadas de 1980 e 1990, o neoliberalismo pode ser visto também como uma racionalidade governamental. Essa racionalidade não apenas reconfigura as políticas, mas molda tipos específicos de sujeitos, modos de conduta e novas ordens de significados sociais e valores (Brown, 2021).

No contexto dessa racionalidade governamental, a ideia de liberdade é redefinida sob a ótica do mercado, perdendo suas atribuições políticas que a vinculam à soberania popular e, portanto, à democracia. Em vez disso, a liberdade torna-se sinônimo da busca exclusiva por interesses privados, sendo amplamente exercida para maximizar valor, competitividade ou participação de indivíduos e empresas no mercado (Han, 2014; Han, 2015; Han, 2018). O único significado político é negativo – ela só prospera na ausência da política e, em especial, do governo. À medida que a racionalidade neoliberal redefine o sentido, os sujeitos e os objetos da liberdade, aqueles que pensam de forma divergente são classificados como opositores radicais da liberdade, não apenas no âmbito econômico. Portanto, a liberdade toma forma autoritária, antidemocrática e antissocial (Brown, 2020).

Entre os principais pensadores neoliberais, Hayek (1982) se destaca ao posicionar a política e a democracia como limitações à liberdade, uma vez que, segundo ele, concentram o poder e inibem a ação individual. Assim, Hayek compreende que o desenvolvimento civilizacional emerge apenas na ausência de intervenção política. Nesse contexto, tanto a desregulamentação quanto a privatização assumem valores morais e filosóficos amplos, aplicando-se a áreas que ultrapassam a economia. Com a consolidação desses princípios, qualquer restrição à liberdade em nome da civilidade, igualdade, inclusão ou bem público tende a ser questionada e minimizada (Hayek, 1960).

A liberdade é, portanto, interpretada sob uma ótica de mercado, tornando-se um princípio ontológico e normativo de alcance abrangente: toda a sociedade é entendida e organizada como um mercado, e todas as formas de liberdade – sejam pessoais, políticas, sociais ou cívicas – assumem uma lógica mercadológica. É essa expansão que eleva a teoria econômica ao status de uma teoria cosmológica. A liberdade, nesse contexto, leva à responsabilidade; à responsabilidade, à disciplina; e a disciplina, por sua vez, promove inovações sociais, eficiência e ordem (Han, 2014; Han, 2015).

Os ataques abertos a imigrantes, muçulmanos, negros, pessoas LGBTQIA+ e mulheres são manifestações da lógica neoliberal, marcada pela expansão de seu domínio e pela defesa do princípio abstrato de proteção da liberdade pessoal contra uma presumida coerção política, tanto na legislação quanto no discurso público. Sob essa lógica, mobiliza-se amplamente o direito de desafiar normas de igualdade, tolerância e inclusão em nome da liberdade individual e da escolha. Dessa forma, o neoliberalismo estabelece um ataque direto à provisão social, à justiça, à política e à própria democracia. Nesse contexto, o ideal de um imaginário nacional democrático, público, pluralista e secular é retratado como um policiamento tirânico, enraizado em um suposto mito totalitário do social, sustentado pelos poderes coercitivos da política. Como resultado, ocorre uma reformulação profunda – e não apenas um reacendimento – das guerras culturais, antes vistas como encerradas no final do século XX (Brown, 2015).

Neste sentido, essa proposta da lógica neoliberal de expandir a “esfera pessoal e protegida” e restringir o alcance da democracia em nome da liberdade desenvolve um novo ethos da nação, um ethos que substitui um imaginário nacional democrático, público, pluralista e secular por um ethos privado, homogêneo e familiar. O primeiro apresenta compromissos com a modesta abertura, o império da lei (rule of law) e o pluralismo cultural e religioso. O segundo, especialmente em sua

forma tradicional, é excludente, amuralhado, homogêneo, unificado e hierárquico. Eles são os valores e as reivindicações do mercado, por um lado, e do familiarismo heteropatriarcal cristão, por outro (Brown, 2018).

Isso quer dizer, que o capitalismo privilegia o “vencer a qualquer custo” e o que Bauman (2017) chama de “uma sociedade de desempenho individual e uma cultura de individualismo do tipo afunde-ou-nade” domina a sociedade contemporânea. Não só o individualismo oculta a violência estrutural do capitalismo, mas também reduz a política ao pessoal (Bauman, 2017).

No contexto da racionalidade governamental neoliberal, os princípios democráticos de universalidade, igualdade e abertura são progressivamente marginalizados, enquanto a nação assume um caráter legitimamente iliberal frente aos considerados “internos aversivos”, o que recorda a época do Macarthismo (Lepore, 2020). Assim, o policiamento e o poder autoritário se expandem, legitimados pela necessidade de garantir uma ampla esfera de liberdade pessoal. Essa lógica dá lugar a muros, portões, sistemas de segurança e placas de “proibida a entrada”, que se tornam símbolos da liberdade ao delimitar o protegido do exposto, o familiar do estranho, e a propriedade do espaço comum.

Os efeitos da política econômica neoliberal em contextos sócio-históricos específicos, especialmente aqueles efeitos que dificultam a existência da classe média e trabalhadora branca nas regiões rurais e suburbanas das nações euro-atlânticas fez com que esse grupo específico percebesse uma ligação entre o declínio da soberania do Estado-nação, seu próprio bem-estar econômico em declínio e o declínio da supremacia branca masculina, com empregos terceirizados em fábricas sem influência sindical, pelo desaparecimento das moradias populares.

Esse cenário está fortemente presente nos Estados Unidos pela insatisfação dos Estados-pêndulo com o acordo NAFTA, que também sinaliza o afastamento do Partido Democrata de suas raízes de classe trabalhadora e do *New Deal*, de Franklin Delano Roosevelt. Além de estimular perdas devastadoras de empregos em fábricas em lugares como Milwaukee, Janesville e Racine, cidades de Wisconsin, o NAFTA ajudou a tornar esse estado número 1 do país em falências agrícolas, acelerando a tendência de “crescer ou sair” na agricultura. Wisconsin perdeu mais da metade de suas fazendas familiares durante o início dos anos 2000. Um caso notório deste efeito foi o da Master Lock, a icônica empresa de fechaduras de Milwaukee que terceirizou 1.000 empregos para o México logo após o então presidente Bill Clinton assinar o NAFTA (Conniff, 2022).

Inevitavelmente, o contexto socioeconômico em que Trump opera sua campanha política é conhecido por Chesnais (2001) como *mundialização do capital*, em que as empresas expandem globalmente, procurando mão de obra mais barata e condições regulatórias mais favoráveis em outros países. Neste sentido, os Estados Unidos encontraram desafios para os grupos de trabalhadores que são mais sensíveis à desindustrialização, à medida que as empresas transferiram a produção para os locais com custos de mão de obra mais baixos, enquanto as empresas buscavam cadeias de suprimentos globais mais eficientes e econômicas.

De acordo com Temin (2017), os Estados Unidos têm enfrentado um longo processo regressivo em sua estrutura produtiva, resultando na concentração de renda e riqueza. O setor de Finanças, Tecnologia e Eletrônica (FTE) é responsável por grande parte dos rendimentos totais do país, deixando uma parcela mínima do produto nacional para uma vasta população de trabalhadores não qualificados, que são alocados em setores de baixa densidade tecnológica. Este cenário se relaciona com a acentuada e grave transformação do fenômeno regional do *Rust Belt* de “Cinturão da Manufatura” para “Cinturão da Ferrugem”.

O outrora coração industrial da América se torna uma área de industrialização mais antiga, obsoleta e extensa dos Estados Unidos. Esta conjuntura já é abordada no livro *A Era dos Extremos* (Hobsbawm, 1995), que relata a decadência dessa região, em meados do século XX, com a transferência de fábricas para o oeste do país e o aumento da automação. Geograficamente, a região abrangia os estados do nordeste, do leste do estado de Nova York, ao norte de Indiana e leste de Illinois e Wisconsin, passando por Pensilvânia, Ohio e Michigan. Estes três últimos foram decisivos para o resultado da eleição presidencial de 2016 nos Estados Unidos.

Por sua via, conforme apresentado na pesquisa de Taylor e Ömer (2019), essa conjuntura resulta de um retorno da economia norte-americana a uma estrutura econômica altamente desigual, em face de mudanças institucionais e tecnológicas profundas e da expansão chinesa. Especialmente, com a China sendo capaz de deslocar para si grande parte dos empregos industriais de média complexidade dos Estados Unidos, cuja combinação dos efeitos das mudanças na produção e na produtividade fez os “setores estagnados” (de baixa produtividade) absorverem a maior parte da criação de empregos. A eliminação de postos de trabalho foi concentrada nos setores de tecnologia da informação, atacado, varejo, agricultura e manufatura. Fruto do processo de automação que ocorre há mais de dois séculos. Além disso, a robotização também teria contribuído

para um crescimento mais lento do emprego, principalmente ao bloquear o acesso de jovens ingressantes na força de trabalho industrial.

Gráfico 6. Produção Industrial dos Estados Unidos (1990-2024)



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base modelo de gráfico do *Board of Governors of the Federal Reserve System* (2023).

O Gráfico 6 acima, representando a produção industrial em território estadunidense, demonstra um longo período de estagnação nas últimas duas décadas, com destaque para quedas acentuadas durante a crise financeira de 2008 e a pandemia de 2020. Essa trajetória reflete claramente os processos descritos acima, relacionados à desindustrialização, à globalização econômica e à concentração de riqueza em setores tecnológicos e financeiros, abandonando trabalhadores industriais em regiões historicamente dependentes da manufatura, como o *Rust Belt*. Essa estagnação da produção industrial está fortemente conectada à implementação de políticas neoliberais, como o NAFTA, que aceleraram a terceirização de empregos industriais para locais com custos de produção mais baixos, como o México e a China.

Essas mudanças resultaram em uma redução significativa de postos de trabalho industriais, precarização do trabalho remanescente e o esvaziamento econômico de comunidades que antes dependiam do setor industrial, como Milwaukee e Racine. O resultado é um cenário de profunda insatisfação econômica e social, especialmente em estados-pêndulos como Wisconsin, Michigan e Pensilvânia, que se tornaram cruciais para disputas políticas recentes. Deste modo, é possível visualizar a desindustrialização e a desigualdade estrutural abordadas no texto, capturando as dificuldades enfrentadas por trabalhadores americanos diante da globalização e da automação,

além do impacto das políticas econômicas neoliberais sobre a produção industrial e o bem-estar social nos Estados Unidos.

Logo, esta condição é instrumentalizada politicamente, tornando a figura do imigrante hiperbolizada¹¹, na qual o terrorista se funde com o ladrão de empregos, cujas falsas promessas de potência econômica restaurada se misturam com falsas promessas de uma supremacia racial e de gênero restauradas. Fronteiras porosas de vizinhança e da nação, status socioeconômico erodido e novas formas de insegurança são traçados juntos em uma lógica causal racializada (Brown, 2019). Como no slogan do Brexit, “nós controlaremos nosso país novamente”. Ou os franceses com “é a nossa casa” (Castells, 2018).

Embora não sejam os homens brancos da classe trabalhadora e média os únicos prejudicados pela política neoliberal e os únicos negligenciados pelos políticos neoliberais, são eles que concentram a incitação das práticas contra o “politicamente correto” e a “justiça social”. Isso não quer dizer que esse grupo da direita contemporânea estivesse afastada de práticas misóginas, racistas, de islamofobia e de vigilantismo anti-imigrante, mas receberam uma visibilidade maior com as mídias sociais.

Uma característica marcante deste grupo e do comportamento do próprio Trump, a desvalorização dos elementos mais elevados que asseguram a democracia liberal que não desaparecem, mas se tornam fungíveis e triviais, facilmente negociados, aumentados, instrumentalizados, superficializados (Sluga, 2017). A critério de exemplo, a indiferença de Trump em respeitar as normas básicas do comportamento político aceitável (Levitsky; Ziblatt, 2018) e de valorização da integridade informacional. Outro elemento desvalorizado é o religioso, cujo apelo aos valores religiosos tornam-se instrumentos cínicos para o uso irrestrito do poder

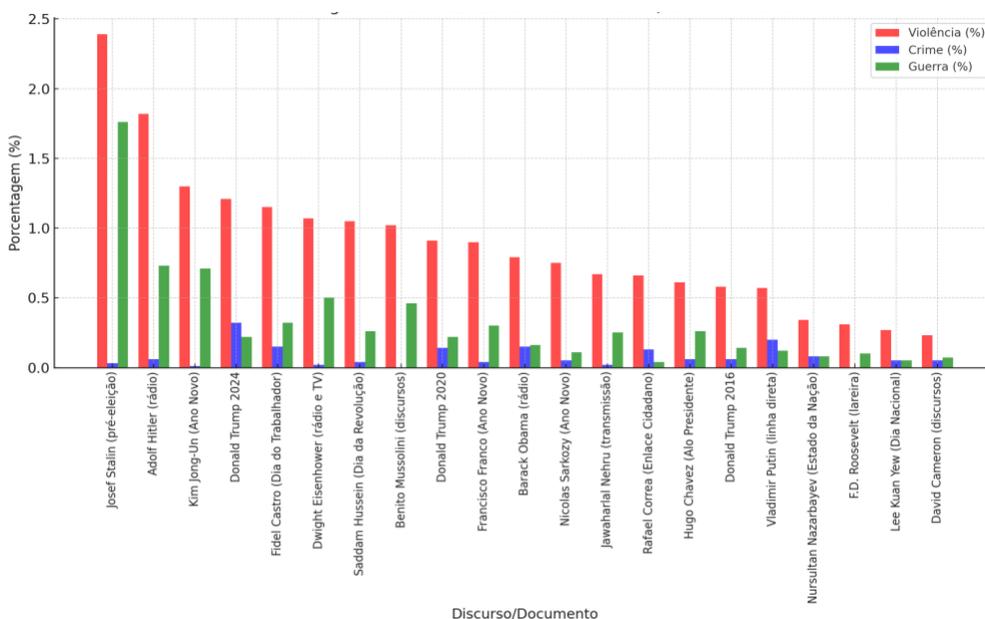
2.2 O agente securitizador: quem é Donald Trump?

Considerado um *outsider* político que explora aversões políticas da base eleitoral republicana de perfil mais conservador e reacionário, Trump surge na política estadunidense trazendo desafios para o gerenciamento das adversidades políticas que não vinham sendo acentuadas desde o movimento pelos direitos civis em 1965 (Levitsky; Ziblatt, 2018).

¹¹ O termo se refere a usar, ornar com ou introduzir hipérbole(s) em discurso oral ou texto escrito, como recurso expressivo para acentuar ou diminuir de um modo exagerado, desproporcional ou inverossímil (o que é descrito ou referido).

Uma das tendências na retórica de Trump é o uso de vocabulário violento, simultaneamente se afastando do discurso político tradicional sobre desempenho econômico e qualidade dos serviços públicos. No início da carreira política, Trump mencionou com bastante frequência questões econômicas, explorando preocupações sobre empregos, comércio e prosperidade. Todavia, essa tendência não é exclusiva de Trump. Tanto os candidatos democratas quanto os republicanos têm usado menos vocabulário econômico em seus discursos desde pelo menos 2012. Em vez disso, sua retórica tem se centrado cada vez mais em políticas de identidade e questões culturais, refletindo mudanças mais amplas no discurso político (Savin; Treisman, 2024).

Gráfico 7. Porcentagem de Palavras Associadas a Violência, Crime e Guerra



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base na tabela de Savin e Treisman (2024).

Neste gráfico podemos notar que o discurso de Trump apresenta uma escalada contínua no uso de linguagem ligada à violência e ao crime entre 2016 e 2024, embora ainda seja mais moderado do que líderes como Stalin e Hitler no uso de retórica violenta. Porém, quando comparado a Barack Obama, que manteve valores baixos para violência (0,79%) e crime (0,15%), Trump apresenta uma abordagem muito mais polarizadora. Em termos de guerra, seu discurso é relativamente moderado, semelhante a figuras como Vladimir Putin (0,12%) e Nicolas Sarkozy (0,11%).

De acordo com Butler (2021), a linguagem é uma agência, ou seja, um ato que tem consequências, por isso, os discursos que evocam violência política são voltados para gerarem

ações violentamente contra alguém ou algo. Além disso, a repetição desses discursos agrava os contextos de injúrias (Butler, 2021). Neste sentido, Trump atua como um demagogo que explora divisões sociais ao criar uma polarização extrema entre seu grupo de apoiadores e os “outros” (minorias, adversários políticos). Especialmente, por sua forma de se comunicar com seus apoiadores a partir da desumanização¹² de minorias raciais, religiosas, a mídia e políticos opositores. Assim, sua retórica ecoa entre seus apoiadores, resultando em aumento de ameaças e atos de violência contra os grupos e indivíduos que ele critica (Naco; Shapiro; Bloch-elkon, 2020).

O caso notório foi sua frequente forma de atacar Barack Obama, vinculando-o a teorias conspiratórias e reforçando estereótipos raciais de questionar sua identidade a partir de movimentos como o *Tea Party* e nos programas televisivos sensacionalistas em canais como a Fox News (Nobre, Accioly Filho, 2022). Por sua via, uma pesquisa conduzida por Piazza e Van Doren (2023), baseada em um survey online com 1.909 respondentes dos EUA, realizado na plataforma Lucid Theorem – amplamente utilizada em estudos acadêmicos de opinião pública – revelou que indivíduos que aprovam o posicionamento político de Donald Trump têm maior propensão a endossar a violência política e a avaliar positivamente, em especial, a invasão ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021. Apesar de outras pesquisas indicarem que a maioria dos respondentes que expressam apoio ou tolerância à violência política não se engaja em comportamentos violentos, há uma vasta literatura que demonstra como atitudes favoráveis à violência podem aumentar a disposição de agir com base nelas (Piazza; Van Doren, 2023).

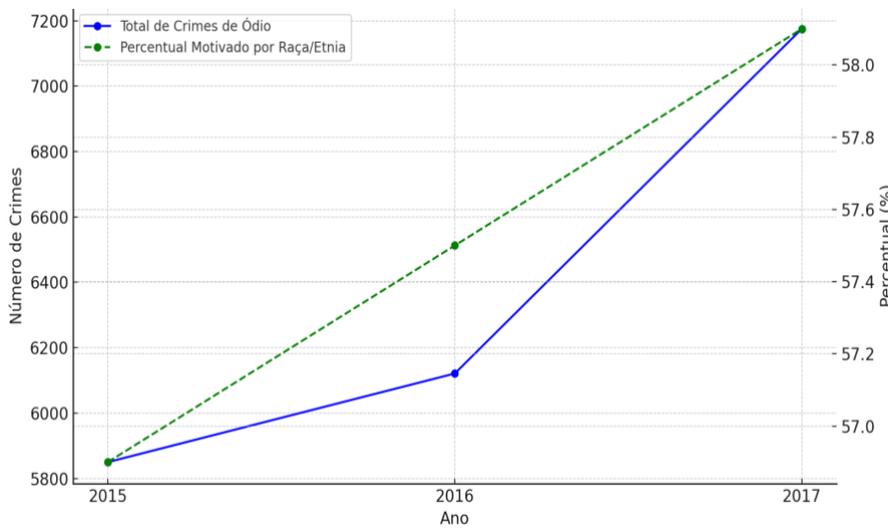
Esse contexto de competitividade eleitoral intensa reflete eleições acirradas que fomentam tensões e violência, especialmente em um cenário marcado por divisões partidárias baseadas em identidades. Essas divisões intensificam polarizações raciais, religiosas e de gênero, amplificando os conflitos. Agravando ainda mais esse quadro, a crença de que atos violentos não serão punidos acaba encorajando comportamentos extremos (Kleinfeld, 2021).

O que chama atenção diante de sua estreia política foi sua forma de acelerar o *mainstreaming* do extremo, como resultado do qual o extremo está sendo normalizado, despojado de seus estigmas e de seu status de pária. O que antes era inaceitável, ao menos no espaço público, agora está se tornando parte do discurso comum. Embora protegido pela Primeira Emenda, parece

¹² Desumanização é o ato de negar a humanidade de outra pessoa, tratando-a como se ela não tivesse habilidades mentais humanas, ou reduzindo-a ao status de um animal. Podendo ser flagrante e verbal, ou sutil e inconsciente.

inevitável que atos de violência sigam esse caminho (Barkun, 2017). Conforme evidenciado no Gráfico 7, abaixo¹³, pelo aumento dos crimes de ódio desde o início da campanha presidencial.

Gráfico 8. Evolução dos Crimes de Ódio nos Estados Unidos (2015-2017)



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados do FBI (2024).

Assim, Donald Trump desempenha um papel direto no populismo, frequentemente caracterizado por uma retórica que opõe “o povo” às “elites”, com políticos se posicionando como defensores do cidadão comum contra uma suposta corrupção institucionalizada. No início de sua trajetória política, Trump utilizou essa linguagem inclusiva, referindo-se ao “povo” com grande frequência (De Barros; Lago, 2022).

Essa dinâmica foi explorada em demasia com sua forma de contestar o resultado eleitoral da sua não reeleição em 2020, o que provocou um agravamento da polarização partidária (Finkel *et al.*, 2020), bem como estimulou seus apoiadores a apoiarem à violência direcionada ao ataque do aparato estatal, consagrando o ataque ao Capitólio em 06 de janeiro de 2021 (Munn, 2021; Arceneaux; Truex, 2023).

2.3 A audiência: a política do ressentimento ressoando na retórica trumpista

Um dos maiores desafios postos pela era desinformacional são os inúmeros meios de comunicação que permitem a perpetuação do que é conhecido como efeito bolha informacional. Deste modo, conforme já discutido no subtópico da seção 2.1 esse processo de securitização é

¹³ O gráfico foi elaborado com base nos dados do Federal Bureau of Investigation (FBI). Disponível em: <<https://ucr.fbi.gov/hate-crime>>. Acesso em: 27 de Novembro de 2024.

analisado para compreender uma audiência específica que recebe estímulos ao processo de securitização de um modo também específico, por isso, quando abordado a audiência, ela não se resume a todos apoiadores do político Donald Trump, mas um grupo específico e geograficamente localizado.

De acordo com a pesquisa de Montgomery (2017), os discursos de Donald Trump exerceram um impacto significativo sobre sua base de apoio, em que muitos afirmavam apreciar sua franqueza em contraste com outros políticos. A análise dos resultados da eleição de 2016 revela que sua base era composta majoritariamente por brancos não hispânicos, com uma proporção maior de homens do que mulheres, pessoas brancas sem diploma universitário, eleitores rurais e, predominantemente, moradores dos estados do “cinturão da ferrugem” (Iowa, Michigan, Ohio, Pensilvânia e Wisconsin).

Trump conseguiu se conectar com esse grupo ao se posicionar como representante dos chamados “trabalhadores esquecidos da América”, especialmente em resposta a políticas da administração Obama que visavam beneficiar pessoas negras e imigrantes. Seu discurso era marcado por patriotismo (refletido no slogan “*Make America Great Again*”), oposição ao *establishment*, defesa da lei e da ordem, e críticas à diversidade — uma combinação de xenofobia, advogando por maior controle da imigração; teorias conspiratórias sobre as elites (como as narrativas de “*fake news*” e a “mídia maligna”) e protecionismo econômico com a política “*America First*” (Castells, 2018; Brown, 2019; Perry, 2019; Montgomery, 2017).

Neste contexto, a polarização afetiva nos Estados Unidos se intensificou no cenário de choques econômicos, especialmente após a crise financeira de 2008. Embora os partidos populistas tenham começado a ganhar força a partir de 2000, foi a crise que ampliou significativamente a retórica populista, com seus líderes atingindo um pico em 2018. Assim, esses choques econômicos contribuíram para a exacerbação da polarização afetiva, ao impulsionar a eleição de candidatos populistas. Esse fenômeno revela como a desigualdade é mediada por líderes políticos populistas, que interpretam as realidades econômicas como um recurso para sua estratégia política. Um exemplo claro desse processo foi a ascensão do *Tea Party*, que transformou a polarização afetiva de um sentimento difuso em uma força política capaz de eleger candidatos (Kleinfeld, 2023).

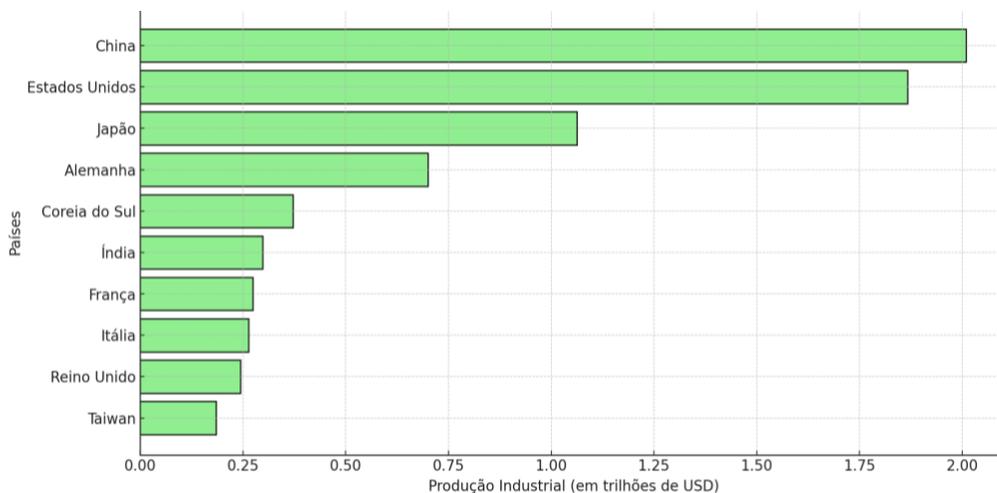
Outro evento ilustrando esse contexto socioeconômico é o choque comercial com a China, analisado por Autor, Dorn e Hanson (2021), que resultou em perdas significativas de empregos, concentradas localmente, assim como declínios duradouros nas taxas de emprego e nos níveis de

renda das comunidades rurais e industriais dos Estados Unidos, como aquelas localizadas no *Rust Belt*. Esse choque está associado à rápida ascensão da China como potência exportadora, com sua participação no mercado norte-americano atingindo o auge por volta de 2010 e se estabilizando a partir de então. Durante esse período, as exportações de produtos manufaturados da China cresceram de forma notável, saltando de 3,1% em 1991 para 17,6% em 2015, antes de recuarem para 14,2% em 2018 (Autor; Dorn; Hanson, 2021).

Esse *boom* exportador foi particularmente concentrado no setor manufatureiro. Em 2010 a China foi responsável por 23,4% das importações de manufaturados dos EUA, embora o crescimento das exportações da China na manufatura tenha desacelerado em 2018, ela contribuiu ao crescimento geral das importações de manufaturados dos EUA por meio da terceirização da produção para outros países de baixa renda. Empresas chinesas têm sido ativas na construção de parques industriais para produção de exportação no Sudeste Asiático, especialmente em Camboja, Indonésia, Laos, Mianmar, Filipinas e Vietnã (Heath e Mobarak, 2015).

No gráfico abaixo podemos visualizar melhor este desempenho chinês, cujos dados são recentes ao ano de 2015. Assim, ela lidera o mundo em termos de produção industrial, com mais de US\$ 2,01 trilhões em produção, com sua produção nacional representando 20% da produção industrial mundial. Isso sem contar com os dados de Taiwan, que ainda permanece como controverso para possível contabilidade (West; Lansang, 2018).

Gráfico 9. Principais países por Produção Industrial (2015)



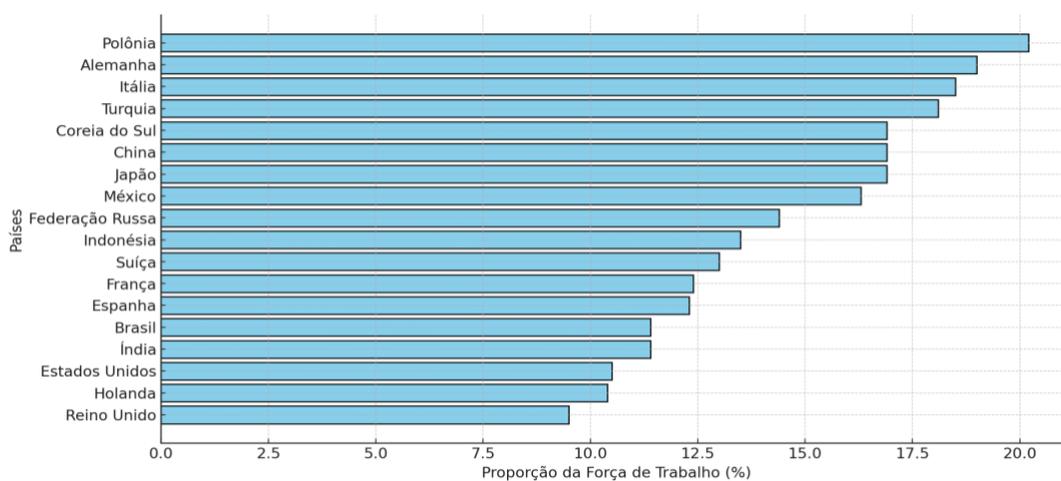
Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados de West e Lansang (2018) retirados do site United Nations Conference on Trade and Development, referente ao ano de 2015.

Neste contexto, o programa *Trade Adjustment Assistance* (TAA) que oferece benefícios a alguns trabalhadores deslocados por choques comerciais (Hyman, 2018), começa a declinar devido seu alcance restrito diante do número de trabalhadores que perderam seus empregos devido à concorrência de importações. Outra limitação do TAA é que a assistência depende da causa da perda do emprego, isto é, o comércio. Presume-se que a perda de emprego cause cicatrizes igualmente graves, independentemente de a causa subjacente ser a concorrência de importações, mudanças tecnológicas (Autor; Dorn, 2013; Acemoglu; Restrepo, 2020), regulamentação governamental (Walker, 2013).

Deste modo, as falhas de políticas neste domínio apontam como populistas nacionalistas nos EUA e na Europa receberam ganhos políticos (Colantone e Stanig, 2018a, b; Autor et al., 2020a; Rodrik, 2020). Em especial porque a solução comum dos políticos populistas é aumentar barreiras de importação e bloquear a imigração. Trump buscou essa estratégia para lidar com o choque comercial com a China para justificar medidas comerciais agressivas contra o país (Redding, 2020). Todavia, a subsequente guerra comercial entre EUA e China conseguiu elevar os preços de produtos nos EUA (Amiti et al., 2019; Fajgelbaum et al., 2020; Cavallo et al., 2021), mas não expandiu o emprego nos setores protegidos pelas importações (Flaen e Pierce, 2019).

Outro elemento interessante de analisar é o número de pessoas empregadas no setor manufatureiro nos Estados Unidos, com base no gráfico abaixo, é possível observar como o índice é baixo.

Gráfico 10. Proporção da Força de Trabalho Empregada no Setor de Manufatura (2017)



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados de West e Lansang (2018) retirados no site do *International Labour Organization*, referente ao ano de 2017.

O gráfico 9, acima, destaca mudanças significativas no emprego na indústria. Nos países desenvolvidos, a participação da indústria na força de trabalho era de 16,8% em 1970, mas caiu para 12,8% em 2011. Em contraste, diversas regiões aumentaram sua ênfase no setor industrial. No Leste Asiático, incluindo China e Coreia do Sul, a indústria empregava 13,9% da força de trabalho em 1970, subindo para 21,5% em 2011. O Sudeste Asiático também registrou crescimento, passando de 11,4% em 1970 para 14% em 2011. Na Índia, a participação da indústria cresceu de 9,4% em 1970 para 11,6% em 2011 (West; Lansang, 2018).

Esse fenômeno resulta, em parte, da transformação da indústria multidoméstica em uma indústria global. Esse processo impulsionou a transição de estruturas produtivas hierárquicas e centralizadas para redes descentralizadas, enxutas e financeirizadas, organizadas em cadeias globais de valor. As grandes empresas integradas verticalmente, com produção concentrada e gerenciamento hierarquizado, deram lugar a modelos de negócios mais flexíveis e especializados, baseados na subcontratação global e na rápida adaptação aos ciclos econômicos. Neste cenário, a produção industrial sofre um deslocamento, permitindo que empresas americanas enfrentassem maior concorrência de países com mão de obra mais barata, como China e Índia. Muitas empresas transferiram suas operações de manufatura para essas regiões, reduzindo custos de produção (James, 2002; Pereira, 2019).

Nesse contexto, observa-se o deslocamento do “chão de fábrica” para países em desenvolvimento (PED), especialmente para a Ásia, onde a China emergiu como um dos principais centros globais de manufatura. Essas mudanças favoreceram as grandes empresas transnacionais (ETN), que adotaram estratégias de internacionalização e gestão das cadeias de produção e valor. Como resultado, houve um deslocamento significativo dos processos produtivos, acompanhado pelo redirecionamento dos fluxos globais de produção, investimento e comércio (Sarti; Hiratuka, 2010). Assim, essa mudança aponta uma nova forma de globalização com “características chinesas” (Stanojević & Zakić; 2019; Majerowicz & Paraná, 2022).

Diante deste cenário, alguns autores propõem uma leitura sobre esses novos movimentos que líderes como Donald Trump buscam estabelecer, categorizada como desglobalização: um fenômeno complexo e multifacetado, caracterizado pela tendência de redução da integração entre as economias e culturas do mundo (García-Herrero, 2019). Para Alves (2022), esse fenômeno tem sido observado desde a primeira década do século XXI e ocorre por diversas razões, incluindo a proteção do emprego doméstico, a autossuficiência econômica de país, questões de segurança

nacional ou resposta a uma crise, a exemplo da pandemia de COVID-19 que revelou vulnerabilidades das cadeias globais de suprimentos.

A desglobalização reflete um movimento de retração da globalização, no qual políticas comerciais mais restritivas, o aumento do protecionismo e o fortalecimento do nacionalismo econômico começam a prevalecer (Roubini, 2020). Também lida como uma reorganização da transnacionalização do capital (Antràs, 2020), impulsionada por mudanças nas políticas comerciais, tensões geopolíticas e eventos globais significativos, como o BREXIT, a política industrial agressiva da China e a intensificação da disputa comercial entre China e EUA (Stanojević & Zakić, 2019; Montañez & Suárez, 2020; Sánchez & Serna, 2022).

Logo, essa disputa comercial entre China e Estados Unidos é um exemplo do cenário de desglobalização fomentado por parte dos EUA, evidenciado pela crescente adoção de medidas protecionistas por parte dos Estados Unidos, especialmente na indústria de semicondutores (Janjua, 2024). À vista disso, as propostas de Trump se alocam na adoção de um **tecnonacionalismo**¹⁴ estadunidense que evidencia sua rivalidade econômica com a China num cenário de incerteza geopolítica, porém, sua contradição traz outros efeitos divergentes de seu objetivo, afastando-se da tradição liberal de livre comércio. Assim, emerge uma busca da militarização das cadeias de valor globais para fins geopolíticos e geoeconômicos, evidenciando um mudança de paradigma do liberalismo orientado pelo mercado para o tecno-nacionalismo orientado pela intervenção, que exerce uma nova era de pensamento de soma zero e priorização geopolítica (Luo; Van Assche, 2023).

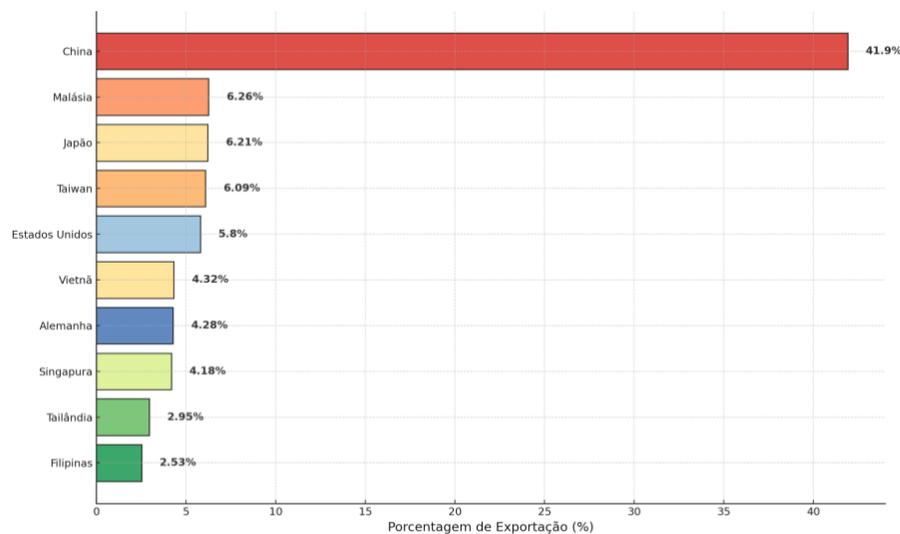
Por sua via, a ascensão da China como rival geopolítico dos EUA ilustra as crescentes tensões entre as duas maiores economias do mundo e, de forma mais ampla, entre suas esferas de influência geopolítica. Um exemplo da expansão de sua influência global é o *Belt and Road Initiative* (BRI), preenchendo lacunas deixadas pela liderança dos Estados Unidos e desafiando a ordem unipolar que predominou após a Guerra Fria (Khanna, 2019). Corroborando com o que Allison (2017) indica ser uma crise na liderança hegemônica americana.

Um novo ambiente de disputa comercial tem sido a dos semicondutores, destacada por seu impacto econômico, militar e social. Somente em 2022, os semicondutores movimentaram mais

¹⁴ Representa uma mudança de paradigma do livre comércio globalizado para o modelo em que a tecnologia se torna um campo de batalha econômico e geopolítico. É, assim, uma abordagem política e econômica que enfatiza a importância da autonomia tecnológica e da soberania nacional na área de alta tecnologia (Luo; Van Assche, 2023)

de US\$156 bilhões em comércio, com projeções que indicam um crescimento para US\$1 trilhão até 2030. Nos Estados Unidos, embora este setor represente menos de 5% das exportações globais, ele emprega diretamente 250.000 pessoas e sustenta, de forma indireta, quatro vezes esse número (García- Vazquez, 2024).

Gráfico 11. Exportação de Semicondutores por país (2022)



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados The Observatory of Economic Complexity (OEC)

Esse gráfico ilustra a importância da Ásia como um centro global de produção de alta tecnologia, o que acentua a cristalização do que Khanna (2019) confere ao Século Asiático, um cenário em ascensão de países asiáticos exercendo protagonismo nos âmbitos econômicos, tecnológicos, políticos e culturais ao redor do mundo.

Além disso, conforme destacado por Pautasso *et al* (2021), as exportações chinesas passaram de commodities para produtos manufaturados, representando mais de 90% das exportações. O número de empresas chinesas entre as 500 maiores do mundo aumentou de 18 em 2005 para 124 em 2020 (ou 133, incluindo Taiwan), enquanto os Estados Unidos diminuíram de 176 para 121. Isso reflete a ascensão da China, impulsionada pelas estratégias *Going Global* e *Made in China 2025*, intensificando a concorrência interempresarial.

Geopoliticamente, a situação torna-se crítica aos Estados Unidos à medida que o Leste Asiático representa 75% da produção de semicondutores, cuja empresa taiwanesa, *Taiwan Semiconductor Manufacturing Company* (TSMC), é a liderança máxima dos semicondutores avançados, representando 90% de sua produção. Conforme as tendências da era 5G, a previsão é

de que a receita líquida da empresa taiwanesa aumente, especialmente, porque ela dedica parte de seu rendimento à pesquisa devido ao cenário de mudança constante no setor tecnológico (Peters, 2023).

A etnografia de Cramer (2016), deixou mais evidente qual grupo foi fogado pela retórica trumpista, um deles foram os cidadãos rurais no norte de Wisconsin, um estado que historicamente oscilou entre as políticas de esquerda e direita. Cramer descobriu que o universo político desses apoiadores foi moldado por uma visão de ressentimento, exibindo uma compreensão de amigos e inimigos políticos constituída por preocupações sobre identidade — rural e branca — do que por questões específicas. Este grupo também apresentava uma crença de que áreas rurais são ignoradas pelos tomadores de decisão, incluindo formuladores de políticas, que áreas rurais não recebem sua parcela justa de recursos e um sentimento de que pessoas rurais possuem valores e estilos de vida fundamentalmente distintos, que são mal compreendidos e desrespeitados por pessoas das cidades (Cramer, 2016).

Esse mesmo grupo foi estudado por Kivisto (2017), que apresentou outras observações importantes como o anti-intelectualismo desse grupo, os quais afirmavam ter antipatia por acadêmicos, os quais eram para eles liberais arrogantes que doutrinam seus alunos com ideais esquerdistas e seculares. Outro ponto a se destacar foi de enxergarem a população negra como geradores de problemas sociais custosos que contribuem para altos impostos, e como beneficiários indignos de vários programas governamentais, assim como aos imigrantes latinos (Kivisto, 2017).

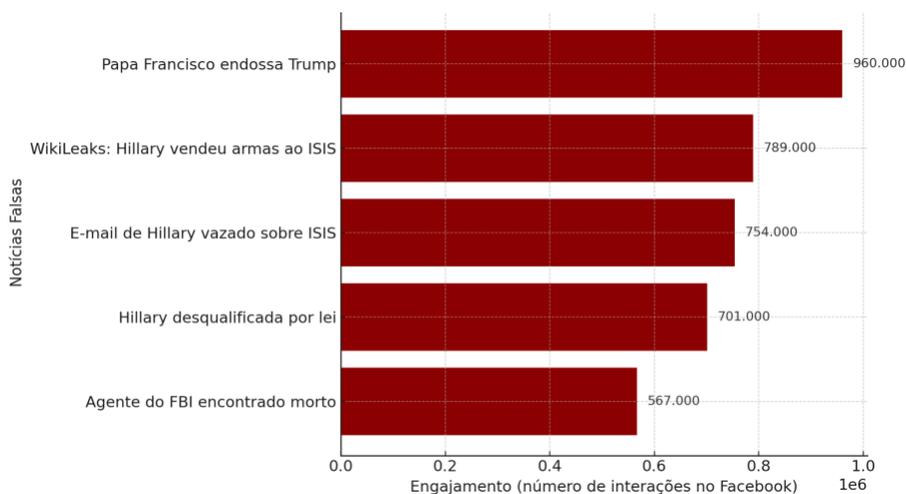
2.4 O objeto referente: o estrangeiro demonizado na repulsa pelo globalismo

O fenômeno de globalismo desenvolveu várias problemáticas ao redor do mundo, apesar da proeminente promessa econômica pressuposta, os desafios econômicos cresceram mais rápido do que o esperado. Todavia, a questão mais sensível deste tópico é como grupos políticos da extrema direita contemporânea exploram esses descontentamentos socioeconômicos em culpabilizar grupos minoritários, especialmente, os imigrantes do sul global (Brown, 2019) e exploram estigmas para montar uma agenda política que desenvolve o aumento da violência política.

Neste sentido, discute-se como o estrangeiro do sul global pode ser demonizado no imaginário dessa audiência específica que buscamos analisar, conforme descrito na primeira seção sobre a nova dinâmica sociopolítica da contemporaneidade, reconhecendo que o *twiplomacy* não surge no vácuo. Assim, na eleição de 2016, inaugura-se o marco dos debates acerca das fake news,

como foram denominadas as informações inverídicas que circulavam nas redes sociais. De acordo com Gottfried e Shearer (2016), 62% dos adultos nos Estados Unidos obtiveram notícias pelas redes sociais neste período eleitoral (Gottfried e Shearer, 2016). Outro ponto a se destacar foi o Facebook sendo o local com massivo engajamento de fakes news. Todavia, o que agravou mais este cenário foi o número de pessoas que acreditaram nas fake news, sendo grande parte delas voltadas para favorecer Donald Trump em relação a Hillary Clinton (Allcott; Gentzkow, 2017).

Gráfico 12. Engajamento no Facebook das 5 principais notícias falsas eleitorais



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados da pesquisa de Allcott e Gentzkow (2017).

À vista disso, estudos já apontam que o público americano acreditou nessas informações falsas ou enganosas, trazendo consequências dessa crença em seu comportamento de voto que demonstram que a aceitação de informações falsas ou enganosas sobre candidatos têm um impacto significativo no comportamento de voto (Gastil; Reedy; Wells, 2018; Gunther; Beck; Nisbet, 2019). Um dos obstáculos que perduram é o de reverter o impacto do conteúdo falso propagando nos círculos sociais, pois o conteúdo visual, em particular, tem o poder de mobilizar comunidades afetivas, impactando a vida sociopolítica (Callahan, 2020; Nunes; Trauman, 2023). Esses desafios se tornaram evidentes com a disseminação de desinformação nas redes sociais, que exploram conteúdos sensacionalistas (Bail, 2021; Stocking et al., 2022; Brady et al., 2023)

Além disso, a desinformação é moldada pelos ambientes informacionais, tornando-se mais polarizadora e partidária em países com baixa confiança no governo e na mídia (Humprecht, 2019). Embora se esperasse que as tecnologias de comunicação pudessem reduzir as assimetrias de acesso à informação e ampliar a participação nos debates políticos, esses avanços acabaram por gerar

desafios que contradizem seus objetivos iniciais. Como aponta Dahl (2004, 2012), a comunicação digital poderia acentuar as fragilidades na cidadania informada, fundamental para a democracia representativa, pois o acesso à informação, por si só, não garante a formação de uma consciência cívica robusta.

Essa *accountability* entre igualdade e participação política são amplamente discutidos na era digital à medida que lideranças populistas se apropriam do poder de segmentação das redes sociais para captar públicos-alvo e torná-los limitados a ótica de pensar a política como espaço de batalha entre inimigos políticos e não de adversários. Assim como, torna seus apoiadores reféns a se inteirar do mundo político em um ambiente que ressoa e cristaliza diálogos somente de sua bolha. (Müller, 2017; Benkler; Farias; Han, 2018; Gerbaudo, 2019; Munn, 2021).

Apesar de alguns países terem alcançado notáveis avanços em termos de acesso digital para promover a participação popular em regimes democráticos, certos desafios surgem quando, por exemplo, as plataformas de mídia social, regidas por algoritmos que priorizam conteúdo pago, favorecem aqueles com mais recursos financeiros. Isso reflete os perigos da manipulação digital e da interferência em eleições, como foi observado na eleição presidencial dos EUA em 2016 e no referendo do Brexit no Reino Unido, com as plataformas sendo utilizadas para espalhar desinformação, criar bolhas de eco e dividir o eleitorado, manipulando a opinião pública em larga escala (Castells, 2018; Nyabola, 2018; Jørgensen, 2019).

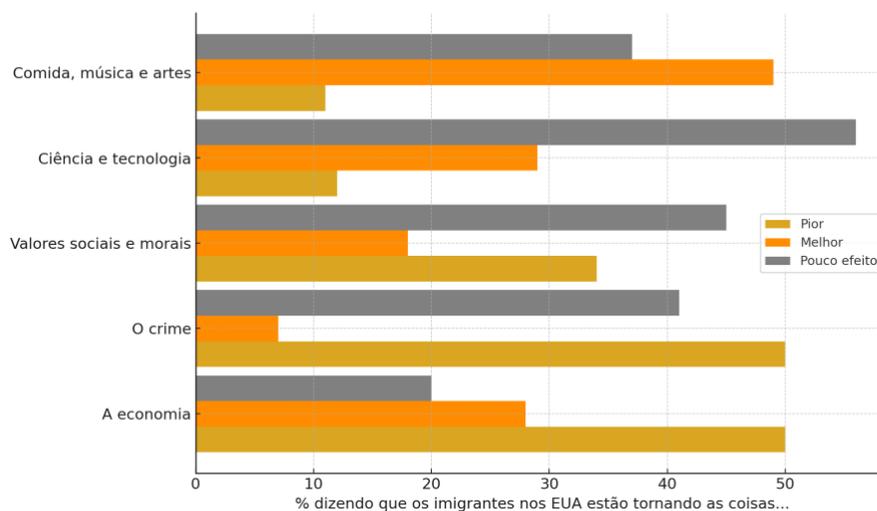
Neste contexto, reside o que Zuboff (2019) nomeia como capitalismo de vigilância, um sistema cujas novas dinâmicas exploradas pelas grandes empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), como Google e Facebook, transformaram a internet em uma ferramenta de vigilância, na qual o comportamento dos usuários é monitorado, analisado e, eventualmente, manipulado para gerar lucros, à medida que usam esses mecanismos para influenciar o comportamento das pessoas (Zuboff, 2019). Isso inclui a manipulação de opiniões políticas e sociais, o que pode distorcer o processo democrático. Deste modo, plataformas digitais podem direcionar informações e anúncios personalizados que moldam a opinião pública de maneiras sutis e, às vezes, ocultas, comprometendo a integridade das eleições e das deliberações democráticas (O'neil, 2017; Han, 2018, 2022).

Especialmente em campanhas políticas, a adoção de técnicas de *microtargeting* permite que a propaganda política exerça influência direcionada a subgrupos específicos. Trata-se de uma estratégia de marketing digital que utiliza dados comportamentais, demográficos e psicográficos

para segmentar grupos e direcionar mensagens altamente personalizadas. Contudo, o uso do *microtargeting* em campanhas políticas tem sido alvo de críticas, sobretudo por seu potencial de contribuir para a polarização social. Essa prática pode reforçar preconceitos existentes e restringir o acesso a informações diversificadas, criando “bolhas de informação”, nas quais os indivíduos são expostos apenas a conteúdos que confirmam suas crenças prévias (Dobber *et al.*, 2021).

Este fenômeno desinformativo causa, em certa medida, um aumento de percepções errôneas entre a maioria dos adultos nos Estados Unidos sobre a imigração e os imigrantes (Alesina; Miano; Stantcheva, 2023; Grigorieff; Christopher; Ubfal, 2020; Herda, 2018; Hopkins; Sides; Citrin, 2019). Conforme o gráfico abaixo, notamos que temas como crime e economia tendem a ter uma relação negativa quando associada aos imigrantes na sociedade estadunidense.

Gráfico 13. Opiniões dos estadunidenses sobre o impacto dos imigrantes na sociedade



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados da Pew Research Center (2015)

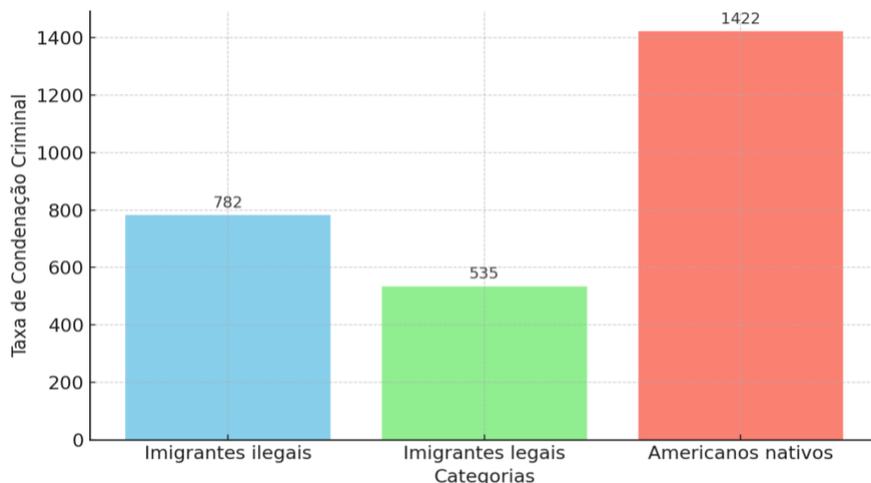
Esse cenário desinformativo reflete como os grupos que superestimam o tamanho da população de imigrantes indocumentados nos Estados Unidos têm maior probabilidade de perceber todos os imigrantes como ameaças aos costumes e valores americanos. Além disso, essas pessoas atribuem mais importância à construção de um muro na fronteira EUA-México, uma política altamente custosa, do que a outras opções políticas relacionadas à imigração (Herda, 2018; Díaz McConnell, 2022).

A construção de um muro na fronteira entre o México e os Estados Unidos foi uma das principais plataformas políticas de Donald Trump (Rivers e Ross 2020) e o “pivô” de sua retórica anti-imigrante e agenda de imigração como presidente (Carr; Sibila; Rauhaus, 2020). Não obstante,

Trump foi influente na definição da agenda política por meio do Twitter, espalhando desinformação e informações errôneas sobre imigração e outros tópicos, combinado com uma ampla cobertura midiática de suas comunicações (Francia 2018; Flores 2018; Lewandowsky; Jetter; Ecker, 2020; Ross e Rivers 2018). Deste modo, diversos estudos sobre a opinião pública quando relacionado a imigração na era Trump consideram analisar a mensagem, a retórica e a influência de Trump (Flores 2018; Gravelle 2018; Saldaña et al. 2018).

Outro cenário de discussão é em relação à criminalidade nos Estados Unidos, pois há cada vez mais evidências de que imigrantes, independentemente do status legal, são menos propensos a cometer crimes do que americanos nativos. No entanto, um número substancial de americanos ainda acha que a imigração aumenta o crime (Light; Anadon, 2019; Orrenius; Zavodny, 2019; Landgrave; Nowrasteh, 2020; Nowrasteh; Forrester; Landgrave, 2020; Adelman *et al*, 2021). Esse cenário pode ser mais bem observado no gráfico abaixo, especialmente, pelos números de crimes sendo cometidos mais por estadunidenses nativos durante a administração de Donald Trump.

Gráfico 14. Taxa de condenação criminal no Texas em 2018

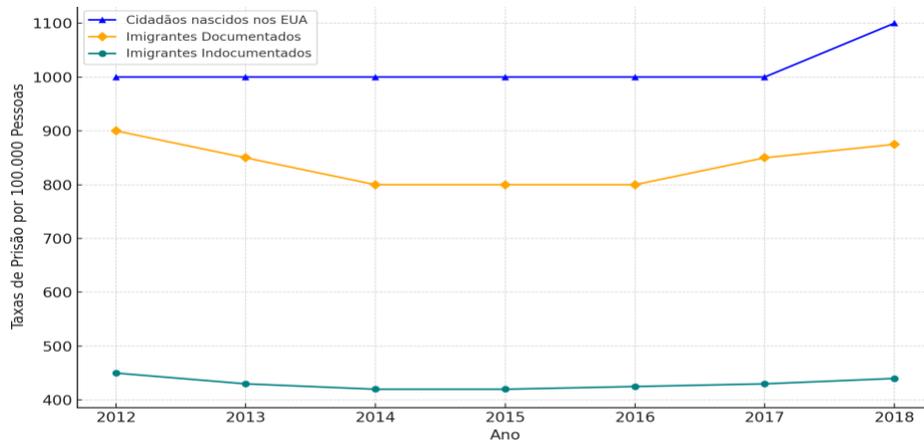


Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados da pesquisa de Nowrasteh, Forrester e Landgrave (2020)

Neste outro gráfico, com base nos dados do *National Institute of Justice (NIJ)*, ilustrando os números de prisão com base no *status* de cidadania e documentação entre 2012 a 2018, podemos observar que os imigrantes indocumentados obtêm as menores taxas de infração criminal. Portanto, há percepção que se há em relação aos imigrantes indocumentados projeta mais um estigma do que uma confirmação estatística. Neste sentido, observamos que a retórica de Trump é

sensacionalista em relação ao perigo que esses grupos podem ou causam a sociedade estadunidense.

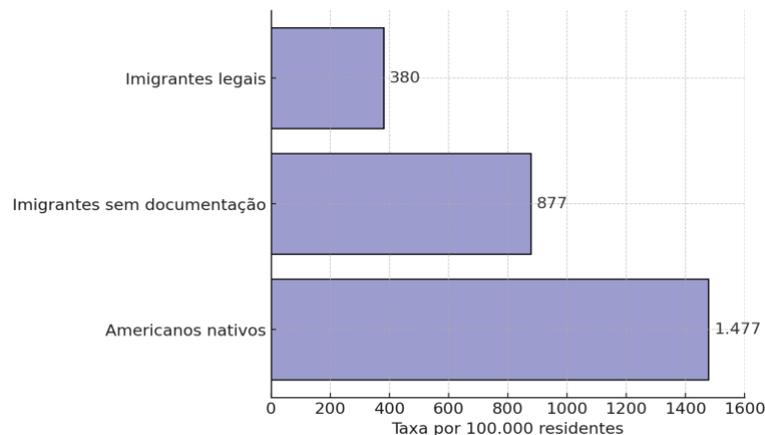
Gráfico 15. Taxa de prisão por status de Cidadania/Documentação (2012-2018)



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados do *National Institute of Justice (NIJ)*

Todavia, esses resultados não se limitam ao Texas, outros estudos estatísticos provam que, a nível nacional, o índice de criminalidade dos imigrantes indocumentados é baixo. Segundo Abramitzky *et al* (2023) desde 1980 que os imigrantes tinham taxas de encarceramento mais baixas do que os nascidos nos EUA, somando um longo período de 150 anos. Neste outro gráfico, podemos observar uma parte deste cenário a nível nacional nos Estados Unidos, referente ao ano de 2018, refletindo, mais uma vez que a real verificabilidade desta ameaça fosse questionável.

Gráfico 16. Taxa de encarceramento por status de Cidadania/Documentação (2018), idades 18-54



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados de Landgrave e Nowrasteh (2020)

Na Europa não é diferente, a desinformação online sobre migração retrata migrantes como uma ameaça à saúde, riqueza ou identidade dos europeus, segundo pesquisa de Butcher e Neidhardt (2020) que identificaram ^{1.425} artigos contendo informações falsas ou enganosas sobre migrantes e refugiados. As descrições recorrentemente atribuídas aos migrantes era o de: um vetor para a transmissão da COVID-19 e outras doenças, uma fonte de crimes violentos ou os destinatários indignos de benefícios sociais. Na Espanha e Itália, por sua vez, era mais frequente desinformações relacionadas à riqueza (requerentes de asilo recebendo altos subsídios diários ou migrantes tendo melhor acesso à moradia ou benefícios sociais do que os nativos), especialmente durante o período após a primeira onda de COVID-19, quando o debate político se voltou para as consequências econômicas dos bloqueios. Em contraste, no mesmo período em países com menos residentes estrangeiros, como a República Tcheca, os estrangeiros foram retratados como uma ameaça à identidade e à cultura, em vez de um dreno de recursos.

Esse contexto europeu não está distante do que se observa nos Estados Unidos. Como discutido nesta seção do segundo capítulo, o estigma em torno da imagem do imigrante é problemático, especialmente porque eles são frequentemente associados à insegurança, quando a desinformação sobre esses grupos se coloca como o mote da engenharia de insegurança. O Gráfico 15 demonstra bem este ponto, em que imigrantes indocumentados têm menor propensão a cometer crimes, mas, como ilustrado no Gráfico 13, a percepção pública sobre esse cenário é amplamente distorcida.

3. DONALD TRUMP E A FRONTEIRA EUA-MÉXICO (2015-2016): ESTRATÉGIAS DE INTERPELAÇÃO

Neste capítulo é encontrado as análises das postagens de Donald Trump na mídia social (Twitter), entre 2015-2016, referentes à região fronteira dos Estados Unidos com o México, focando nas suas formas de interpelar a região e as pessoas que buscam a travessia nela. Conforme descrito na introdução, a dissertação parte de um Estudo de Caso, um método de pesquisa capaz de compreender como determinados resultados podem ocorrer em condições específicas (Mahoney *et al.*, 2008).

Há vários tipos de Estudo de Caso (Henriques; Leite; Júnior, 2015), sendo assim, o desta pesquisa focou em testar a proposição explicativa de um fenômeno (Sátyro; D'albuquerque, 2020), o de securitização de fronteiras. Diferentemente de uma de análise de discurso, compreendia como uma metodologia de extração do significado de comunicações contidas num texto para trabalhar o entendimento da articulação entre linguagem e sociedade, intercaladas por um contexto ideológico (Caregnato; Mutti, 2006), (Hardy; Harley; Phillips, 2004), (Weldes; Laffey, 2004).

Na dissertação trabalhamos com análise dos *tweets*, buscando alguns elementos da análise de discurso como guia para analisar essa forma comunicacional nas mídias sociais. Por sua vez, buscamos suporte nos elementos de um dos fundadores dos estudos do discurso, Michel Pêcheux (1990), cujo objetivo é interrogar significados estabelecidos em diversas formas de produção.

A análise dos *tweets* de Donald Trump será conduzida por meio da integração de três elementos fundamentais: ideologia, história e linguagem. Ideologia refere-se à postura do sujeito em relação à um conjunto de ideias, fornecendo insights sobre à audiência à qual o discurso é direcionado. História, por outro lado, representa o contexto sócio-histórico no qual o discurso está situado, essencial para situá-lo no espaço e no tempo. Linguagem constitui a materialidade do texto, revelando o significado que o sujeito deseja transmitir por meio de seu discurso. Esses três elementos combinados proporcionaram uma análise abrangente e contextualizada das mensagens examinadas (Pêcheux, 1990).

Quadro 4. Estrutura metodológica da Análise dos *tweets*

Ideologia	História	Linguagem
A quem se filia, advém de algum grupo ideológico	Contexto em que ocorre o discurso	O sentido (objetivo) do texto que pode não ser explícito

Fonte: Elaboração própria com base nos elementos descritos por Pêcheux (1990).

Essa metodologia de análise qualitativa dos fenômenos sociais incorpora atenção ao contexto que opera a construção da linguagem, conforme visto no quadro acima, lhe permitindo investigar e explorar como ideias e objetos são socialmente construídos. Portanto, é uma análise que explora a contextualização dos enunciados no texto. O mesmo que sugere os teóricos da securitização que partem de uma concepção construtivista.

Portanto, sendo de caráter qualitativa, é focado nos fenômenos sociais, dando maior atenção ao contexto que molda a construção da linguagem, como visto no quadro acima, possibilitando uma investigação e exploração de como ideias e objetos são socialmente construídos. Além disso, os significados dos discursos emanam das interações entre grupos sociais e das complexas estruturas sociais nas quais estão inseridos (Hardy, Harley e Phillips 2004).

Diante disso, uma investigação da interpelação foi necessária, um processo que identifica as posições dos sujeitos no texto usado para interpelar os indivíduos específicos definidos nesse processo. O procedimento de análise do discurso apoiado pela interpelação permite examinar quem está falando e sua posição de poder, aprimorando os meios de compreender como os discursos foram naturalizados para se tornarem senso comum para certos grupos (Weldes e Laffey 2004).

No entanto, como destacado por Butler (2021), discursos prejudiciais precisam ser analisados, reconhecendo a agência da linguagem, tornando-a um ato com consequências. Portanto, é essencial que os discursos sejam examinados com base nos significados e representações que foram articulados e como foram disseminados. Também é necessário identificar como a repetição desses discursos é reforçada, capaz de exacerbar contextos de injúria.

3.1 Coletando os dados: filtragens do tweets

O material coletado e filtrado da respectiva pesquisa se deu a partir das próprias ferramentas disponíveis na plataforma *The Trump Archive*¹⁵ que contém um banco de dados com todos os tweets do Donald Trump. Em vista disso, não buscamos aplicar métodos quantitativos em si para desenvolver esta etapa da dissertação. A primeira filtragem realizada foi temporal, considerando tweets publicados entre 1º de janeiro de 2015 e 7 de novembro de 2016. Esse recorte

¹⁵ O site utilizado se encontra disponível em: <<https://www.thetrumparchive.com/?resultsortOption=%22Most+Likes%22&startDate=%222015-01-01%22&endDate=%222016-11-07%22>>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2024.

foi definido em função do período de campanha eleitoral de Trump, evitando incluir análises de sua administração.

Nosso foco foi examinar sua conduta durante a campanha eleitoral, como discutido no primeiro capítulo, à luz das proposições teóricas de autores como Andreas (2009), Brown (2010) e Vallet & David (2012). Esses autores argumentam que o projeto de construção de um muro físico na fronteira entre México e Estados Unidos não teria como objetivo principal combater o narcotráfico ou impedir a atuação de células terroristas na região. Pelo contrário, eles indicam que a proposta do muro funciona como um mecanismo político-eleitoral, destinado a aumentar o capital político dos proponentes.

Nesse sentido, o muro é interpretado como um símbolo político que, apesar de sua falta de eficácia prática, reflete uma ideologia contrária à diversificação da identidade nacional norte-americana, em resposta ao aumento da imigração no país.

Assim, nesta primeira filtragem pudemos filtrar conteúdos mais contextualizados ao período eleitoral, o que ocasionou uma seleção de 11.495 tweets.

Figura 1. Filtragem dos tweets por recorte temporal (2015-2016)

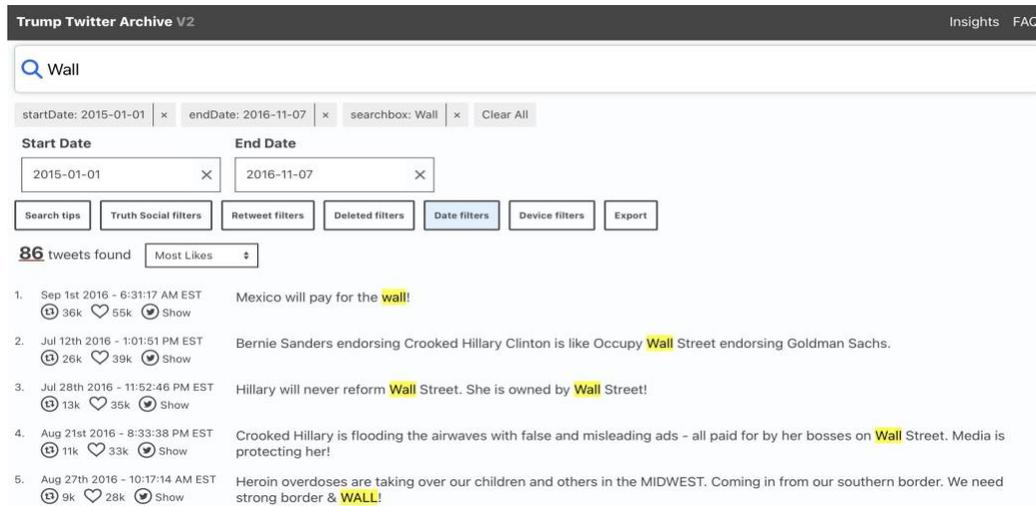
The screenshot shows the 'Trump Twitter Archive V2' interface. At the top, there is a search bar with the placeholder text 'Search for anything...'. Below the search bar, there are date filters: 'startDate: 2015-01-01' and 'endDate: 2016-11-07', with a 'Clear All' button. Underneath, there are two input fields for 'Start Date' (2015-01-01) and 'End Date' (2016-11-07). A row of filter buttons includes 'Search tips', 'Truth Social filters', 'Retweet filters', 'Deleted filters', 'Date filters' (which is highlighted), 'Device filters', and 'Export'. Below the filters, it says '11,495 tweets found' and 'Most Likes'. A list of five tweets is displayed, each with its date, time, engagement metrics (retweets and likes), and a 'Show' button. The tweets are:

- Jun 9th 2016 - 4:40:32 PM EST. 130k retweets, 246k likes. Text: 'How long did it take your staff of 823 people to think that up--and where are your 33,000 emails that you deleted?' URL: <https://t.co/gECLNtQizQ>
- Jul 20th 2016 - 11:36:06 AM EST. 94k retweets, 208k likes. Text: 'The media is spending more time doing a forensic analysis of Melania's speech than the FBI spent on Hillary's emails.'
- May 5th 2016 - 2:57:30 PM EST. 92k retweets, 143k likes. Text: 'Happy #CincoDeMayo! The best taco bowls are made in Trump Tower Grill. I love Hispanics!' URL: <https://t.co/ufoTeQd8yA>
- Jul 19th 2016 - 7:52:59 PM EST. 33k retweets, 108k likes. Text: 'Such a great honor to be the Republican Nominee for President of the United States. I will work hard and never let you down! AMERICA FIRST!'
- Sep 30th 2016 - 2:37:48 PM EST. 39k retweets, 103k likes. Text: 'For those few people knocking me for tweeting at three o'clock in the morning, at least you know I will be there, awake, to answer the call!'

Fonte: *The Trump Archive*

Posteriormente, buscando uma ênfase maior na agenda trumpista do projeto de construir um muro na fronteira, buscamos filtrar os seus tweets por palavras-chave. O primeiro termo a ser usado foi “Wall” que significa muro traduzindo para o português. Nesta segunda filtragem obtemos uma redução significativa para apenas 86 tweets. Conforme ilustrado abaixo.

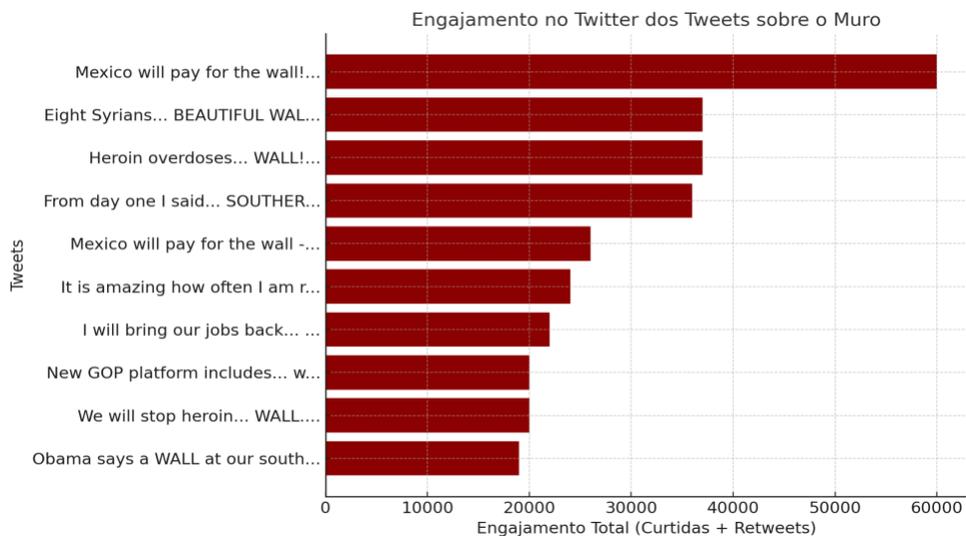
Figura 2. Filtragem dos tweets pelo termo “Wall”



Fonte: *The Trump Archive*

Nesta fase, buscamos realizar um gráfico com aqueles que obtiveram maior engajamento, somando a quantidade de curtidas e retweets, o qual pode ser observado no Gráfico 17, abaixo. A partir desta filtragem, faremos a primeira análise dos tweets de Trump em relação ao seu projeto de construir um muro para mitigar a travessia ilegal na fronteira com o México.

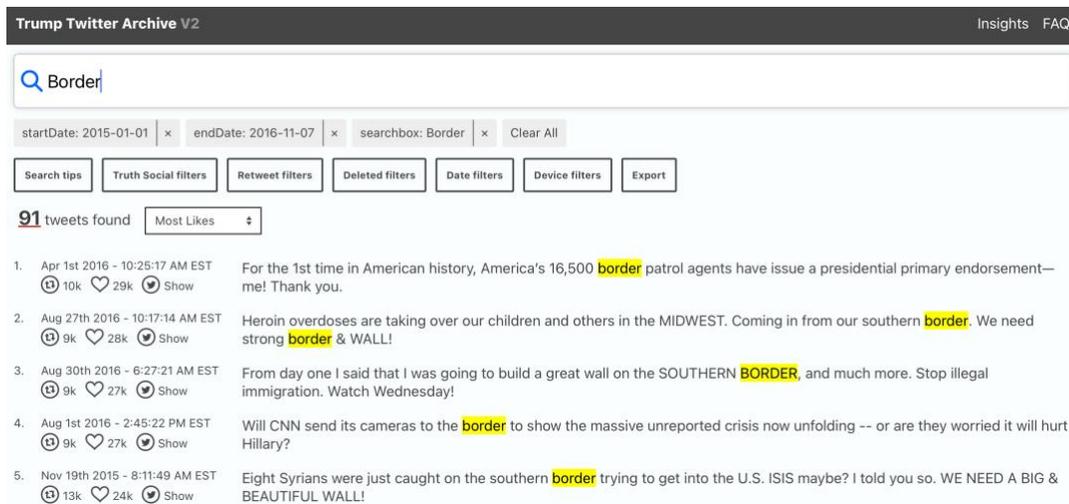
Gráfico 17. Tweets de Trump com maior engajamento pela filtragem do termo “Wall”



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados do *The Trump Archive*

Em seguida, buscamos aplicar um último filtro pelo termo “border” para localizar mais um termo correlato a discussão da travessia ilegal na fronteira com o México.

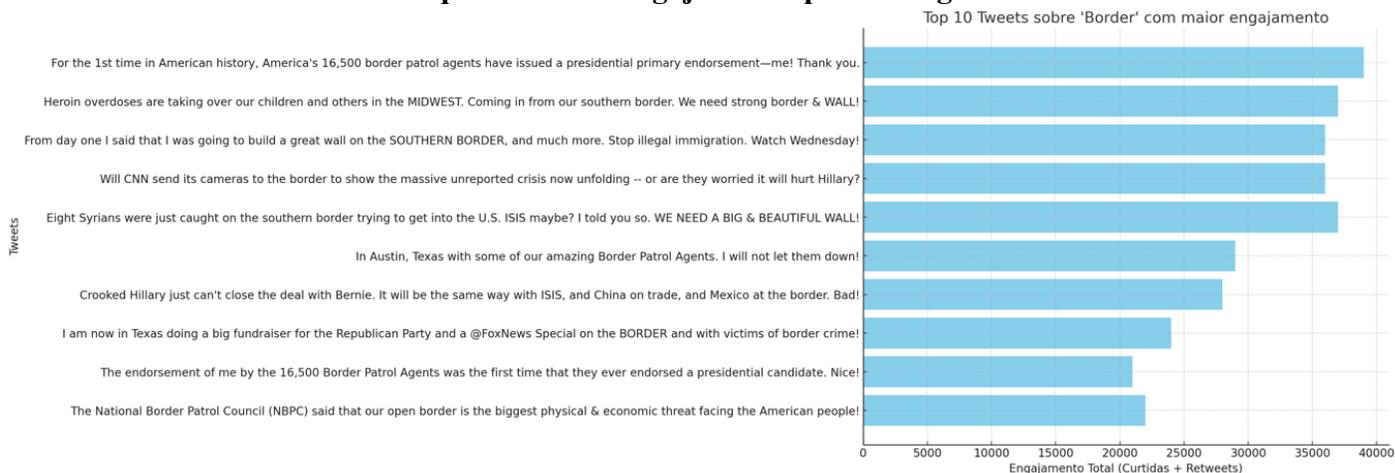
Figura 3. Filtragem dos tweets pelo termo “Border”



Fonte: *The Trump Archive*

Diante destes dados, buscamos reduzir, conforme feito com as demais filtragens, o número de tweets para analisar, selecionando apenas os 10 primeiros com maior engajamento, conforme o Gráfico 18, abaixo.

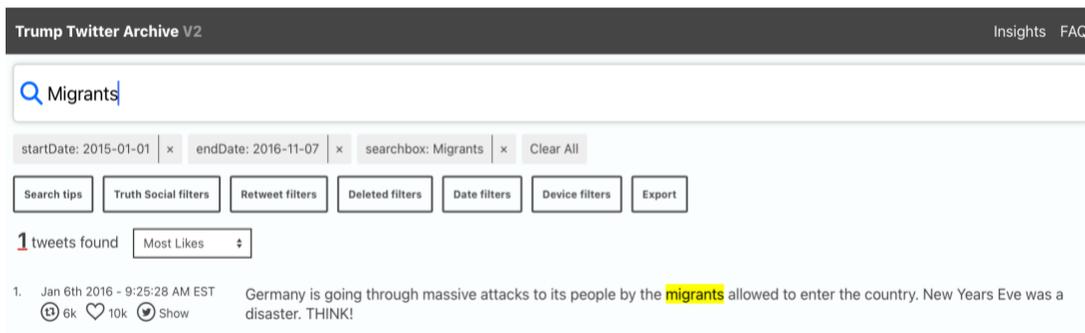
Gráfico 18. Tweets de Trump com maior engajamento pela filtragem do termo “Border”



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados do *The Trump Archive*

Em seguida, fizemos uma terceira filtragem buscando os termos migrantes, mas só foi possível encontrar 1 publicação.

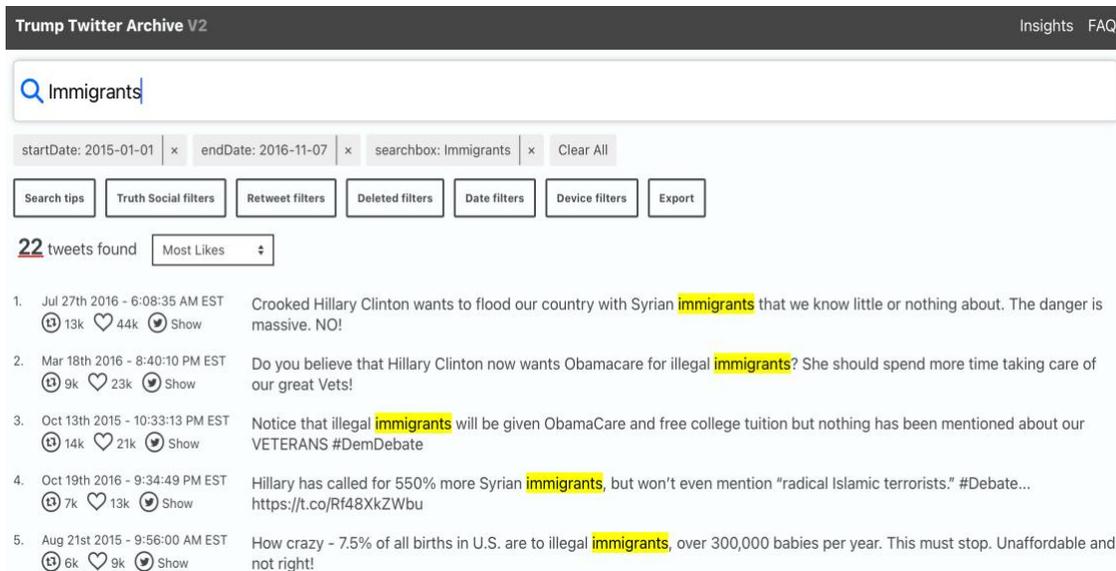
Figura 3. Filtragem dos tweets pelo termo “Migrants”



Fonte: *The Trump Archive*

Em vista disso, buscando explorar outro termo que poderia ser empregado para abordar os indivíduos que buscam a travessia pela fronteira com o México, aplicamos o termo “immigrants” e encontramos 22 tweets.

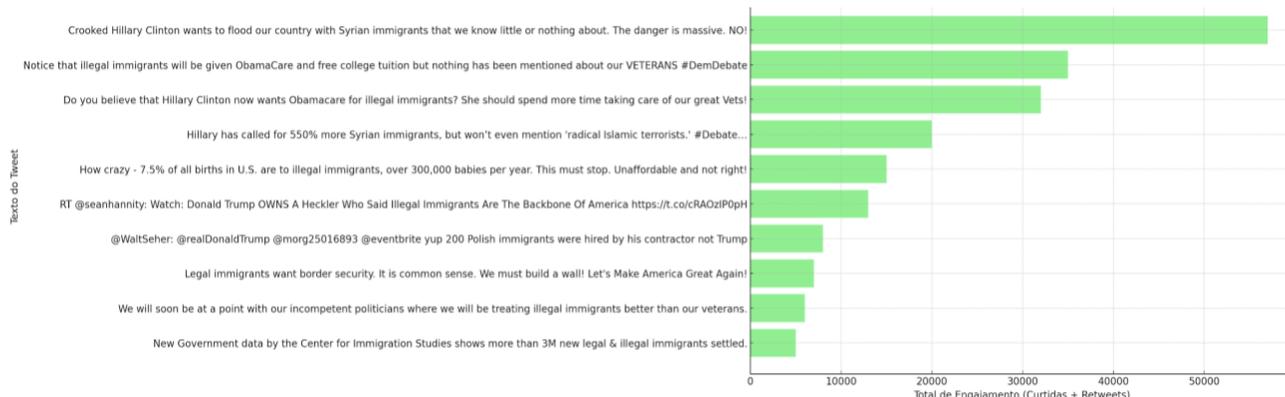
Figura 4. Filtragem dos tweets pelo termo “Immigrants”



Fonte: *The Trump Archive*

A partir desta filtragem fizemos um gráfico para ilustrar os tweets com maior engajamento, conforme feito na primeira filtragem. Selecionamos apenas os 10 tweets com maior engajamento, o mesmo feito no outro gráfico.

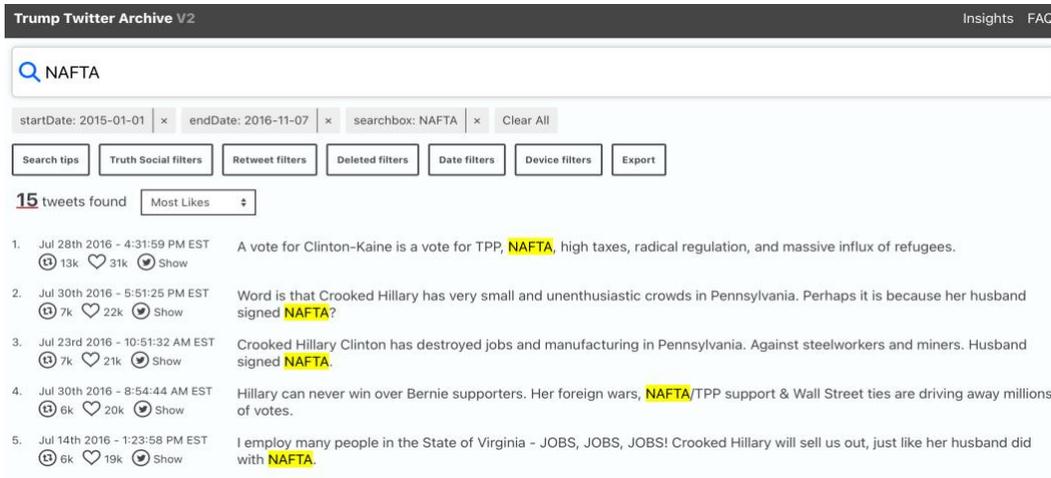
Gráfico 19. Tweets de Trump com maior engajamento pela filtragem do termo “Immigrants”



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados do *The Trump Archive*

Posteriormente, fizemos uma quarta filtragem com foco no termo “NAFTA” tendo em vista a colocação que a literatura deu ao acordo e sua conexão com o eleitorado rural que esteve fortemente apoiado o movimento que endossou a campanha eleitoral de Trump, o *Tea Party*. Nesta filtragem encontramos um total de 15 tweets, conforme ilustrado na Figura. 5, abaixo.

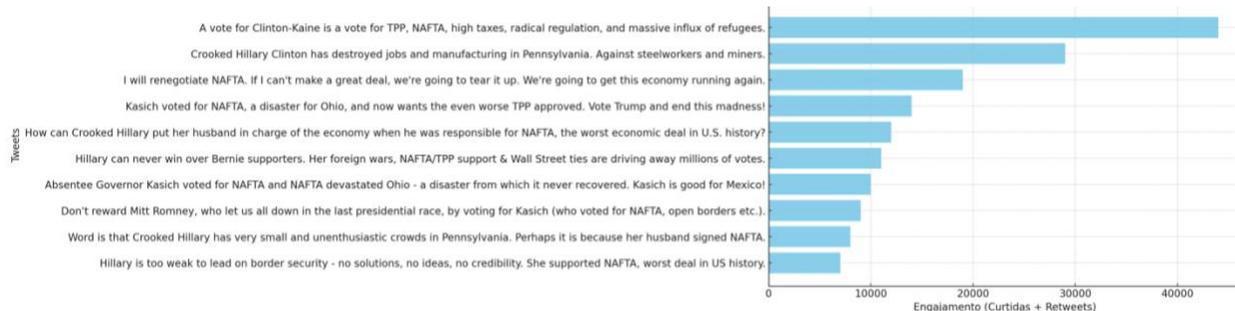
Figura 5. Filtragem dos tweets pelo termo “NAFTA”



Fonte: *The Trump Archive*

Nesta filtragem foi possível notar que o tweet com maior engajamento traz uma associação rasa, sem qualquer adentro, de que o NAFTA e toda a situação de abalos econômicos nos Estados Unidos se dão ao fluxo massivo de refugiados.

Gráfico 20. Tweets de Trump com maior engajamento pela filtragem do termo “NAFTA”



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados do *The Trump Archive*

Dessa forma, nesta etapa, coletamos uma série de postagens feitas pelo então candidato à Presidência, Donald Trump, utilizando uma filtragem baseada em termos-chave que facilitassem a seleção e análise dos tweets relacionados à questão da travessia ilegal de imigrantes na fronteira com o México. Na próxima seção, realizaremos uma análise detalhada desses dados coletados, com o objetivo de compreender se houve um processo de securitização.

3.2 Analisando os tweets

Nesta seção, buscamos analisar os *tweets* de Donald Trump, seguindo a estrutura metodológica do Quadro 4.

A partir do Gráfico 1 dos *tweets* com maior engajamento pela filtragem da palavra “Wall”, observamos que o *tweet* com maior repercussão foi o que cravou o seu discurso do projeto de construção do muro, o qual afirma que o muro será pago pelos mexicanos.

Figura 6. Primeiro tweet com maior engajamento pela filtragem do termo “wall”



Fonte: *The Trump Archive*

Em seguida, temos 3 *tweets* que se localizam numa mesma projeção de engajamento. Um deles é inferindo que o problema de jovens com overdoses de heroína na região centro-oeste dos

Estados Unidos vem da fronteira com o México, assim, ele busca justificar a necessidade do seu projeto de construir um muro na fronteira.

Figura 7. Segundo *tweet* com maior engajamento pela filtragem do termo “*wall*”

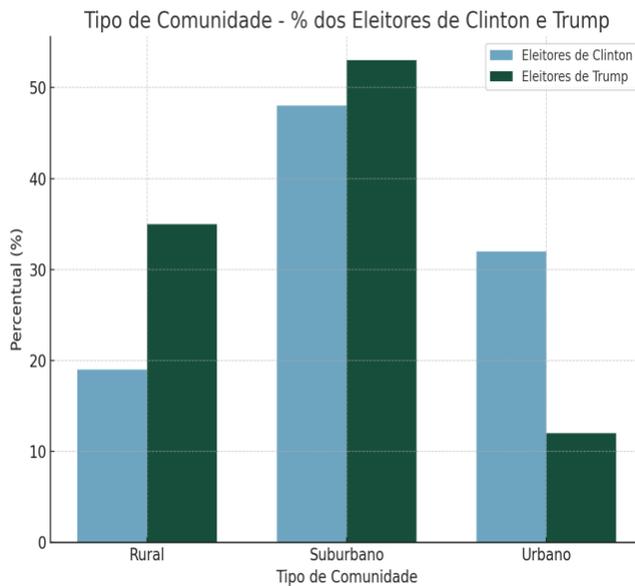


Fonte: *The Trump Archive*

Esse tweet reforça um estereótipo pejorativo, associando imigrantes indocumentados que cruzam a fronteira com o México a atividades criminosas, especialmente ao tráfico de drogas. Dessa forma, Trump constrói uma imagem de ameaça, alinhando-se à visão estigmatizada de parte da população estadunidense de que a imigração está diretamente relacionada ao aumento da criminalidade (Light & Anadon, 2019; Orrenius & Zavodny, 2019; Landgrave & Nowrasteh, 2020; Nowrasteh, Forrester & Landgrave, 2020; Adelman et al., 2021). Essa retórica pode ser aprofundada com a análise apresentada na seção 2.4 do Segundo Capítulo.

No aspecto ideológico, o tweet se conecta ao slogan principal da campanha de Trump, “*Make America Great Again*” (MAGA), que explora as tensões culturais entre comunidades rurais e urbanas nos Estados Unidos. A menção geográfica ao “Midwest” (Centro-Oeste) reforça essa intenção, já que essa região é marcada por estados com forte influência rural, como Illinois, Indiana, Iowa, Kansas, Michigan, Minnesota, Missouri, Nebraska, Dakota do Norte, Ohio, Dakota do Sul e Wisconsin. Esse cenário evidencia uma polarização entre as visões culturais a que Trump se refere como a “real America” (Cramer, 2016; Shea & Jacobs, 2023; Hochschild, 2024).

Gráfico 21. Tipos de comunidades dos eleitores de Clinton e Trump



Fonte: elaborado pelo próprio autor com base nos dados em Pew Research Center (2018)

Em vista disso, conforme descrito por Shea e Jacobs (2023), o voto rural tem desempenhado um papel fundamental nas eleições dos Estados Unidos, especialmente, mediante a polarização das guerras culturais que estão ao redor da política contemporânea. Esse contexto acentua mediante ao processo de desindustrialização desta região, na qual se marginaliza socioeconomicamente (Temin, 2017; Taylor; Ömer, 2019; Conniff, 2022; Hochschild, 2024). E, foi massivamente explorada por Trump como uma retórica de representação daqueles que se sentiam esquecidos (Brown, 2019).

O terceiro *tweet* desta filtragem mostra um endosso propagandista de sua campanha, trazendo que sua proposta de construir o muro foi sua primeira pauta eleitoral, o qual identifica como solução mitigadora da imigração ilegal.

Figura 9. Terceiro *tweet* com maior engajamento pela filtragem do termo “wall”



Fonte: *The Trump Archive*

O quarto *tweet* desta filtragem, ilustrado na Figura 10 (abaixo), apresenta um novo dilema, ao sugerir que a travessia ilegal pela fronteira com o México é tão facilitada que grupos terroristas poderiam acessar os Estados Unidos sem grandes obstáculos. Mais uma vez, Trump explora estigmas identitários, associando imigrantes indocumentados – especificamente sírios do Oriente Médio – a ameaças terroristas. Nesse contexto, sua estratégia no Twitter se baseia no uso da “engenharia da insegurança” para amplificar temores e, assim, espetacularizar seu projeto político de construção do muro na fronteira (Bauman, 2014; 2017).

Figura 10. Quarto *tweet* com maior engajamento pela filtragem do termo “wall”



Fonte: *The Trump Archive*

Ao observar a segunda filtragem, constatamos que o termo “border” foi o mais utilizado entre todos os termos analisados. Esse fato remete à pesquisa de Ackleson (2005), que destaca um interesse político-eleitoral em descrever a região como um problema. Esse conjunto de intenções políticas em relação à região pode ser percebido nos projetos instaurados para tentar resolvê-lo. No entanto, alguns estudos indicam que essas iniciativas não apenas aumentaram os gastos, mas também geraram um novo problema: o crescimento da mortalidade de imigrantes que optam por travessias mais perigosas. Como os mesmos tweets apareceram na filtragem anterior com o termo “wall”, não consideramos o segundo, terceiro e quinto tweets de maior engajamento na análise do termo “border”, já que se tratam do mesmo conteúdo repetido.

Figura 11. Primeiro tweet com maior engajamento pela filtragem do termo “Border”



Fonte: *The Trump Archive*

Neste tweet, podemos observar que Donald Trump buscou apresentar que ele recebe apoio daqueles que vivenciam o cotidiano de proteção da região fronteira, explorando, uma forma de autenticar seu comprometimento e validar o projeto de construir um muro na fronteira. Isso é explorado no seu quinto tweet de maior engajamento, o qual aparece numa foto com alguns trabalhadores responsáveis pela fiscalização da região.

Figura 12. Quinto tweet com maior engajamento pela filtragem do termo “Border”



Fonte: *The Trump Archive*

Afunilando a busca das motivações para sua campanha sobre o projeto de construção de um muro na fronteira com o México, mesmo com outros projetos de gastos elevados que não deram prosseguimento (Ackleson, 2005; Doty, 2011; Massey; Durand; Pren, 2015; Boyce, 2016; Chambers *et al*, 2021; Nevins, 2023), mas que trouxeram novos desafios para mitigar a crise

humanitária de migrantes na região, aumentando o número de mortalidade desses indivíduos (Martínez *et al*, 2014; Slack *et al*, 2016). Analisaremos a quinta e última filtragem, com ênfase no termo que compôs a retórica de Trump de dialogar com os que se encontram na região do *Rust & Belt*.

Conforme observado no Gráfico 20, os tweets que destacam a perda de empregos no setor manufatureiro devido ao NAFTA obtiveram um engajamento exponencial. No entanto, o principal fator que reforça a conexão entre a redução de empregos nesse setor na região do *Rust Belt* é a associação com o fluxo de refugiados. Essa abordagem complica ainda mais a discussão, uma vez que as situações de refúgio diferem significativamente da imigração ilegal. Apesar disso, Donald Trump frequentemente sugere, ao tratar da questão da fronteira com o México, que ambas representam problemas semelhantes, observando a Figura 13, abaixo.

Figura 13. Primeiro *tweet* com maior engajamento pela filtragem do termo “NAFTA”



Fonte: *The Trump Archive*

Neste tweet, Trump procura associar as políticas da administração de Bill Clinton a uma possível continuidade no governo de Hillary Clinton. Contudo, ele foca especificamente no estado da Pensilvânia e nos trabalhadores siderúrgicos e mineradores, responsabilizando a administração Clinton pela redução de empregos no setor manufatureiro. Dessa forma, direciona sua mensagem a uma audiência específica: aqueles que se sentem marginalizados pela esfera política norte-americana.

Esse grupo se torna um pilar na aceitação da retórica do “estrangeiro demonizado”, alimentada pela rejeição ao globalismo e reforçada pelos recentes índices de queda na produção industrial dos EUA. Esse processo se conecta à insatisfação dos trabalhadores do Rust Belt, que se veem sem representação após o fechamento de fábricas e a transferência de empregos para países com mão de obra mais barata. Trump capitaliza esse descontentamento, convertendo-o em

uma força de reivindicação—o problema está na forma como isso é feito, por meio da exploração de estigmas e ataques identitários contra imigrantes.

Figura 14. Segundo *tweet* com maior engajamento pela filtragem do termo “NAFTA”



Fonte: *The Trump Archive*

Observa-se que o discurso de Trump, em alguns momentos, esteve voltado a trabalhadores não qualificados alocados em setores de baixa densidade tecnológica, em um cenário de crescente desigualdade econômica nos Estados Unidos (Temin, 2017; Taylor; Ömer, 2019). Esse contexto reflete mudanças institucionais e tecnológicas, além da expansão chinesa, que deslocou para si grande parte dos empregos industriais de média complexidade. A combinação desses fatores — mudanças na produção, aumento da produtividade e automação — levou os “setores estagnados” (de baixa produtividade) a absorverem a maior parte dos novos empregos, enquanto setores como tecnologia da informação, atacado, varejo, agricultura e manufatura sofreram eliminação massiva de postos de trabalho. Esse processo, intensificado pela robotização, também contribuiu para a desaceleração do crescimento do emprego, dificultando o acesso de jovens à força de trabalho industrial (Kim; Qureshi, 2020).

3.3 Resultados e discussões

Em vista do que foi possível coletar e analisar, notamos alguns detalhes que precisam ser destacados. Primeiro, que o cenário socioeconômico para um determinado grupo de indivíduos nos Estados Unidos foi catalisado na campanha eleitoral de Donald Trump, de tal modo, o imaginário dessas pessoas foi estimulado a encarar os imigrantes como ameaça diante de suas inseguranças socioeconômicas e culturais. Deste modo, acontece um processo de politização com o Tea Party estabelecendo embates raciais no período da presença de Barack Obama na

Presidência, cujos ânimos políticos desse grupo estavam sendo explorados, especialmente, com a participação de Donald Trump ao questionar a identidade de Obama.

O movimento Tea Party surgiu de forma surpreendentemente rápida e impactante. Com uma série de pequenos comícios na primavera de 2009, em apenas um ano e meio se firmou como um bloco político crucial na recuperação republicana da Câmara dos Deputados em 2010, além de desempenhar papéis centrais na crise do teto da dívida em 2011. Impulsionado por uma base popular ativa e pelo apoio financeiro de elites, o Tea Party se consolidou como uma força política de grande relevância, exercendo influência significativa tanto em nível estadual quanto federal (Parker; Sawyer; Towler, 2009; Parker; Barreto, 2014; Skocpol; Williamson, 2016).

A motivação política por trás do movimento Tea Party é frequentemente atribuída a uma reação de americanos brancos que se sentiram ameaçados em seu status socioeconômico nos Estados Unidos. Especificamente, a presidência de Barack Obama e o aumento do número e da influência política de americanos pertencentes a minorias intensificaram essa percepção. O impacto dessas mudanças pode ter sido amplificado pela ansiedade econômica generalizada provocada pela Grande Recessão. Acostumados durante muito tempo a ocupar uma posição privilegiada na hierarquia racial, muitos americanos brancos passaram a perceber essa posição como cada vez mais instável, reagindo com níveis crescentes de ressentimento racial e maior apoio a um movimento político percebido como defensor dos interesses dos brancos em detrimento das minorias (Parker; Barreto, 2014; Knowles *et al.*, 2013; Willer; Feinberg; Wetts, 2016; Brown, 2019).

Neste cenário, destacamos que os movimentos de extrema direita no Norte Global não surgem apenas por fatores econômicos ou por políticas favoráveis à desglobalização. Questões culturais e identitárias também desempenham um papel central, mas não de forma isolada – elas se entrelaçam, como ilustramos com a mobilização de Trump ao associar uma imagem pejorativa e ameaçadora aos imigrantes indocumentados que cruzam a fronteira com o México. No entanto, esses grupos estão longe de representar uma ameaça à segurança. Como demonstram os Gráficos 14, 15 e 16, a percepção pública americana sobre eles é distorcida, conforme evidenciado no Gráfico 13.

Esse processo torna-se uma questão à medida que as propostas para reverter o cenário de ilegalidade da entrada de imigrantes por esta região não se avança e fica retida em propostas que

se prendem a delinear os imigrantes ilegais como ameaça iminente. Assim, notamos a ausência de uma ilustração multivisual do que ocorre nesta região, especialmente, da motivação dessas pessoas em buscarem um caminho tão árduo para entrar nos Estados Unidos.

A análise dos termos utilizados na filtragem revelou que a maioria se referia à região, e não diretamente aos imigrantes ilegais. Isso reflete uma continuidade das práticas discursivas adotadas por políticos desde a década de 1990, conforme discutido por Ackleson (2005). No entanto, também observamos que, ao se referirem a esses indivíduos, havia uma ambiguidade no uso da terminologia, com expressões distintas, como “refugiados” em vez de “imigrantes ilegais.” Esse aspecto é crucial, pois evidencia uma estratégia discursiva que reforça uma visão pejorativa do estrangeiro de forma generalizada, sem diferenciar aqueles que migram legalmente, os que estão em situação irregular e os que buscam refúgio.

À medida que observávamos a audiência segmentada que interagiu com a retórica trumpista, notamos que uma grande parcela advinha de uma comunidade especificamente suburbana e rural, conforme o Gráfico 21. Assim como, de uma região específica, cada vez mais disputada nos períodos eleitorais dos Estados Unidos, conhecida como *Rust Belt*, um território abandonado pelos interesses das grandes indústrias que se deslocaram para territórios externos aos Estados Unidos, cuja mão de obra barata se fazia mais promissora. (Cramer, 2016; Temin, 2017; Taylor; Ömer, 2019; Shea & Jacobs, 2023; Hochschild, 2024).

Neste cenário, uma série de condições foram experimentadas para estimular os descontentamentos daqueles que viam seu ambiente familiar em mudança. Dessa forma, percebe-se um processo de securitização das fronteiras, evidenciado pela retórica adotada por Donald Trump durante sua campanha eleitoral em 2016. Sua narrativa associou estigmas sociais profundamente enraizados no imaginário coletivo estadunidense, reforçando a ideia de que a região fronteira seria uma zona vulnerável, aberta à infiltração de células terroristas.

Além disso, a questão do fluxo de refugiados foi abordada de forma a gerar ambiguidades entre os conceitos de refugiado e imigrante ilegal. Essa estratégia discursiva contribuiu para convencer parte do eleitorado de que o declínio de suas condições socioeconômicas estaria relacionado à presença de imigrantes ilegais, desviando o foco dos impactos das políticas neoliberais que levaram à desindustrialização e à terceirização da produção em busca de mão de obra barata em outras regiões.

Nesse contexto estrutural, que não apenas acentua as desigualdades sociais nos Estados Unidos, mas também possui reflexos globais, práticas discursivas demagógicas ganharam força. Essa abordagem foi particularmente eficaz entre grupos que se distanciaram significativamente do Partido Democrata, frequentemente caricaturado como “*woke*” pela ala conservadora republicana, em uma crítica constante às políticas assistencialistas e progressistas associadas ao partido.

CONCLUSÃO

Com base na teoria da securitização da Escola de Paris, foi possível aprofundar a análise do processo de securitização da fronteira entre os Estados Unidos e o México, tendo como objeto os discursos de Donald Trump no Twitter durante sua campanha eleitoral de 2015-2016. Embasado pela perspectiva teórica da Escola de Paris, o estudo revelou como o uso estratégico da linguagem em plataformas como o Twitter transformou temas complexos, como migração e segurança, em ameaças existenciais, justificando políticas restritivas.

Destacamos que a escolha pela Escola de Paris se mostrou mais apropriada para analisar o caso em questão, pois oferece um elemento singular: a observação da interação entre a audiência e o agente securitizador. Esse aspecto foi essencial para entender como Trump conseguiu se posicionar como representante de grupos marginalizados pelos efeitos das políticas neoliberais—responsáveis pela desindustrialização e terceirização da produção em busca de mão de obra barata—mesmo sendo um empresário alinhado a esses interesses. Além disso, essa abordagem permitiu analisar o impacto desse cenário no aumento da polarização política, elevando os níveis de intransigência, conforme ilustrado nos Gráficos 7 e 8, que evidenciam essas inflexões como um risco à estabilidade dos regimes democráticos.

Os resultados indicam que a securitização foi usada como estratégia política, criando um ambiente de polarização e reforçando práticas discursivas que instrumentalizam a engenharia de insegurança. Essa abordagem, embora eficaz para engajar determinadas audiências, desenvolvem, por sua vez, práticas que fragilizam os princípios democráticos ao priorizar medidas excepcionais em detrimento de soluções dialogadas.

Os resultados indicam que a proposta de construção do muro vai além das questões de segurança nacional, funcionando como um símbolo político para consolidar uma agenda de exclusão e xenofobia. Essa estratégia mobilizou medos sociais e estigmas históricos, utilizando práticas discursivas que aprofundaram divisões e reforçaram a polarização política, sem oferecer soluções concretas para os desafios migratórios.

Conforme discutido no segundo capítulo, o aumento do investimento em infraestrutura de fiscalização e vigilância na fronteira entre Estados Unidos e México resultou em novos problemas, como o crescimento da mortalidade entre imigrantes que buscam rotas de travessia mais perigosas. Boyce (2016) atribui esse fenômeno a uma estratégia de prevenção baseada na dissuasão—ou seja, a intenção é desencorajar a travessia, mas sem, de fato, impedir a entrada desses grupos.

Além disso, o estudo evidenciou que a securitização, longe de ser uma resposta excepcional, tornou-se uma prática rotineira, naturalizada por discursos políticos que instrumentalizam inseguranças sociais. Essa dinâmica fragiliza os princípios democráticos, deslocando questões de relevância econômica e social para a esfera securitária, onde a urgência e o medo legitimam decisões autoritárias e pouco transparentes.

O estudo também permite ressaltar como práticas de securitização, frequentemente apresentadas como respostas emergenciais, refletem interesses políticos cíclicos e estratégias de manutenção de poder. Assim, a respectiva pesquisa reforça a necessidade de um olhar crítico sobre o uso político de narrativas securitárias, especialmente em contextos democráticos, e convida a uma reflexão sobre alternativas mais justas e eficazes para lidar com desafios transnacionais, como migração e segurança.

Neste contexto, o Twitter, como ferramenta de campanha, permitiu que Trump contornasse as mediações tradicionais da comunicação política, promovendo um discurso direto e polarizador. A lógica algorítmica das plataformas digitais, que privilegia conteúdos emocionais e divisivos, contribuiu para a amplificação de mensagens simplistas, porém eficazes, na mobilização de públicos segmentados. A desinformação e a manipulação da comunicação afetiva emergiram como fatores determinantes na formação de narrativas que alimentam a desconfiança nas instituições democráticas e priorizam soluções autoritárias em detrimento do debate público plural e informado.

De tal maneira, a crise da democracia liberal, evidenciada por essa dinâmica, está enraizada na desconexão entre governos e cidadãos, agravada pela proliferação de discursos polarizantes nas redes sociais. O enfraquecimento do espaço público deliberativo e a transformação da política em espetáculo, moldada por métricas de engajamento e viralidade, comprometem a capacidade das democracias de lidar com desafios complexos de maneira inclusiva e responsável. Nesse cenário, a internet, longe de ser um espaço neutro, tornou-se um campo de disputa política, onde atores utilizam algoritmos e *big data* para influenciar comportamentos, reforçar divisões e consolidar narrativas autoritárias.

Este estudo, ao articular as dinâmicas de securitização, a crise democrática e a governança da internet, contribui para uma compreensão mais ampla de como a linguagem e a tecnologia interagem para moldar políticas e práticas de exclusão. Ele reforça a necessidade de reavaliar o

papel das plataformas digitais na democracia, questionando sua responsabilidade na propagação de discursos polarizadores e na fragmentação do debate público.

Portanto, a pesquisa contribui significativamente para a compreensão do papel da linguagem e da construção discursiva na formulação de políticas de segurança contemporâneas. Ao mesmo tempo, ela alerta para os riscos de utilizar a securitização como ferramenta política em democracias liberais, pois isso pode aprofundar desigualdades e comprometer a confiança nas instituições.

Diante disso, destacamos que, sem os elementos do modelo de análise da securitização proposto pela Escola de Paris, não seria possível compreender como o contexto socioeconômico afetou grupos de americanos brancos que, desde a chegada de Obama à Presidência, sentiram-se ameaçados em seu status socioeconômico. Esse sentimento foi particularmente forte entre os residentes do Rust Belt, que se viam abandonados pelos interesses das grandes indústrias, deslocadas para o exterior em busca de mão de obra mais barata.

Esse processo se entrelaça com os contextos socioculturais de construção da insegurança, intensificados nos Estados Unidos após o 11 de Setembro. Foi nesse cenário que teorias da conspiração ganharam força, incluindo especulações sobre a identidade de Obama e tentativas de associá-lo a células terroristas devido ao seu sobrenome. Pequenos detalhes, como a disseminação de calúnias e desinformação, demonstram que as práticas securitárias se tornaram viáveis justamente pelo uso estratégico da desinformação e pelo espaço concedido pelas redes sociais à estigmatização do “outro”.

Esse ponto fica evidente no Gráfico 13, que revela a percepção distorcida dos americanos sobre os imigrantes, frequentemente associados ao aumento da insegurança. No entanto, os Gráficos 14, 15 e 16 mostram que essa visão é equivocada, já que os americanos nativos apresentam os maiores índices de criminalidade.

Diante disso, sugerimos que pesquisas futuras explorem as particularidades do uso de práticas securitárias nos países europeus, considerando que cada caso possui suas próprias dinâmicas. Como observamos, o sucesso da estratégia securitária de Donald Trump pode ser atribuído a elementos específicos, em especial à generalização da imagem do imigrante, colocando todos em uma mesma categoria.

Essa abordagem reflete a continuidade das práticas discursivas adotadas por políticos desde a década de 1990, conforme discutido por Ackleson (2005). A ambiguidade no uso da

terminologia—como a substituição de “imigrantes ilegais” por “refugiados”—foi um fator crucial para reforçar uma visão pejorativa do estrangeiro, sem distinção entre aqueles que migram legalmente, os que estão em situação irregular e os que buscam refúgio. Dessa forma, Trump conseguiu demonizar a figura do estrangeiro, associando-a à rejeição ao globalismo.

REFERÊNCIAS

Abramitzky, Ran *et al.* 2023. **Law-Abiding Immigrants: The Incarceration Gap between Immigrants and the US-Born, 1850–2020**. National Bureau of Economic Research.

Accioly Filho, Lauro; Nobre, Fábio. 2023. O comportamento do Estado por fatores endógenos: os desafios da contemporaneidade para abordagens estruturalistas e generalizantes nas relações internacionais. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 14, n. 2: 3-18.

Acemoglu, Daron; Restrepo, Pascual. Robots and jobs: Evidence from US labor markets. **Journal of political economy**, v. 128, n. 6, p. 2188-2244, 2020.

Ackleson, Jason. 2005. Constructing security on the US–Mexico border. **Political Geography**, v. 24, n. 2:165-184.

Aizeki, Mizue *et al.* Smart Borders or a Humane World?. Report published by Open Society Foundation, 2021.

Akkerman, Mark. 2019. **The business of building walls**. Amsterdam:Transnational Institute.

Albright, Jonathan. 2017. Welcome to the era of fake news. **Media and communication**, v. 5, n. 2: 87-89.

Alesina, Alberto; Miano, Armando; Stantcheva, Stefanie. Immigration and redistribution. **The Review of Economic Studies**, v. 90, n. 1, p. 1-39, 2023.

Allcott, Hunt; Gentzkow, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of economic perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.

Allen, Treb; Dobbin, Cauê; Morten, Melanie. 2018. **Border walls**. Cambridge: National Bureau of Economic Research.

Allison, Graham T. Destined for war?. *The National Interest*, n. 149, p. 9-21, 2017

Allsopp, Jennifer. 2016. The European Facilitation Directive and the criminalisation of humanitarian assistance to irregular migrants: measuring the impact on the whole community. In: Carrera, Sergio; Guild, Elspeth. **Irregular migration, trafficking and smuggling of human beings: policy dilemmas in the EU**. Brussels: The Centre for European Policy Studies (CEPS).

Alves, Angela Limongi Alvarenga. 2022. Globalização, desglobalização e impactos na soberania estatal. Tese de Doutorado. Tese de Livre Docência Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Andreas, Peter. 2009. **Border Games: Policing the U.S.-Mexico Divide**. London: Cornell University Press.

Andreas, Peter. 2003. Redrawing the line: Borders and security in the twenty-first century. **International security**, v. 28, n. 2: 78-111.

Androff, David K.; Tavassoli, Kyoko Y . 2012. Deaths in the desert: The human rights crisis on the US–Mexico border. **Social work**, v. 57, n. 2: 165-173.

Antràs, Pol. (2020). De-globalisation? Global value chains in the post-COVID-19 age (No. w28115). National Bureau of Economic Research. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w28115>>. Acesso em: 10 de Junho de 2024.

Amiti, Mary, et al. The impact of the 2018 tariffs on prices and welfare. *Journal of Economic Perspectives*, v. 33, n. 4, p. 187-210, 2019.

Arceneaux, Kevin; Truex, Rory. Donald Trump and the lie. *Perspectives on Politics*, v. 21, n. 3, p. 863-879, 2023

Autor, David; Dorn, David; Hanson, Gordon H. On the persistence of the China shock. National Bureau of Economic Research, 2021.

Autor, David et al. Importing political polarization? The electoral consequences of rising trade exposure. *American Economic Review*, v. 110, n. 10, p. 3139-3183, 2020.

Autor, David H.; Dorn, David. The growth of low-skill service jobs and the polarization of the US labor market. *American economic review*, v. 103, n. 5, p. 1553-1597, 2013.

Bail, Chris. 2022. **Breaking the social media prism: How to make our platforms less polarizing**. New Jersey: Princeton University Press.

Balzacq, Thierry. 2005. The three faces of securitization: Political agency, audience and context. **European journal of international relations**, v. 11, n. 2: 171-201.

Balzacq, Thierry. 2008. The Policy Tools of Securitization: Information Exchange, EU Foreign and Interior Policies. **Journal of Common Market Studies**, v. 46, n. 1: 75-100.

Balzacq, Thierry *et al.* 2010. Security practices. In: Denmark, Robert; Gil-egui, Gisela. **The International Studies Encyclopedia**. Vol. III. London: International Studies Association/Wiley-Blackwell.

Balzacq, Thierry. 2011. **Securitization theory: how security problems emerge and dissolve**. London: Routledge.

Barkun, Michael. President Trump and the “fringe”. *Terrorism and Political Violence*, v. 29, n. 3, p. 437-443, 2017.

- Bartkowiak, Jaqueline Zandona et al. 2017. A Primavera Árabe e as Redes Sociais: o uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia. *Revista Cadernos Internacionais*, v. 10, n. 1: 66-94.
- Bauman, Zygmunt. 2017. *Estranhos à nossa porta*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Bauman, Zygmunt. 2014. *Cegueira moral*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Bauman, Zygmunt. 2008. *Medo líquido*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Benedicto, Ainhoa; Akkerman, Mark; Brunet, Pere. 2020. *A Walled World Towards a Global Apartheid*. Barcelona: Centre Delàs d'Estudis per la Pau.
- Benkler, Yochai; Farias, Robert; Roberts, Hal. 2018. *Network propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American Politics*. New York: NY: Oxford University Press.
- Bigo, Didier. 2011. Pierre Bourdieu and international relations: Power of practices, practices of power. *International political sociology*, v. 5, n. 3: 225-258.
- Bigo, Didier. 2008. *Security: A field left fallow*. In: Foucault on politics, security and war. London: Palgrave Macmillan UK.
- Board of Governors of the Federal Reserve System (US). *Industrial Production and Capacity Utilization, 2023*. Disponível em: <<https://www.federalreserve.gov/releases/g17/download.htm>>. Acesso em: 29 de Novembro de 2024.
- Booth, Ken. 2018. *Security and emancipation*. In: Sheehan, Michael (Ed.). *National and international security*. United Kingdom: Routledge.
- Boyce, Geoffrey A. *The rugged border: Surveillance, policing and the dynamic materiality of the US/Mexico frontier*. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 34, n. 2, p. 245-262, 2016.
- Boyce, Geoffrey Alan; Chambers, Samuel Norton. 2021. The corral apparatus: counterinsurgency and the architecture of death and deterrence along the Mexico/United States border. **Geoforum**, v. 120, n. 1: 1-13.
- Brady, William J. et al. 2023. Overperception of moral outrage in online social networks inflates beliefs about intergroup hostility. *Nature human behaviour*, v. 5, n. 3: 225-258.
- Bright, Jonathan. 2022. Securitisation, terror, and control: towards a theory of the breaking point. *Review of International Studies*, v. 38, n. 4: 861-879.
- Briggs, Asa; Burke, Peter. 2006. *Uma história social da mídia. De Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Brown, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In. Albino, Chiara; Oliveira, Jainara; Melo, Mariana. **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**, p. 91, 2021.

Brown, Wendy. 2020. **States of injury: Power and freedom in late modernity**. Princeton University Press.

Brown, Wendy. 2019. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática**. São Paulo: Ed. Politeia.

Brown, Wendy. Neoliberalism's Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century “Democracies”. **Critical Times**, v. 1, n. 1, 2018, p. 60–79.

Brown, Wendy. 2018. **Politics out of History**. New Jersey: Princeton University Press.

Brown, Wendy. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. New York: Zone, 2015.

Brown, Wendy. 2010. **Walled states, waning sovereignty**. New Jersey: Princeton University Press.

Butcher, Paul; Neidhardt, Alberto-Horst. Fear and lying in the EU: Fighting disinformation on migration with alternative narratives. The Foundation for European Progressive Studies (FEPS), 2020. Disponível em: https://repository.uantwerpen.be/docman/irua/b77f92/disinformation_on_migration.pdf. Acesso em 02 de Dezembro de 2024.

Butler, Judith. 2021. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Unesp.

Butler, Judith. 1997. **Lenguaje, poder e identidad**. Madrid: Síntesis.

Buzan, Barry, Hansen, Lane. 2012. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: UNESP.

Buzan, Barry; Herring, Eric. 1998. **The arms dynamic in world politics**. Lynne Rienner Publishers.

Buzan, Barry; Waever, Ole; De Wilde, Jaap. 1998. **Security: A New Framework For Analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers.

Callahan, William A. 2020. **Sensible politics: Visualizing international relations**. United Kingdom: Oxford University Press.

Capps, Randy et al. **Revving up the deportation machinery**. Washington, DC: Migration Policy Institute, 2018.

Carr, Isla; Sibila, Deborah A.; Rauhaus, Beth M. Trump's Twitter Tales: Policy Implications of Stories of Crime and Crisis Along the Southwest Border. *Public Voices*, v. 17, n. 1, 2020.

Carter, David; Poast, Paul. 2017. Why do states build walls? Political economy, security, and border stability. *Journal of conflict resolution*, v. 61, n. 2: 239-270.

Castells, Manuel. 2018. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

Cavalho, Alberto et al. Tariff pass-through at the border and at the store: Evidence from us trade policy. *American Economic Review: Insights*, v. 3, n. 1, p. 19-34, 2021.

Cesarino, Leticia. 2020. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, n.1, v.1: 91-120.

Chambers, Samuel Norton *et al.* 2021. Mortality, surveillance and the tertiary “funnel effect” on the US-Mexico border: a geospatial modeling of the geography of deterrence. **Journal of Borderlands Studies**, v. 36, n. 3: 443-468.

Chávez, Karma R. 2012. The need to Shift from a Rhetoric of Security to a Rhetoric of Militarization. In: Dechaine, D. Robert (ed.). *Border rhetorics: Citizenship and identity on the US-Mexico frontier*. Alabama: University of Alabama Press.

Chaia, Miguel. 2007. *Arte e política: situações*. Arte e política. Rio de Janeiro: Azougue Editorial.

Chesnais, François. *Mundialização: o capital financeiro no comando*. Revista Outubro, v. 5, n. 2, p. 7-28, 2001.

Colantone, Italo; Stanig, Piero. Global competition and Brexit. **American political science review**, v. 112, n. 2, p. 201-218, 2018. (a)

Colantone, Italo; Stanig, Piero. The trade origins of economic nationalism: Import competition and voting behavior in Western Europe. *American Journal of Political Science*, v. 62, n. 4, p. 936-953, 2018. (b)

Conniff, Ruth. *Milked: How an American crisis brought together Midwestern dairy farmers and Mexican workers*. The New Press, 2022.

Côté, Adam. 2016. Agents without agency: Assessing the role of the audience in securitization theory. *Security dialogue*, v. 47, n. 6: 541-558.

Da Empoli, Giuliano. 2019. *Os engenheiros do caos: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Editora Vestígio.

Dahl, Robert. 2004. Los Sistemas Políticos Democráticos en los Países Avanzados: éxitos y desafíos. In. Nueva hegemonía mundial. Alternativas de cambio y movimientos sociales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Dahl, Robert. 2012. A democracia e seus críticos. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes.

Darby, Phillip. 2008. A disabling Discipline?. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (Ed.). The Oxford handbook of international relations. Oxford: Oxford University Press.

De Barros, Thomás Zicman; Lago, Miguel. Do que falamos quando falamos de populismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Debord, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 102, 1997. p. 7-165.

Derrida, Jacques. 1967. De la Grammatologie. Paris: Édition de minuit.

Dewey, J.. The public and its problems. Ohio: Swallow Press Books, 1954. p. 144-170.

Díaz McConnell, Eileen. “It could be 3 million, it could be 30 million”: Quantitative misperceptions about undocumented immigration and immigration attitudes in the Trump era. *Latino Studies*, v. 20, n. 2, p. 242-279, 2022.

DHS. 2021. Estimates of the unauthorized immigrant population residing in the United States: January 2015–January 2018. **Population Estimates**. Disponível em: <https://ohss.dhs.gov/sites/default/files/2023-12/unauthorized_immigrant_population_estimates_2015_-_2018.pdf>. Acesso em: 07 de Novembro de 2024.

Dobber, Tom et al. 2021. Do (microtargeted) deepfakes have real effects on political attitudes?. **The International Journal of Press/Politics**, v. 26, n. 1: 69-91.

Dobson, Alan P.; Marsh, Steve. 2007. **US foreign policy since 1945**. London: Routledge.

Doty, Roxanne Lynn. Resistência depois da morte: restituindo humanidade ao Homo Sacer. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 1, p. 209-230, 2011.

Dubois, Elizabeth; Gaffney, Devin. 2014. The multiple facets of influence: Identifying political influentials and opinion leaders on Twitter. *American behavioral scientist*, v. 58, n. 10: 1260-1277.

Duffy, Brooke Erin. 2016. The romance of work: Gender and aspirational labour in the digital culture industries. *International journal of cultural studies*, v. 19, n. 4: 441-457.

Dunn, Timothy. 2001. Border militarization via drug and immigration enforcement: Human rights implications. *Social Justice*, v. 28, n. 2: 7-30.

Dunne, T.; Kurki, M.; Smith, S. 2007. *International Relations Theories: discipline and diversity*. Oxford: Oxford University Press.

Engesser, Sven; Fawzi, Nayla; Larsson, Anders. 2017. Populist online communication: Introduction to the special issue. *Information, communication & society*, v. 20, n. 9: 1279-1292.

Fajgelbaum, Pablo D. et al. The return to protectionism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 135, n. 1, p. 1-55, 2020.

FBI. Hate Crime Statistics. Uniform Crime Reporting Program's (UCR), 2024. Disponível em: <<https://www.fbi.gov/how-we-can-help-you/more-fbi-services-and-information/ucr/hate-crime>>. Acesso em: 22 de Novembro de 2024.

Ferreira, Ana Clara Luquett Pereira. *O Patrimônio Cultural em Conflitos Armados e as Dinâmicas de Segurança que o Atravessam: Um Processo de Securitização em Curso?*. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho (Portugal).

Finkel, Eli J. et al. Political sectarianism in America. *Science*, v. 370, n. 6516, p. 533-536, 2020.

Fisher, Max. *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo*. São Paulo: Todavia, 2023.

Flaen, Aaron; Pierce, Justin. Disentangling the effects of the 2018-2019 tariffs on a globally connected US manufacturing sector. *FEDS Working Paper* n. 86, 2019. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3879412>. Acesso em: 29 de Novembro de 2024.

Flores, René D. Can elites shape public attitudes toward immigrants?: Evidence from the 2016 US presidential election. *Social Forces*, v. 96, n. 4, p. 1649-1690, 2018.

Floyd, Rita. 2010. A revised securitisation theory. In: Floyd, Rita. *Security and the Environment: Securitisation Theory and US Environmental Security Policy*. New York: Cambridge University Press.

Foucault, Michel. 2013. *Vigiar e punir*. Lisboa: Leya.

Francia, Peter L. Free media and Twitter in the 2016 presidential election: The unconventional campaign of Donald Trump. *Social Science Computer Review*, v. 36, n. 4, p. 440-455, 2018.

García-herrero, Alicia. From globalization to deglobalization: Zooming into trade. *Las claves de la globalizacion*, v. 4, 2019.

García-Vazquez, Gilberto. *Chips on the Table: The High Stakes Industry of Semiconductor Design and Manufacturing*. The Observatory of Economic Complexity (OEC), 2024. Disponível em: <<https://oec.world/en/blog/chips-on-the-table>>. Acesso em 10 de Junho de 2024.

Gasper, Des; Gómez, Oscar. 2014. Evolution of thinking and research on human security and personal security 1994-2013. In: Malik, Khalid. *Safeguarding Human Progress: Reducing Vulnerabilities. Building Resilience*, New York: UNDP.

Gastil, John; Reedy, Justin; Wells, Chris. Knowledge distortion in direct democracy: A longitudinal study of biased empirical beliefs on statewide ballot measures. *International Journal of Public Opinion Research*, v. 30, n. 4, p. 540-560, 2018.

Gerbaudo, Paolo. 2019. *The Digital Party: political organization and online democracy*. London: Pluto Press.

Gjørv, Gunhild Hoogensen. 2012. Security by any other name: negative security, positive security, and a multi-actor security approach. *Review of international Studies*, v. 38, n. 4: 835-859.

Gonçalves, Fernanda Cristina Nanci Izidro; De Assis, Marcella Germano. 2019. Twiplomacy: a ascensão de Donald Trump em 140 caracteres. *Conjuntura Austral*, v. 10, n. 49: 42-61.

Gonçalves, Anderson. 2016. Análise de conteúdo, análise do discurso e análise de conversação: estudo preliminar sobre diferenças conceituais e teórico-metodológicas. *Administração: ensino e pesquisa*, v.17, n.2: 275-300.

Gottfried, Jeffrey; Shearer, Elisa. 2016. *News Use across Social Media Platforms 2016*. Pew Research Center. Disponível em: <<http://www.journalism.org/2016/05/26/news-use-across-social-media-platforms-2016>>. Acesso em 28 de Novembro de 2024.

Gramlich, John. How border apprehensions, ICE arrests and deportations have changed under Trump. Washington, DC: Pew Research Center, 2020. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/short-reads/2020/03/02/how-border-apprehensions-ice-arrests-and-deportations-have-changed-under-trump/>>. Acesso em: 07 de Novembro de 2024.

Gravelle, Timothy B. Politics, time, space, and attitudes toward US–Mexico border security. *Political Geography*, v. 65, p. 107-116, 2018

Grigorieff, Alexis; Roth, Christopher; Ubfal, Diego. Does information change attitudes toward immigrants?. *Demography*, v. 57, p. 1117-1143, 2020.

Gunther, Richard; Beck, Paul A.; Nisbet, Erik C. “Fake news” and the defection of 2012 Obama voters in the 2016 presidential election. *Electoral studies*, v. 61, p. 102030, 2019.

Guzzini, Stefano. 2011. Securitization as a causal mechanism. *Security dialogue*, v. 42, n. 4: 329-341.

Habermas, Jürgen. 2023. *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. São Paulo: Editora Unesp.

Habermas, Jürgen. *The Divided West*. C. Cronin (Cambridge: Polity), 2006. p. 3-36

- Han, Byung. Infocracia: Digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2022.
- Han, Byung-Chul. 2022. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Han, Byung-Chul. 2018. No enxame: perspectivas do digital. São Paulo: Editora Vozes.
- Han, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. São Paulo: Editora Vozes, 2015.
- Han, Byung-Chul. Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder. Herder editorial, 2014.
- Hardy, C., Harley, B., & Phillips, N. 2004. Discourse analysis and content analysis: Two solitudes. *Qualitative methods*, v.2, n.1:19-22.
- Hayek, F. A. Constitution of Liberty. Chicago: University of Chicago Press, 1960.
- Hayek, F. A. Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy, Vol. II. London: Routledge; Kegan Paul, 1982.
- Heath, Rachel; Mobarak, A. Mushfiq. Manufacturing growth and the lives of Bangladeshi women. *Journal of development Economics*, v. 115, p. 1-15, 2015.
- Herda, Daniel. Comparing ignorance: Misperceptions about immigrants in the United States and Western Europe. *Societies Without Borders: Human Rights and the Social Sciences*, v. 12, n. 1, 2018
- Hiemstra, Nancy. 2019. Pushing the US-Mexico border south: United States' immigration policing throughout the Americas. *International Journal of Migration and Border Studies*, v. 5, n. 1: 44-63.
- Hobsbawm, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. Editora Companhia das Letras, 1995. p. 236-253.
- Hopkins, Daniel J.; Sides John; Citrin, Jack. The muted consequences of correct information about immigration. *The Journal of Politics*, v. 81, n. 1, p. 315-320, 2019.
- Horowitz, Liviu. 2019. The George HW Bush Administration's Policies Vis-à-Vis Central Europe: From Cautious Encouragement to Cracking Open NATO's Door. In: Hamilton, Daniel S.; Spohr, Kristina. *Exiting the cold war, entering a new world*. Baltimore: Johns Hopkins University.
- Humprecht, Edda. 2019. Where 'fake news' flourishes: a comparison across four Western democracies. *Information, Communication & Society*, v. 22, n. 13: 1973-1988.

Huysmans, Jef. 1999. Language and the mobilization of security expectations: The normative dilemma of speaking and writing security. ECPR Joint Sessions, Mannheim.

Huysmans, Jef. 2006. *The Politics of Insecurity: Fear, migration and asylum in the EU*. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group.

Hyman, Benjamin G. Can displaced labor be retrained? Evidence from quasi-random assignment to trade adjustment assistance. In: *Proceedings. annual conference on taxation and minutes of the annual meeting of the national tax association*. National Tax Association, 2018. p. 1-70.

James, Harold. *The end of globalization: lessons from the Great Depression*. Harvard University Press, 2009.

Janjua, Abu Bakar. Analysis of Semiconductor Competition as New Dimension of Super-Power Rivalry Between US and China. *Pakistan Social Sciences Review*, v. 8, n. 2, p. 300-311, 2024.

Jørgensen, Rikke. 2019. *Human rights in the age of platforms*. Boston: The MIT Press.

Jones, Richard. 2001. Introduction: Locating Critical International Relations Theory. In: Jones, Richard (ed.). *Critical Theory and World Politics*. London: Lynne Rienner.

Khanna, Parag. *The future is Asian: Global order in the twenty-first century*. Hachette UK, 2019.

Kivisto, Peter. *The Trump phenomenon: How the politics of populism won in 2016*. Emerald Publishing Limited, 2017.

Kim, Hyeon-Wook; Qureshi, Zia. *Growth in a Time of Change: Global and Country Perspectives on a New Agenda*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2020.

Kleinfeld, Rachel. *Polarization, democracy, and political violence in the United States: What the research says*. Carnegie Endowment for International Peace. 2023.

Kleinfeld, Rachel. The rise of political violence in the United States. *Journal of Democracy*, v.32, n. 4, p. 160-176, 2021.

Knowles, Eric D. et al. Race, ideology, and the Tea Party: A longitudinal study. *PLoS One*, v. 8, n. 6, p. e67110, 2013.

Landgrave, Michelangelo; Nowrasteh, Alex. *Illegal Immigrant Incarceration Rates, 2010-2018: Demographics and Policy Implications*. Washington, DC: Cato Institute., 2020.

Lepore, Jill. *Estas verdades: a história da formação dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. p. 574-861

Levitsky, Steven, Ziblatt, Daniel. 2018. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Lewandowsky, Stephan. 2021. Climate change disinformation and how to combat it. *Annual Review of Public Health*, v. 42, n.1: 1-21.

Lewandowsky, Stephan; Jetter, Michael; Ecker, Ullrich KH. Using the president's tweets to understand political diversion in the age of social media. *Nature communications*, v. 11, n. 1, p. 5764, 2020.

Light, Michael L.; Anadon, Isabel. Immigration and Violent Crime: Triangulating Findings Across Diverse Studies. *Marq. L. Rev.*, v. 103, p. 939, 2019.

Luo, Yadong; Van Assche, Ari. The rise of techno-geopolitical uncertainty: Implications of the United States CHIPS and Science Act. *Journal of international business studies*, v. 54, n. 8, p. 1423-1440, 2023.

Mahoney, J., Kimball, E., & Koivu, K. L. 2009. The logic of historical explanation in the social sciences. *Comparative Political Studies*, v. 42, n.1: 114-146.

Majerowicz, Esther; Paraná, Edemilson. (Orgs.) (2022). *A China no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão popular.

Marie, Antoine; Altay, Sacha; Strickland, Brent. 2023. Moralization and extremism robustly amplify myside sharing. *PNAS nexus*, v. 2, n. 4: 1-16.

Martínez, Daniel E. et al. Structural violence and migrant deaths in Southern Arizona: Data from the Pima County Office of the Medical Examiner, 1990–2013. *Journal on Migration and Human Security*, v. 2, n. 4, p. 257-286, 2014.

Marwick, Alice; Lewis, Rebecca. 2017. *Media manipulation and disinformation online*. New York: Data & Society Research Institute.

Massey, Douglas S.; Durand, Jorge; Pren, Karen A. Border enforcement and return migration by documented and undocumented Mexicans. *Journal of ethnic and migration studies*, v. 41, n. 7, p. 1015-1040, 2015.

McDonald, Matt. 2023. *Constructivisms*. In: Williams, Paul D; McDonald, Matt.. *Security Studies*. Routledge.

Mcluhan, Marshall. 1994. *Understanding media: The extensions of man*. Massachusetts: MITPresss.

Melchior, Antonio Pedro. 2013. *O Juiz e a Prova: o Sinthoma Político do Processo Penal*. Curitiba: Juruá.

Miguel, Luis Felipe. 2000. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, n. 49, v.1: 51-77.

Montañez, Julio; Suárez, Jaime. Nuevo orden internacional a inicios de la segunda década del siglo XXI. *Estudios internacionales* (Santiago), v. 52, n. 197, p. 153-166, 2020.

Montgomery, Martin. Política pós-verdade? Autenticidade, populismo e os discursos eleitorais de Donald Trump. *Journal of Language and Politics*, v. 16, n. 4, p. 619-639, 2017.

Motta, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. 2018. *Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda guerra do Iraque*. São Paulo: Editora Unesp.

Motta, Bárbara; Pimentel, Cauê. 2013. Escola de Copenhague e a Teoria de Securitização: uma abordagem sobre seus limites conceituais. *Anais Eletrônicos do 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais*. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1370047314_ARQUIVO_MOTTA-PIMENTEL-ABRI-TeoriadeSecuritizacao.pdf>. Acesso em: 14 de Fevereiro de 2024.

Muhammad, Mohd Razman Achmadi; Nirwandy, Noor. 2021. A Study on Donald Trump's Twitter Remark: A Case Study on the Attack of Capitol Hill. *Journal of Media and Information Warfare*, v. 14, n. 2: 75-104.

Munn, Luke. 2016. More than a mob: Parler as preparatory media for the US Capitol storming. *First Monday*, v. 26, n.3.

Müller, Jan-Werner. 2017. *What is populism?*. London: Penguin UK.

Nacos, Brigitte L.; Shapiro, Robert Y.; Bloch-elkon, Yaeli. Donald Trump: Aggressive Rhetoric and Political Violence. *Perspectives on Terrorism*, v. 14, n. 5, p. 2-25, 2020.

Nevins, Joseph. Unsettling self-determination, sovereignty, and claims to Nativeness. *Geopolitics*, v. 28, n. 1, p. 464-469, 2023.

New York Times. 2016 Presidential Election Results. New York: New York Times, 2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/elections/2016/results/president>. Acesso em: 06 de Janeiro de 2025.

NIJ. Undocumented Immigrant Offending Rate Lower Than U.S.-Born Citizen Rate. National Institute of Justice, 2024. Disponível em: <<https://nij.ojp.gov/topics/articles/undocumented-immigrant-offending-rate-lower-us-born-citizen-rate>>. Acesso em: 07 de Novembro de 2024.

Nobre, Fábio Rodrigo Ferreira; Accioly Filho, Lauro. 2022. Democracias avançadas em risco: estudo de caso da campanha eleitoral de Donald Trump (2016). *Carta Internacional*, v. 17, n. 3: 2-25.

Norris, Pippa; Inglehart, Ronald. 2019. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge University Press.

Nowrasteh, Alex; Forrester, Andrew; Landgrave, Michelangelo. *Illegal immigration and crime in Texas*. Washington, DC: CATO, 2020.

Nunes, Felipe; Traumann, Thomas. 2023. *Biografia do abismo*. São Paulo: Harlequin.

Nyabola, Nanjala. 2018. *Digital democracy, analogue politics: How the Internet era is transforming politics in Kenya*. London: Bloomsbury Publishing

O'neil, Cathy. 2017. *Weapons of math destruction: How big data increases inequality and threatens democracy*. New York, NY: Crown Publishing Group.

Orrenius, Pia; Zavodny, Madeline. *Do Immigrants Threaten US Public Safety?*. Washington, DC: The Center for Growth and Opportunity at Utah State University, 2019.

Pautasso, Diego et al. *As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA*. *Carta Internacional*, v. 16, n. 2, p. e1122-e1122, 2021.

Pariser, Eli. 2012. *O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar.

Parker, Christopher S.; Sawyer, Mark Q.; Towler, Christopher. *A black man in the White House?: The role of racism and patriotism in the 2008 presidential election*. *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, v. 6, n. 1, p. 193-217, 2009.

Parker, Christopher S.; Barreto, Matt A. *Change they can't believe in: The tea party and reactionary politics in America*-updated edition. In: *Change They Can't Believe In*. Princeton University Press, 2014

Pêcheux, Michel. 1990. *Le discours: structure ou événement?*. D. MALDIDIER *LInquietude du discours*. Paris, Ed. des Cendres.

Pereira, Alexsandro Eugenio; Silva, Caroline C. Viana. 2018. *Processo de Securitização: uma análise sistêmica da aplicação do conceito de securitização em artigos internacionais*. *Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, v. 11: 2-21.

Pereira, Leandro Ramos. *Da indústria multidoméstica à indústria global: transformações e determinantes*. *Leituras de Economia Política*, v. 19, n. 2, p. 29, 2019.

Perry, Stephanie, "Trump and his Tweets: Presidential Propaganda and its Potential Influence on the Actions of Others" (2019). *Honors College Theses*. 238. https://digitalcommons.pace.edu/honorscollege_theses/238.

Peters, Michael A. *Semiconductors, geopolitics and technological rivalry: the US CHIPS & Science Act*, 2022. *Educational Philosophy and Theory*, v. 55, n. 14, p. 1642-1646, 2023.

Pew Research Center. Modern Immigration Wave Brings 59 Million to US, Driving Population Growth and Change through 2065: Views of Immigration's Impact on US Society Mixed, September. Washington, DC: Pew Research Center, 2015. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/race-and-ethnicity/2015/09/28/modern-immigration-wave-brings-59-million-to-u-s-driving-population-growth-and-change-through-2065/>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

Piazza, James; Van Doren, Natalia. it's about hate: approval of Donald Trump, racism, xenophobia and support for political violence. *American Politics Research*, v. 51, n. 3, p. 299-314, 2023.

Powaski, Ronald. 2019. *Ideals, interests, and US foreign policy from George HW Bush to Donald Trump*. Switzerland: Palgrave Macmillan.

Ramonet, Ignacio. 2011. El poder mediático. *C-legenda*, v.1, n.1. Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36799>>. Acesso em: 01 de Outubro de 2023.

Redding, Stephen J. "Trade and Geography," National Bureau of Economic Research Working Paper Series, 2020. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w27821>>. Acesso em 29 de Novembro de 2024.

Rivers, Damian J.; Ross, Andrew S. Authority (de) legitimation in the border wall Twitter discourse of President Trump. *Journal of Language and Politics*, v. 19, n. 5, p. 831-856, 2020.

Robertson, Claire E. et al. 2022. How social identity shapes conspiratorial belief. *Current Opinion in Psychology*, v. 47, p. 101-423.

Rodrik, Dani, Why does globalization fuel populism? *Economics, culture, and the rise of right-wing populism*. *Annual review of economics*, v. 13, n. 1, p. 133-170, 2021.

Roubini, Nouriel. The Specter of Deglobalization and the Thucydides Trap. *Horizons: Journal of International Relations and Sustainable Development*, n. 15, p. 130-139, 2020.

Said, Edward. 1979. *Orientalism*. New York: Vintage.

Saint-Pierre, Héctor Luis; Vitelli, Marina Gisela (Ed.). 2018. *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: Imprensa Oficial, Governo do Estado de São Paulo.

Saldaña, Magdalena et al. When gaps become huuuuge: Donald Trump and beliefs about immigration. *Mass Communication and Society*, v. 21, n. 6, p. 785-813, 2018.

Sánchez, Rebeca; Serna, German. Sustainability as a Deglobalization Strategy for Value Chains Growth. In: Walsh, John. *Desglobalization: the future of growth in the international economy?*. México: Cetys Universidad. Disponível em: <<https://repositorio.cetys.mx/handle/60000/1515>>. Acesso em: 10 de junho de 2024.

Sarti, Fernando; Hiratuka, Célio. Indústria mundial: mudanças e tendências recentes. Campinas: Unicamp. IE, 2010.

Sátyro, N. G. D., & D'Albuquerque, R. W. 2020. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades. Sociedade e Cultura, v. 23, n.1.

Savin, Nikita; Treisman, Daniel. Donald Trump's words. National Bureau of Economic Research, 2024. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w32665>>. Acesso em: 30 de Agosto de 2024.

Schmitt, Carl. 1992. O conceito do político. Petrópolis: Editora Vozes.

Shahbaz, Adrian; Funk, Allie. 2019. The Crisis of Social Media: What was once a liberating technology has become a conduit for surveillance and electoral manipulation. Freedom on the net. Freedomhouse.org. Washington, DC. Disponível em: <https://www.freedomonthenet.org/sites/default/files/2019-11/11042019_Report_FH_FOTN_2019_final_Public_Download.pdf>. Acesso em: 05 de Fevereiro de 2020.

Shecaira, Sérgio Salomão. 2011. A criminalidade e os meios de comunicação de massas. Direito penal: parte especial II, v. 6.

Skocpol, Theda; Williamson, Vanessa. The Tea Party and the remaking of Republican conservatism. Oxford University Press, 2016.

Slack, Jeremy et al. The geography of border militarization: Violence, death and health in Mexico and the United States. Journal of Latin American Geography, v. 15, n. 1, p. 7-32, 2016.

Sluga, Hans. Donald Trump: Between Populist Rhetoric and Plutocratic Rule. Paper delivered at Critical Symposium on the Aermath of the Election of Donald Trump, University of California, Berkeley, February 2017.

Souza, Tamires Aparecida Ferreira. 2021. Securitizando o crime organizado: uma análise comparativa entre Brasil e Colômbia. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 8, n.1: 139-165.

Stana, Richard M.; Rezmovic, Evi. 2001. INS Southwest Border Strategy: Resource and Impact Issues Remain After Seven Years. United States General Accounting Office. Disponível em: <<https://www.gao.gov/assets/gao-01-842.pdf>>. Acesso em: 23 de Abril de 2024.

Stanojević, Nataša; Zakić, Katarina. China and deglobalization of the world economy. National Accounting Review, v. 5, p. 67-85, 2023.

Stocking, G. et al. 2022. The Role of Alternative Social Media in the News and Information Environment [Internet]. Pew Research Center. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/journalism/2022/10/06/the-role-of-alternative-social-media-in-the-news-and-information-environment/>>. Acesso em: 15 de Outubro de 2023. Stritzel, Holger. 2011. Security, the translation. Security Dialogue, v. 42, n. 4: 343-355.

Tanno, Grace. 2003. A contribuição da escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. *Contexto Internacional*, v. 25: 47-80.

Taureck, Rita. 2006. Securitisation theory – The Story so far: Theoretical inheritance and what it means to be a post-structural realist. Paper for presentation at the 4th annual CEEISA convention University of Tartu.

Taylor, Lance; Ömer, Özlem. Race to the bottom: Low productivity, market power, and lagging wages. *International Journal of Political Economy*, v. 48, n. 1, p. 1-20, 2019.

Temin, Peter. *The vanishing middle class*. Blackstone Audio, 2017.

Tufecki, Zeynep. *Twitter and tear gas: The power and fragility of networked protest*. Yale University Press, 2017.

United States Border Patrol. Total Illegal Alien Apprehensions By Fiscal Year (1960-2019), Southwest Border Sectors. 2020. Disponível em: <https://www.cbp.gov/sites/default/files/assets/documents/2020-Jan/U.S.%20Border%20Patrol%20Fiscal%20Year%20Southwest%20Border%20Sector%20Apprehensions%20%28FY%201960%20-%20FY%202019%29_0.pdf>. Acesso em: 12 de Novembro de 2024.

Vallet, Elisabeth. *The World Is Witnessing a Rapid Proliferation of Border Walls*. Migration Policy Institute, Brussels, 2 de Março de 2022. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/article/rapid-proliferation-number-border-walls>>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2024.

Vallet, Elisabeth. 217. *Borders, Fences and Walls: State of Insecurity?*. London: Routledge.

Vallet, Élisabeth; David, Charles-Philippe. 2012. Introduction: The (re) building of the wall in international relations. *Journal of Borderlands Studies*, v. 27, n. 2: 111-119.

Vuori, Juha A. 2008. Illocutionary logic and strands of securitization: Applying the theory of securitization to the study of non-democratic political orders. *European journal of international relations*, v. 14, n. 1: 65-99.

Waever, Ole. 1995. Identity, integration and security: Solving the sovereignty puzzle in EU studies. *Journal of international affairs*, v.48, n.2: 389-431.

Walker, W. Reed. The transitional costs of sectoral reallocation: Evidence from the clean air act and the workforce. *The Quarterly journal of economics*, v. 128, n. 4, p. 1787-1835, 2013.

Weldes, J. E., & Laffey, M. 2004. Methodological reflections on discourse analysis. *Qualitative Methods*, v. 2: 28-30.

West, Darrell; Lansang, Christian. Global manufacturing scorecard: how the US compares to 18 other nations. Brookings, 2018. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/articles/global-manufacturing-scorecard-how-the-us-compares-to-18-other-nations/>>. Acesso em: 01 de Dezembro de 2024.

Westhoff, Lotte. Ronald Reagan's war on drugs: A policy failure but a political success. Master Thesis. Leiden, Leiden University, 2013. Disponível em: <https://studenttheses.universiteitleiden.nl/handle/1887/21802?solr_nav%5Bid%5D=ae60fa051653990dce95&solr_nav%5Bpage%5D=0&solr_nav%5Boffset%5D=11>. Acesso em 10 de Setembro de 2024.

Willer, Robb; Feinberg, Matthew; Wetts, Rachel. Threats to racial status promote Tea Party support among White Americans. Available at SSRN 2770186, 2016.

Williams, Michael. 2003. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. *International Studies Quarterly*, v. 47, n.1: 511-531.

Zuboff, Shoshana. 2019. *A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca.